

RICARDO ANDRÉ DA COSTA

**DETERMINANTES DO INVESTIMENTO E PRODUÇÃO DE CULTURA NOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

RICARDO ANDRÉ DA COSTA

**DETERMINANTES DO INVESTIMENTO E PRODUÇÃO DE CULTURA NOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 15 de março de 2016.

Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Cristiana Tristão Rodrigues

Elvanio Costa de Souza
(Orientador)

AGRADECIMENTO

Acredito que a gratidão é o ato de maior virtude que o ser humano pode demonstrar àqueles que lhe deram suporte durante uma determinada jornada.

Por isso, dedico essa dissertação àqueles que de alguma forma contribuíram comigo nesta aventura e se fizeram presentes em meio a tantas dificuldades.

Agradeço a Deus que me deu fôlego (em todos os sentidos) até aqui!

Sou grato a minha mãe e meu irmão, Doris e Flávio, que me inspiraram e mostraram que é possível conquistar nossos sonhos quando temos força de vontade e batalhamos por eles.

A minha família, em especial, ao Elmo e minhas tias (mães) – Regina e Elvira – que me incentivaram.

Ao meu pai, que certamente descansou orgulhoso dos seus filhos.

Se teve uma coisa que certamente vou levar desta aventura chamada mestrado são as amizades que fiz (Thaís, Kamila, Dani, Dominic, Clarice, Sarah, Rômulo, Ronaldo, Gabriel...). Geísa e Rhay, vocês são irmãs que quero levar vocês para o resto da vida. A todos vocês meu muito obrigado pelas diversas horas “tão divertidas” e “triviais” debatendo as deduções de econometria, macros e micro. Obrigado por todas as nossas conversas, cafés, desesperos e risadas!

Agradeço ainda a todo o corpo docente e técnico do Departamento de Economia da UFV que sempre esteve pronto para ajudar na medida do possível.

A Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Elvanio, obrigado por acreditar, orientar, se arriscar e me permitir abraçar esse tema.

Um imenso agradecimento a Eva e ao Chico que foram meus coorientadores não só de dissertação, mas de vida. E, também, a Cris que sempre esteve pronta em me ajudar.

Encerro o meu agradecimento, dedicando este trabalho ao Robson, que me deu apoio quando decidi ingressar nessa peripécia e me aventurar via mundo dos métodos quantitativos, desenvolvimento e políticas culturais adentro. Obrigado por me ajudar em todo o processo de aprendizado e crescimento, desde os choros altas horas da madrugada até às compatibilizações de dados. E que venham nossas parcerias pela vida!

A todos vocês meu muito obrigado!

“Pra entender, basta um tapa num cigarro, uma olhada no mapa do Brasil, uma caminhada por qualquer caminho [...], o que só se enxerga nos olhos de uma mulher. Basta olhar pro que acontece, esteja onde estiver [...], uma canção da banda preferida, uma descida ao porão, seis pilhas pr'o meu rádio, seis minutos pra canção [...]. Basta uma noite de insônia, um sonho que não tem fim, um filme sem muita graça, uma praça sem muito sol, seis cordas pra guitarra, seis sentidos na mesma direção, seiscentos anos de estudo ou seis segundos de atenção...”

(Humberto Gessinger – Engenheiros do Hawaii, música “Pra entender”)

RESUMO

DA COSTA, Ricardo André, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Março de 2016.
Determinantes do investimento e produção de cultura nos municípios brasileiros.
Orientador: Elvanio Costa de Souza

A cultura está ligada aos elementos que incluem conhecimento, crenças, arte, moral, lei, costumes, hábitos e manifestação artística do homem na sociedade. Pensar cultura envolve uma discussão social e histórica que confronta processos construtivos de identidade, pertencimento social, integração e enaltecimento de uma população. No decorrer dos últimos anos as políticas culturais têm ganhado atenção especial dos líderes e governantes das nações com o intuito de catapultar o desenvolvimento econômico e corrigir problemas sociais. A presente dissertação apresenta uma discussão e um panorama de algumas das principais políticas culturais brasileiras, que servem de aporte na elaboração e construção de variáveis para explicar os principais determinantes do investimento e produção de cultura no Brasil. Para tanto, adotam-se dois modelos, um que estima os gastos com cultura e outro que analisa a produção cultural, ambos provém de um painel híbrido – *mix* dos modelos de efeitos aleatórios e fixos – capaz de fornecer informações intra e intermunicipais na análise proposta. Os resultados dessas estimações indicam que variáveis relacionadas às esferas sociais representam a categoria que mais afeta a decisão de se estabelecer algum tipo de política cultural. Logo, um maior nível de educação dos trabalhadores de cultura, somado a um PIB mais elevado, contribui positivamente e de maneira expressiva nas análises de investimento e produção cultural. Adicionalmente, elementos que expressam relações econômicas, culturais, regionais e políticas com a gestão cultural também podem representar efeitos significativos no investimento e produção de cultura, mesmo que de forma menos efetiva do que aqueles de caráter social. Quando adotada essas mesmas análises, mas considerando uma divisão de municípios por tamanho populacional, percebe-se um aumento da variabilidade dos elementos comparados aos efeitos isolados desses grupos de variáveis interagindo com os determinantes dos modelos. Daí emerge a necessidade de se discutir o financiamento planejado e estruturado para a cultura, a fim de permitir ganhos e reforços ao seu percurso, ficando aberta a reflexão sobre a direção desses investimentos, se devem ir para pessoas ou instituições.

Palavras-chave: Economia da cultura; Políticas culturais; Desenvolvimento socioeconômico; Painel híbrido.

JEL: Z10; J38; O10

ABSTRACT

DA COSTA, Ricardo André, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2016.
Determinants of culture's investment and production in brazilian cities. Adviser: Elvanio Costa de Souza

Culture is related to elements which include knowledge, belief, art, morals, law, customs, habits and man's artistic expression in society. To think about culture involves a social and historical discussion that confronts to the construction processes of identity, social belonging, integration and population enhancement. Over the past few years cultural policies has gained special attention from leaders and governors of nations in order to propel economic development and minimize social problems. This thesis presents a discussion and an overview of some of the main Brazilian cultural policies, which serve as input in the variables construction design that will explain the main determinants of investment and production of culture in Brazil. Therefore, two models are adopted. The first one allows estimates the culture spending and the another one analyzes the cultural production, both comes from a hybrid panel - mix of fixed and random effects models. These models are capable of providing intra and inter information on the proposed analysis. The results of these estimates indicated that variables related to social categories are the most affect the decision to establish some kind of cultural policy. Therefore, a higher level of education from the cultural workers and a higher GDP are positive contribution and more significantly into investment analysis and cultural production. However, elements that express economic relationship, cultural, regional and political with the cultural management can represent a significant effect on investment and cultural production as well. When these same tests was adopted, but considering a division of municipalities by population size, the results shows an increase of the variability of elements compared to the single effects of these variable groups interacting with the determinants of models. Therefrom emerges the need to discuss the planned financing and the structured to culture, with the purpose to allow gains and to strengthen their route, leaving open the debate about the direction of these investments, if they should go to people or institutions.

Keywords: *Economics of Culture; Cultural Policies; Socioeconomic Development; Hybrid Panel.*

JEL: Z10; J38; O10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema e sua importância.....	4
1.2 Hipótese.....	6
1.3 Objetivos.....	6
1.3.1 Objetivo geral.....	6
1.3.2 Objetivos específicos	6
2. A ECONOMIA DA CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS	7
2.1 A evolução dos conceitos que relacionam cultura, economia e política.....	7
2.2 A importância das políticas e do financiamento de cultura.....	11
2.3 Políticas de cultura no Brasil	13
2.3.1 Panorama de alguns dos principais financiamentos e da produção cultural no Brasil	15
a) O financiamento via lei Rouanet.....	15
b) Os gastos públicos com difusão cultural no Brasil	22
c) O BNDES e o seu apoio à Cultura	25
d) A produção de cultura no Brasil	26
2.4 Direcionamentos importantes para a construção de variáveis culturais.....	28
2.4.1 Principais hipóteses que norteiam as variáveis na análise de economia da cultura	28
3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA PARA A ANÁLISE EM ECONOMIA DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	30
3.1 Especificação dos modelos de análise cultural para os municípios brasileiros.....	30
3.2 Uma breve revisão sobre dados em painel	33
3.2.1 Painel híbrido	35
3.3 Compatibilização de dados para a análise de cultura no Brasil.....	39
3.3.1 Proposta de variáveis para analisar a relação entre cultura e economia no Brasil..	39
a) Variáveis sociais.....	41
b) Variáveis econômicas e de financiamento da cultura	43
c) Variáveis culturais.....	44
d) Variáveis regionais.....	47
e) Variáveis políticas	47
f) Variável para a análise da produção de cultura no Brasil	48

4. OS EFEITOS DOS DETERMINANTES DOS GASTOS E PRODUÇÃO DE CULTURA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	51
4.1 Informações relevantes sobre as principais variáveis propostas nos modelos	51
4.1.1 Os determinantes dos gastos culturais nos municípios brasileiros.....	57
4.1.2 Os determinantes da produção de cultura nos municípios brasileiros.....	63
4.2 Discussão dos resultados	68
Comentários finais	75
Referências	77
Apêndice.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados brasileiros e atividades culturais (2013).....	3
Figura 2 – Captação de recursos por ano e área cultural	17
Figura 3 – Incentivadores por ano e tipo de pessoa.....	18
Figura 4 – Distribuição da média do financiamento de cultura via lei Rouanet, em milhões de reais (2006 – 2012).....	19
Figura 5 – Média dos financiamentos de cultura via gastos governamentais e lei Rouanet (2002 – 2013)	22
Figura 6 – Investimento cultural anual dos governos estaduais, municipais e lei Rouanet.....	23
Figura 7 – Distribuição da média dos gastos com cultura nos municípios, em milhões de reais (2006-2012).....	24
Figura 8 – Média do financiamento do BNDES para áreas culturais/criativas nos estados brasileiros (2002-2015).....	26
Figura 9 – Taxa de crescimento médio das importações das áreas culturais.....	27
Figura 10 – Distribuição da média dos profissionais de cultura nos municípios (2006-2012)	52
Figura 11 – Evolução do financiamento cultural e PIB municipal <i>per capita</i> (2006 – 2012)	53
Figura 12 – Evolução das parcerias partidárias (2006 – 2012)	54
Figura 13 – Proporções médias e média do nível de educação dos trabalhadores de cultura (2006 - 2012)	74
Figura 14 – Evolução dos níveis de educação dos profissionais de cultura <i>per capita</i>	108

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Variáveis utilizadas na estimação dos modelos	30
Quadro 2 – Profissionais de Cultura de acordo com a CBO 2002	49
Quadro 3 – Síntese dos principais resultados apresentados nos modelos.....	69
Quadro 4 – Definição de profissionais da cultura a partir da literatura e correspondências entre CBO 2002, CBO 94 e CIUO 88.....	87
Quadro 5 – Dicionário de variáveis	98
Tabela 1 – Total de projetos, valores apresentados, aprovados, apoiados, renúncia fiscal e apoio privado na captação de recursos da pela Lei Rouanet no total dos estados brasileiros (1993 – 2015)	21
Tabela 2 – Estatísticas descritivas básicas das variáveis propostas para a análise de cultura no Brasil	55
Tabela 3 – Regressão de efeitos fixos, efeitos aleatórios e efeitos mistos com variáveis estimadas em conjunto para os gastos com difusão de cultura <i>per capita</i> nos municípios brasileiros entre 2006 e 2012.....	57
Tabela 4 – Regressão do painel híbrido para os gastos com difusão de cultura <i>per capita</i> nos municípios brasileiros entre 2006 e 2012	58
Tabela 5 – Regressão do painel híbrido para os gastos culturais <i>per capita</i> nos municípios brasileiros (por estratos de população) entre 2006 e 2012.....	61
Tabela 6 – Regressão de efeitos fixos, efeitos aleatórios e efeitos mistos com variáveis estimadas em conjunto para o número de profissionais de cultura <i>per capita</i> dos municípios brasileiros entre 2006 e 2012.....	64
Tabela 7 – Regressão do painel híbrido para o número de profissionais de cultura <i>per capita</i> dos municípios brasileiros entre 2006 e 2012.....	65
Tabela 8 – Regressão do painel híbrido para o número de profissionais de cultura <i>per capita</i> dos municípios brasileiros (por estratos de população) entre 2006 e 2012.....	66
Tabela 9 – Evolução dos principais indicadores propostos para a análise de cultura no Brasil (2006-2012).....	104
Tabela 10 – Matriz de correlação das principais variáveis	109
Tabela 11 – Matriz de correlação das variáveis propostas nos modelos estimados	110
Tabela 12 – Estimação por estrato de população para efeitos diversos na análise de determinantes dos gastos culturais.....	112
Tabela 13 – Estimação por estrato de população para efeitos diversos na análise de profissionais de cultura	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCINE – Agência Nacional de Cinema

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

FINBRA – Finanças do Brasil (STN - MF)

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FJP – Fundação João Pinheiro

FNC – Fundo Nacional de Cultura

FUNARTE – Fundação Nacional das Artes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MF – Ministério da Fazenda

MinC – Ministério da Cultura

MQG – Mínimos Quadrados Generalizados

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

Munic – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Procult – Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura

Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SALIC – Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNCTAD (sigla em inglês) – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO (sigla em inglês) – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

1. INTRODUÇÃO

A cultura está presente nas discussões das mais variadas correntes de pensamento, seja na forma de poder e dominação de uma elite sobre um povo ou como expressão da identidade social. Enquanto disciplina, ela perfaz discursos contidos na filosofia, antropologia, sociologia e até economia, sendo que um ponto comum observado pelos teóricos que a abordam é a sua capacidade para influenciar agendas políticas. Isso fica evidente nos debates mais recentes advindos da década de 1980, quando os líderes das nações voltaram seus olhares para a proteção e promoção cultural como suporte, uma espécie de trampolim, para o desenvolvimento social e econômico.

Decorrente dessa atenção voltada à cultura, desde o início da década de 2000 a UNCTAD tem incentivado o apoio governamental aos setores culturais e da economia criativa¹. As medidas sugeridas pela UNCTAD (2010) incorporam o mapeamento dos impactos econômicos das indústrias criativas e culturais, bem como o suporte às pequenas e médias empresas. Reis (2011; 2013) deixa indicado que essa motivação se deve ao fato de as cidades e regiões com potencial criativo e cultural possuírem capacidade inovativa, efervescência cultural, diversidade, transformação e conexão interna e externa.

A cultura é concebida pelos valores ligados às noções de identidade, pertencimento social, integração e enaltecimento de uma população e pode se manifestar por meio da valorização simbólica do contexto histórico em que se insere, expressando ou informando algo. Ela é constituída de múltiplos conceitos, mas um dos mais recorrentes encontra-se na definição formulada pelo antropólogo Edward B. Tylor em sua obra “Cultura primitiva”. Segundo a concepção de Tylor (1871) a cultura é composta por um complexo de elementos que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, lei, costumes, hábitos e capacidades adquiridos pelo homem enquanto parte da sociedade.

De acordo com Throsby (2001), o conceito de cultura também está atrelado ao alinhamento de elementos estéticos (beleza e harmonia), sociais (realidade de um grupo social), históricos (contexto temporal) e religiosos (espiritual e simbólico). Por isso, é comum associar a cultura às formas de manifestações artísticas da humanidade, o que em alguns momentos é confundido com padrões impostos por determinada elite.

¹ Para a UNCTAD (2010), o núcleo dos setores da indústria criativa contempla: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. Esse núcleo contém: Publicidade e Propaganda; Arquitetura; Arte e Antiguidades; Artesanato; *Design*; Moda; Filme e Vídeo; *Software*; Música; Artes do Espetáculo (*Performing Arts*); Edição e Publicação; Televisão e Rádio. Sendo essa definição internacionalmente reconhecida.

Logo, pensar cultura envolve uma discussão social e histórica que confronta processos construtivos. Deste modo, emerge a relevância das políticas de estímulo à cultura de um país, uma vez que os gastos públicos com a difusão cultural são capazes de influenciar positivamente as dinâmicas da economia e sociedade. Florida (2002) explica que esse retorno positivo, a partir do aumento da produção cultural/criativa, desencadeia benefícios ao gerar emprego e competitividade no mercado de trabalho.

No Brasil, a lei Rouanet é um exemplo de incentivo fiscal ao crescimento nos setores culturais e criativos dos estados e municípios, uma vez que permite aos agentes (pessoas jurídicas ou físicas) destinarem uma parcela do imposto de renda ao financiamento de atividades de cunho cultural. Além dessa lei, existem outros investimentos realizados por órgãos como o BNDES, bem como políticas de financiamento público para a difusão das atividades culturais municipais e estaduais. Essas medidas garantem benefícios fiscais aos apoiadores e, ao mesmo tempo, fortalecem iniciativas que não se enquadram em programas do MinC.

Antevendo isso, o MinC encomendou um relatório da indústria cultural no Brasil, no qual se constatou que mesmo em um período de cortes orçamentários, houve estabilidade nos gastos culturais (FJP, 1998). Para o mesmo período analisado pela FJP, Alvarez (2003) afirma que os gastos culturais municipais se concentravam nas capitais de estado. Conforme Alvarez (2000), em 1994, os setores de cultura foram responsáveis por empregar, aproximadamente, 510 mil pessoas (76% no setor privado com carteira assinada, 14% autônomos e 10% na administração pública). O estudo desse autor ainda mostra que cerca de 160 postos de trabalhos são gerados a cada milhão de reais gastos com cultura.

Em um mapeamento da indústria criativa no Brasil, a FIRJAN (2011) apontou as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro como aquelas que se sobressaem no quesito alto potencial criativo das capitais, com respectivos 349 mil e 107 mil trabalhadores no núcleo criativo. E, na ótica da produção desses setores, estimou-se um crescimento de 69,1%, entre 2004 e 2013, representando R\$ 126 bilhões (quase 2,6% do PIB brasileiro) em 2013. Também sobre esse aspecto, o IPEA (2013) mostrou que os profissionais criativos, o que inclui áreas culturais, ganham mais e são mais escolarizados que a média da população.

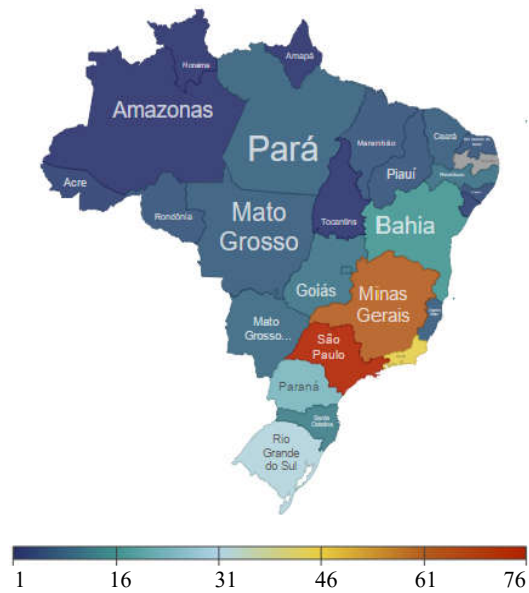
A Figura 1 mostra a distribuição de profissionais e estabelecimentos de cultura ao longo do Brasil. Percebe-se que há concentração de ambos no Sul e Sudeste brasileiros. Observa-se também, a predominância do Rio de Janeiro e São Paulo no que se refere à renda mensal total dessas atividades. Já o estado do Pará se destaca em termos de renda

média, o que pode estar ligado a um provável estímulo no setor. Contudo, ao se considerar exclusivamente os dados da RAIS para as atividades artísticas no ano de 2013, verifica-se maior renda média dos artistas e potencial criativo/cultural a ser explorado, principalmente, no Paraná, Amazonas, Acre, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

(a) Empregados



(b) Estabelecimentos



(c) Renda mensal total



(d) Renda mensal média



Figura 1 – Estados brasileiros e atividades culturais (2013)

Fonte: plataforma DataViva (2015).

1.1 Problema e sua importância

As políticas públicas correspondem ao conjunto de programas e ações que o Estado desenvolve direta ou indiretamente por meio de instituições públicas ou privadas e visam assegurar o direito de cidadania para determinado seguimento (RUA, 1998). Sob a luz da economia da cultura, a valorização e a valoração da arte, patrimônio e herança histórica traduzem a relação entre políticas e desenvolvimento dada pela interconexão das instituições. Conforme alguns autores (Arnold, 1869; Ruskin, 1880; Baumol e Bowen, 1966; Diniz, 2009), isso ocorre devido à existência de uma relação positiva entre cultura e criatividade com a produtividade do trabalho e produção da economia de uma região, haja vista que a economia da cultura está ligada aos locais onde os níveis educacionais e de renda são mais elevados.

A literatura de economia da cultura e criativa é recente, o que implica na escassez de estudos que investigam as influências das políticas de incentivo à cultura e criatividade sobre a produção da economia e, em especial, no caso específico das indústrias culturais. Todavia, alguns trabalhos revelam a importância dessa relação e suas implicações no crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Segundo Towse (2003), a economia da cultura faz grande uso da economia do bem-estar na avaliação das políticas governamentais de financiamento. Para a autora, isso se aplica à análise econômica na tomada de decisão política, uma vez que considera o interesse dos administradores.

Indo de encontro à Economia Criativa, Florida (2002) discutiu concepções como as “classe criativa” e “cidade criativa”, às quais ele atribui a tendência migratória das empresas, dado que esse grupo e localidade prezam pelo talento, tolerância (medida pela aceitação social das minorias e da religião) e tecnologia. Mediante isso, Golgher (2006; 2008) apresentou por meio de análises descritiva e multivariada uma distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros, deparando-se com a existência de *clusters* criativos/culturais e fatores relativos à região, população e setor econômico.

Machado (2011), inspirada por Florida e Golgher, construiu tipologias e índices utilizando dados da Munic do ano de 2006, com a qual averiguou que os casos brasileiros mais comuns de possíveis cidades com potencial criativo/cultural estão associados aos reordenamentos de bairro, pólos culturais e revitalizações das metrópoles.

Fundamentada em Baumol e Bowen (1966), Diniz (2009) percebeu que os gastos com a função cultural no Brasil podem ser bem elevados. O fato é que a economia da

cultura vende o produto cultural como uma obrigação de estar associado a este, difundindo a necessidade de inclusão social por parte dos indivíduos. Segundo esses autores, por haver inexigibilidade, o preço pago pela produtividade do trabalho de um artista pode variar bastante, o que reforça a necessidade de se analisar esse específico mercado de trabalho.

Atentos a esse fato, Ferreira Neto *et al* (2012) usaram dados da PNAD e compararam o diferencial de salários dos trabalhadores de cultura e dos artistas nos estados brasileiros. Os resultados mostraram que, em geral, esses trabalhadores são melhores remunerados e os fatores de maior contribuição para as diferenças salariais estão ligados às características setoriais. Em outra análise, Stolarick e Currid-Halkett (2013) analisaram o comportamento das atividades em períodos de estabilidade, recessão e crise, concluindo que devido ao potencial de capital humano e à cultura local, os indivíduos desse grupo apresentam menores taxas de desemprego.

Expostas essas discussões, o presente estudo procura responder a seguinte questão: as condições sociais, econômicas, culturais, regionais e políticas determinam os gastos públicos e privados, via lei Rouanet, com a difusão de cultura no Brasil? E, os determinantes desses gastos afetam a produção de cultura nos municípios brasileiros?²

Nesse sentido, este trabalho se distingue dos demais encontrados na literatura por apresentar duas contribuições muito importantes ainda não realizadas na análise de economia da cultura no Brasil. A primeira consiste na compatibilização e interpolação de dados entre o sistema que disponibiliza informações sobre a Lei Federal de Incentivo à Cultura – vulgo lei Rouanet – com os códigos de municípios do IBGE e CBO, possibilitando assim, formular variáveis e agregá-las num banco de dados específico para analisar as trajetórias das políticas de cultura no Brasil. E a segunda é o uso inédito dessas informações, organizadas em um painel híbrido (técnica mista de efeitos fixos e aleatórios) para o período compreendido entre 2006 e 2012, a fim de averiguar os determinantes dos gastos e da produção de cultura brasileira.

A principal motivação deste trabalho reside na possibilidade de poder propor uma análise cultural para o Brasil, a partir da ótica da produção e dos investimentos realizados nos municípios. Em outra instância, pretende-se obter um quadro analítico dos fatores sociais, econômicos, regionais e políticos que interferem na formação cultural brasileira, o que possibilita fornecer ferramentas de controle aos formuladores de política.

² Note que o interesse é analisar a produção e não o produto cultural, o que pode ser visto a partir do nível de emprego ou número de trabalhadores no setor cultural.

1.2 Hipótese

Acredita-se que existem fatores sociais, econômicos, culturais, regionais e políticos que influenciam diretamente o direcionamento dos gastos com difusão cultural no Brasil. Em contrapartida, esses incentivos nos setores culturais estimulam o aumento da produção e indústria cultural nos municípios brasileiros.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo central deste trabalho é analisar os determinantes dos gastos culturais e observar os efeitos que os diversos tipos de financiamento exercem sobre a produção de cultura nos municípios brasileiros.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Investigar as principais políticas que afetam os gastos e produção culturais nos municípios do Brasil;
- b) Propor um banco de dados que auxilie nas análises em economia e políticas culturais brasileiras;
- c) Analisar se os fatores ligados às esferas sociais, econômicas, culturais, regionais e políticas afetam os gastos culturais nos municípios brasileiros;
- d) Verificar o efeito dos gastos culturais, dentre outros fatores (sociais, culturais, regionais e políticos), na produção cultural.

Para cumprir os objetivos propostos o trabalho foi dividido em três partes. A primeira apresenta discussões dos principais conceitos envolvendo a economia da cultura, a importância das políticas culturais e um breve panorama brasileiro do financiamento e produção cultural. Ainda nessa primeira parte, identifica-se quais são as hipóteses previstas na literatura de políticas de estímulo à cultura que servem de aporte para a análise econômica e cultural no Brasil. Em sequência, propõe-se dois modelos, um que estima os determinantes do investimento/gastos culturais e outro para explicar como esses gastos, dentre outros fatores, afetam a produção de cultura. Para isso, são construídas e adotadas variáveis que irão compor um banco de dados a fim de atender tal análise. Por fim, a última parte traz uma discussão dos resultados das estatísticas descritivas e das estimações.

2. A ECONOMIA DA CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS BRASILEIRAS

2.1 A evolução dos conceitos que relacionam cultura, economia e política

Pode-se dizer que a análise de cultura e suas relações diretas ou indiretas com a política e economia passou por diversos momentos importantes. Dentre eles, temos a concepção de cultura dos séculos XVII e XVIII, quando as atividades artísticas eram consideradas privilégios da aristocracia e distração para a classe trabalhadora. Outros importantes momentos são vistos nas críticas feitas às “altas artes” e, também, perante o conceito amplamente debatido de “capital cultural” com o qual se relacionam os estudos voltados à educação. Perfazendo brevemente esse percurso, levantamos alguns contrapontos entre pensadores que relacionaram direta ou indiretamente cultura e economia, para assim, observar a importância de se estimular a cultura como política.

No século XVIII, não foi surpresa o próprio Jean-Jacques Rousseau ter afirmado que o esplendor imposto pelas artes e ciências sobre a coletividade não eram verdadeiros. No pensamento do filósofo, a sociedade letrada degenerara os costumes morais dos homens na ingenuidade da convivência cotidiana (ROUSSEAU, 1755)³. É possível notar em seu discurso como a elite usava da cultura como forma de dominação e imposição social. Por isso, ele foi enfático ao relacionar a cultura e os fenômenos que explicam a preservação da liberdade humana.

Apesar disso, ele não considera a cultura como algo inútil, mas é plausível de desvirtuação. Para Rousseau, a cultura é um mecanismo composto pela razão, imaginação, linguagem e sociedade, fatores essenciais que possibilitam ao homem viver naturalmente com seu potencial de sociabilidade. Rousseau (1757) ainda apontou a importância de se reconduzir a cultura e a arte ao “bom caminho”, ou seja, num instante mais próximo do original, uma vez que suas manifestações de linguagem fornecem solução minimizadora para a corrupção.

Numa perspectiva antropológica da cultura como expressão da identidade e de valores sociais e simbólicos, a definição de Tylor (1871, p. 1) diz que,

“Culture or civilization, taken in this wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom,

³ As publicações citadas do autor são de 1755 e 1757, sendo que o acesso foi feito a partir da edição de 1978.

and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society. The condition of culture among the various societies of mankind, in so far as it is capable of being investigated on general principles, is a object apt for the study of laws human thought and action”.

A respeito dessa definição, Silva e Silva (2006) explicam que dentre os significados mais simples desse termo, a cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Assim, ela é capaz de representar o complexo de conhecimentos e habilidades humanas empregados num contexto social. É com base, também, nessa concepção que a escola de teoria social interdisciplinar de Frankfurt criticou a forma organizacional imposta pelas culturas mais elitizadas (ou das “altas artes”) em contraponto à cultura popular.

Machado (2009), citando Honneth (1999), expõe que sob a direção de Max Horkheimer – na década de 1930 – a escola dos teóricos de Frankfurt emergiu com uma linha de pesquisa voltada à teoria da cultura com o intuito de apurar os ‘costumes morais’ e ‘estilos de vida’ da população. Entretanto, Horkheimer se limitou à definição de cultura ligada às demandas comportamentais. Machado (2009) explica que na perspectiva frankfurtiana o consumidor passa de sujeito a objeto da indústria cultural, fato já constatado por Adorno (1987), o que está relacionado à uma tradição marxista da escola.

Sob uma visão mais contemporânea da alienação e detenção de poder, o sociólogo Pierre Bourdieu (1958) atribuiu à cultura a característica de ser indissociável dos efeitos da dominação simbólica, porque ela faz uma demarcação de posições sociais distintas. Para Bourdieu (1998), o “capital cultural” – conjunto de fatores que diferenciam o detentor de uma cultura adquirida – parece ser um elemento da herança familiar de grande impacto no destino escolar dos indivíduos. O autor refere-se a esse tipo de capital como aquele associado ao comportamento do indivíduo frente a sociedade, bem como ao bom gosto, à sofisticação, ao conhecimento e à apreciação da cultura considerada “legítima” (literatura, música clássica e teatro, por exemplo). Dessa forma, ele parece retomar as discussões que remetem poder à cultura de elite, em que prevalece um tipo de cultura clássica.

Sobre esse aspecto, Cunha (2007) discorre que o capital cultural ocupa um lugar central no campo da Sociologia da Educação, porque explica as desigualdades frente à escola e cultura. Conforme essa autora, Bourdieu e Passeron (1964) contribuíram para a superação do senso comum de que as classes sociais favorecidas possuem “intimidade”

com a cultura escolar, permitindo uma mediação da “cultura legítima”, valorizada pela classe dominante (CUNHA, 2007).

Por essas abordagens notamos que enquanto a Filosofia trata a cultura como um conjunto de manifestações humanas na interface natureza-comportamento natural e a Antropologia a associa à totalidade de padrões aprendidos pelo ser humano, a Sociologia a coloca como um conjunto de ideias e comportamentos transmitidos na vida social. Isso permite pensar a cultura como uma abstração ou valor simbólico, que permeia a mente das pessoas, mas que pode se manifestar em formato de produtos concretos para o estudo da chamada “cultura material”, o que não invalida a sua capacidade de resposta perante mudanças habituais.

Posto isso, emerge o questionamento: como ocorre a relação entre economia e cultura frente a essas discussões?

Quase todo o estudante de economia já se deparou com a definição de Ciências Econômicas como sendo aquela que visa alocar efetivamente os recursos escassos a fins ilimitados, uma concepção decorrente dos pensamentos de Samuelson (1947) em consonância com os de Barre (1970). Ao pensar a cultura, mesmo com as especificidades dos seus valores simbólicos materiais e imateriais, pode-se entendê-la como um bem público (STIGLER e BECKER, 1977; PAGLIOTO e MACHADO, 2012). Dentre as características desse tipo de bem estão: a não rivalidade, cujo consumo não reduz a quantidade disponível desse bem, e a não exclusividade, isto é, a não existência de empecilhos de acesso ao bem (BERGSTROM, BLUME e VARIAN, 1985). Todavia, um bem público não é necessariamente um bem provido pelo Estado, mas na maioria dos casos necessitam da intervenção governamental a fim de elevar o bem-estar social⁴.

Pensando nisso, Goodwin (2006) fez um levantamento de estudos sobre a perspectiva política e econômica da cultura no decorrer dos anos, encontrando diversos autores que discutiram a relação cultura-economia, tais como: Mandeville (1732), Galiani (1751), Turgot (1750), Hume (1752), Adam Smith (1776), Bentham (1843) e Jevons (1871). Dentre esses autores, Goodwin cita que William Stanley Jevons foi pioneiro ao enxergar que, para crescer, as cidades deveriam repensar suas estruturas e seus investimentos em arte como museus, festivais e quaisquer outras formas de cultura (GOODWIN, 2006).

⁴ Vale ressaltar que nem todos os bens culturais são um caso de bem público puro, um teatro quando lotado, por exemplo, pode apresentar características de rivalidade e exclusividade. Por isso, é possível que serviços culturais sejam classificados como bens de consumo coletivo em vez de bens públicos puros.

Apesar dessa importante contribuição de Jevons, foram Baumol e Bowen (1966), ao analisarem o mercado das artes performáticas nos espetáculos da Broadway, que demonstram como as artes e a cultura estão sujeitas a uma dificuldade de financiar sua dinâmica de custos. Haja vista que não incorporam, ao contrário de outros setores, aumentos de produtividade relacionados à sua estrutura produtiva, o que ficaria conhecido por esses autores como a “doença do custo”. Dessa forma, haveria necessidade de um subsídio estatal para contrapor-se à tendência crescente dos custos no mercado das artes.

De acordo com Diniz (2008), um importante marco ocorreu em 1975, com a criação do *Journal of Cultural Economics*, que acelerou a produção de estudos referentes à indústrias culturais, arte e entretenimento. Para essa autora, a economia da cultura trata da expressão simbólica e materialização de bens, serviços e manifestações da cultura de uma sociedade. Com aporte em Tolila (2007), Diniz explica que os avanços relacionados a esse tema ainda são restritos à escassez de dados atualizados e dificuldades de se discutir os níveis micro e macroeconômicos.

Há outras peculiaridades envolvendo a cultura dentro do contexto de uma economia de mercado, as quais merecem investigação específica para além dessa dinâmica de custos e da relação entre preço e valor, a exemplo do próprio consumo e políticas de cultura.

Ao abordarem o consumo cultural, Stigler e Becker (1977) introduzem a noção do “vício positivo”, utilizando um conceito de capital cultural diferente do de Bourdieu. Segundo Paglioto e Machado (2012), esses autores referenciam o pensamento marshaliano de que o crescimento do capital humano pode refletir positivamente no consumo de cultura pelo processo de depuração do gosto. Isso possibilita um “ganho de introspecção” que reduz custos de oportunidade e desencadeia um efeito vicioso.⁵

Mediante esses fatos, observa-se que a dimensão política não deve ser negligenciada nas relações entre economia e cultura. Antes, é preciso debater o papel do Estado para definir seus objetivos nas políticas culturais. Sobre isso, Blaug (2001) diz que ao subsidiar as artes há um aumento da remuneração e frequência em atividades culturais, mas a acessibilidade não é garantida, sendo fundamental discutir o direcionamento dos fundos de incentivo à cultura, se devem ir para organizações ou indivíduos.

⁵ Capital humano é entendido como a soma do capital pessoal, ou seja, das experiências sociais que influenciam a decisão do indivíduo, e do capital social, o qual se refere à influência da rede social desse indivíduo. Para mais, ver Stigler e Becker (1977) e Paglioto e Machado (2012).

2.2 A importância das políticas e do financiamento de cultura

Como a teoria que envolve a economia da cultura é recente, há necessidade de discussões específicas sobre políticas de incentivo à cultura e criatividade envolvendo a produção cultural. Isso porque, quando se trabalha com economia da cultura, pensa-se em bens repletos de diversidade produtiva e especificidades devido às suas características de serem públicos. Portanto, deve-se considerar a possibilidade da ocorrência de externalidades que justificam a formulação de políticas culturais, dado a dimensão do benefício social proporcionado. Tal fato remete à necessidade de acesso e democratização da cultura prevista desde as críticas feitas pela escola de Frankfurt.

Na literatura de políticas públicas, uma concepção essencial é a de “inserção produtiva” que diz respeito à redução dos riscos sociais mediante o investimento em educação e capacitação (DRAIBE e RIESCO, 2007). Para Sen (2010), devem ser consideradas, também, as questões de justiça social, universalidade e igualdade, que são características do desenvolvimentismo que decompõe capital humano em social, elevando a participação das pessoas no processo produtivo.

Dentre os marcos internacionais importantes na construção de políticas culturais, pode-se tomar como base a “1ª Conferência Mundial de Cultura” realizada na Veneza pela UNESCO, no ano de 1970, onde foi exposta a necessidade de democratizar a cultura num sentido mais antropológico. Em sequência, em 1982, o México adotou políticas culturais como forma de desenvolvimento da cultura, crescimento econômico e inovação (CALABRE, 2012). Em 1983, com a globalização, a França inaugura uma “tese” a fim de proteger sua identidade nacional. Para isso, insere cotas e tarifas mais elevadas para os produtos culturais, evitando a perda de identidade cultural nacional.

Decorrido esses fatos, surge na Austrália, em 1994, a ideia de indústria criativa a partir do projeto *Creative Nation*, onde também emerge o termo "Economia Criativa", em que se observou o impacto das atividades culturais e criativas sobre o desenvolvimento do país. Atento a esse fato, o Reino Unido organizou uma divisão multisetorial para analisar os setores mais promissores da nação, destacando: i) mídia e espetáculos ao vivo; ii) *design* e visual e; iii) patrimônio histórico (INSTITUTO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2008).

Paralelamente, em Barcelona, no ano de 2004, ocorre a "Agenda 21 da Cultura", onde se debateu o desenvolvimento sustentável e inclusivo das atividades culturais. Subsequente a isso ocorreram diversas conferências da UNCTAD e da UNESCO com

ênfase na cultura como âncora para o desenvolvimento, o que serviu de alternativa para o momento difícil que a Europa enfrentava. Frente a isso, pesquisadores de diversas áreas começaram a analisar a inserção desse fenômeno multidisciplinar nas agendas políticas.

Acompanhando o mapeamento da indústria criativa e cultural no Reino Unido e em outros países, Landry (2000; 2009) expõe que até parte do século XX as ferramentas utilizadas como medidas de amenidades urbanas eram guiadas pelo nível de infraestrutura. No entanto, no decorrer dos anos, devido às transformações econômicas e à globalização elas têm voltado para a valorização das atividades culturais e de entretenimento. Ao referir-se ao processo que a economia criativa propõe, Howkins (2001) afirma que essa terminologia está atrelada ao conjunto da imaginação e valor simbólico capaz de gerar direitos de propriedade intelectual – a “moeda da economia criativa” – como medida de riqueza. Florida (2002) analisou um movimento desencadeado desse processo criativo e constatou a predominância da classe criativa, composta por profissionais empreendedores fundamentais na reconfiguração de setores e grandes centros urbanos. Vemos assim, que as discussões e conceitos de economia da cultura e criativa estão amplamente ligadas.

Numa visão sobre as estruturas de mercado, Benhamou (2003; 2007) observou a indústria de bens culturais como aquela em que as grandes empresas minimizam seus riscos com inovação, gerando uma padronização nesse setor. No entanto, essas empresas permitem que as de menor porte busquem novos segmentos de mercado, o que estimula uma dinâmica por “renovar hábitos culturais”. Já no tocante às políticas culturais, essa autora defende a necessidade de intervenção por parte do Estado na indústria cultural, devido à existência de falhas de mercado, o que pode pesar em relação ao custo e qualidade do produto cultural. Contudo, deve-se considerar a incapacidade do governo em alocar eficientemente os recursos, mensurar precisamente os impactos dos seus programas e a possibilidade de ineficiência redistributiva dessas políticas.

Ao investigar a financeirização no mercado das artes, Taylor (2011) expôs que com os adventos da crise do *subprime* (crédito de risco) em 2007, houve uma valorização do preço da arte ao usá-la como âncora para lastrear títulos, graças à globalização e sofisticação de ativos. Dessa forma, elevou-se a mercantilização e a demanda por bens artísticos, principalmente, por parte dos colecionadores (ou *containers*) das obras de arte que passam a exercer a compra conspícua e expeculativa (TAYLOR, 2011). No Brasil, identificamos que esse *boom* das galerias de arte ocorreu a partir do século XXI, quando o dinheiro circulou mais intensamente através da arte.

Apesar de considerar que as agendas culturais e artísticas não devem ser confundidas com a política, Markusen (2006) corrobora a tese de Benhamou (2003; 2007) ao defender a necessidade de financiamento das artes. Seu argumento é que a cultura apresenta contribuições significativas para a diversidade e vitalidade das cidades. Nesse aspecto, Reis (2008) explica que cada vez mais a dimensão economia-cultura ganha relevância entre as discussões contemporâneas, porque essa relação impacta na geração da riqueza e do vetor de desenvolvimento ou manifestação de relações sociais.

Por meio dessas discussões, observamos que o financiamento das artes e da cultura tem ganhado papel de destaque como medida de desempenho do bem-estar social. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve a adoção das políticas de isenção fiscal parcial, mas com contrapartida do setor privado a fim de atender essa demanda cultural. Já na Europa Ocidental esse incentivo também foi adotado, porém, predomina o investimento por parte dos orçamentos públicos. No Brasil, as políticas parecem adotar um regime misto de financiamento cultural, sendo que a isenção fiscal não é parcial, mas total.

2.3 Políticas de cultura no Brasil

Numa perspectiva histórica, Rubim e Barbalho (2007) apresentaram como as políticas de gestão cultural se expressam no Brasil. Em primeiro lugar, para compreender o que vem a ser cultura na visão dos autores, deve-se valorizar e incentivar as manifestações e grupos sociais que estejam diretamente envolvidos com a difusão de cultura local, mas estão sob o controle do Estado. Vis-à-vis a essa discussão, fica a ideia de que a soberania do consumidor relaciona-se com a forma pela qual a intervenção pública é identificada de modo a influenciar a prestação e demanda por serviços culturais, cuja definição inclui as artes criativas, cênicas e a herança cultural.

Tais referências foram destacadas por Peacock (2006) ao questionar o elevado financiamento de cultura centrado no fornecimento de artefatos históricos e artes específicas, enquanto em outras atividades culturais produtivas esse apoio é menor. O autor indica que a resposta para esse baixo apoio pode estar no ceticismo dos governos sobre a capacidade dos consumidores escolherem para si os serviços culturais que desejam desfrutar, o que realça problemas da eficiência alocativa e distributiva por parte do Estado.

Sobre os aspectos históricos, Rubim e Barbalho (2007) explicam que a gestão de cultura no Brasil ganha novos rumos quando Mário Andrade assumiu a chefia do

departamento de Cultura em São Paulo nos anos de 1930. Entretanto, segundo esses autores, existem algumas fases chave para entender o processo que a política cultural brasileira percorreu.

De acordo com Rubim e Barbalho (2007), durante a Era Vargas e o Estado Novo (1934 – 1945) ocorreram marcos importantes na política cultural no Brasil, pois foram instituídas a Superintendência Artística, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Conselho Nacional de Cultura. Em seguida, no Período Democrático (1945 - 1964) criou-se o Ministério da Educação e Cultura (MEC) com iniciativas privadas e plenitude da “fase áurea” do rádio, TV e cinema. Já durante a Ditadura Militar (1964 - 1984) ocorreu uma valorização da cultura nacional por meio da criação do Conselho Federal da Cultura, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Museu Nacional, do Instituto Nacional do Livro, do Conselho Nacional de Cultura e da FUNARTE, dentre outros.

Após esse período, no Governo Sarney (1985), o economista Celso Furtado foi nomeado Ministro da Cultura e, já em 1986, é promulgada a Lei nº 7.505 (Lei Sarney), com benefícios fiscais no imposto de renda para as áreas culturais ou artísticas. Nos anos porvindouros, essas políticas auxiliaram o surgimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Em direção contrária, durante o Governo Collor (1991) o MinC e a FUNARTE, dentre outras instituições, foram extinguidos, mas neste momento surge a Lei Rouanet. Somente em 1992, o MinC e FUNARTE retomam os trabalhos, sendo também instituída a Lei do Audiovisual. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as leis de incentivo se detiveram para a captação de grandes eventos (shows e espetáculos), concentrando-se em eixos mais específicos (especialmente entre Rio de Janeiro e São Paulo). Durante o Governo Lula, surgiu o Programa Cultura Viva, o qual visava contemplar a diversidade e cultura digital, tornando-se um contraponto às leis de incentivo ao priorizar as minorias (RUBIM e BARBALHO, 2007).

Em 2010, surge o Plano Nacional de Cultura, cujos aspectos em termos de incentivos culturais e ações da política emergiram do SNC e foram propriamente executados no governo Dilma. Além disso, tiveram também destaque a política “Pontos de Cultura”, que tinha o intuito de promover a diversidade e manifestação cultural brasileira. No Governo Dilma, emerge ainda o Plano de Economia Criativa, o SNC ganha mais evidência e novas propostas são implementadas como os programas de promoção dos centros esportivos e Vale Cultura do Trabalhador. Houve adesão estadual e municipal,

além da restauração de outros órgãos e planos que contemplaram, inclusive, a transferência de recursos orçamentários (CALABRE, 2010).

Em 2015, o governo eliminou a secretaria de Economia Criativa, pois ela estava mais dedicada ao empenho de festas populares e artesanato (MinC, 2015). Apesar da existência de uma cultura elitizada, mantêm-se os programas realizados pelos Pontos de Cultura e o foco da Política Nacional das Artes passa a centrar-se na capacitação e fomento das artes visuais e performáticas, música e literatura.

Segundo Silva e Teles (2016), o sucesso relativo de políticas como as do IPHAN, FUNARTE, Biblioteca Nacional, IBRAM e Agência Nacional de Cinema (ANCINE), entre outras, ocorre devido a políticas com forte institucionalidade no nível nacional, especialmente às que estão relacionadas ao pacto federativo. A tese desses autores reforça o argumento de que o arranjo cultural brasileiro favorece a iniciativa federal no processo político em detrimento dos Estados, municípios e Distrito Federal, sendo que aquela é fragmentária e frágil em face das dificuldades de planejamento.

2.3.1 Panorama de alguns dos principais financiamentos e da produção cultural no Brasil

Pela visão sobre políticas culturais adotada por Canclini (1987), Martins *et al* (2015) explicam que essas políticas são um conjunto de intervenções das instituições e comunidade que atuam nos circuitos de cultura e impactam nas produção, circulação, consumo e práticas culturais. Quanto aos instrumentos do governo para a execução da política cultural, os autores destacam a importância do orçamento público e renúncia fiscal.

Logo, se faz importante apresentar algumas das principais políticas de incentivo à cultura no Brasil como a lei Rouanet, os financiamentos via BNDES, os próprio orçamentos públicos destinado às funções e subfunções da cultura, bem como relacionar a interferência dessas políticas na indústria cultural.

a) O financiamento via lei Rouanet

Dentre as principais formas de financiamento da cultura no Brasil encontra-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), a qual institui políticas públicas para a cultura nacional. Popularmente conhecida como lei Rouanet - em homenagem a Paulo Sergio Rouanet, secretário da Cultura quando a lei foi criada - essa lei representa incentivos fiscais de estímulo à produção e difusão cultural, em que o órgão

regulador é o próprio MinC. O mecanismo dessa lei possibilita que os cidadãos (pessoas físicas) e empresas (pessoas jurídicas) destinem uma parcela do Imposto de Renda em ações culturais (MinC, 2015). Dessa forma, há incentivos ao desenvolvimento de atividades ligadas à criatividade que contribuem para o aumento da produtividade nesses setores.

O Pronac – instituído pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313) aprovada pelo Congresso Nacional em 1991 – é o programa que abrange os mecanismos de incentivos fiscais e do FNC. Dentre seus objetivos destacam-se: i) facilitar os meios de acesso à cultura; ii) estimular a regionalização da produção artístico cultural brasileira; iii) proteger as manifestações para garantir sua diversidade; iv) priorizar o produto cultural originário do Brasil e; v) desenvolver o respeito aos valores culturais de outros povos e nações.

Segundo dados disponibilizados pelo MinC (2013) no *Salic-net*, em 2008, o investimento em cultura, pela lei, ultrapassou R\$ 1 bilhão. Já no ano de 2009, os incentivos da União à cultura somaram cerca de R\$ 310 milhões, sendo R\$ 30 milhões direcionados para a FUNARTE e os outros R\$ 280 milhões para a lei Rouanet. De acordo com os lançamentos dos “Recibos de Mecenato”, enviados pelos proponentes e cadastrados pelo MinC, em 2012 foram incentivados 3.398 projetos culturais, com um montante captado de quase R\$ 1.230 bilhão. Já no início do primeiro trimestre de 2013, o valor indicado referente à renúncia fiscal para o setor cultural naquele ano foi de R\$ 1.792 bilhão.

Em síntese, a lei emerge como forma educadora de investimento em cultura, prometendo incentivos fiscais, pois mostra benefícios no recolhimento do imposto à iniciativa privada. Isso porque, parece haver um estímulo em patrocinar eventos culturais devido à valorização da marca das empresas junto ao público. As maiores críticas em torno da lei advêm da permissão do governo às empresas para que decidam qual o "tipo" de cultura merece ser apoiado, em vez de o Estado ser o orientador, podendo as culturas "marginalizadas" sofrerem prejuízo (FERREIRA, 2015). Outra crítica consiste na possibilidade de os fundos serem desviados inapropriadamente, prejudicando a efetividade e aplicação da própria lei, o que implica na necessidade de avaliação de equidade e eficiência para esta política.

Os projetos com maior predominância dentre os diferentes segmentos das atividades culturais contemplados pela lei Rouanet são apresentados na Figura 2. No gráfico da figura, “humanidades” representa as áreas ligadas às manifestações artísticas, literárias e de grupos sociais, “audiovisual” refere-se aos produtos e serviços culturais que

combinam a comunicação através do som e imagem e “artes integradas” refere-se à cultura e expressões artísticas não listadas.

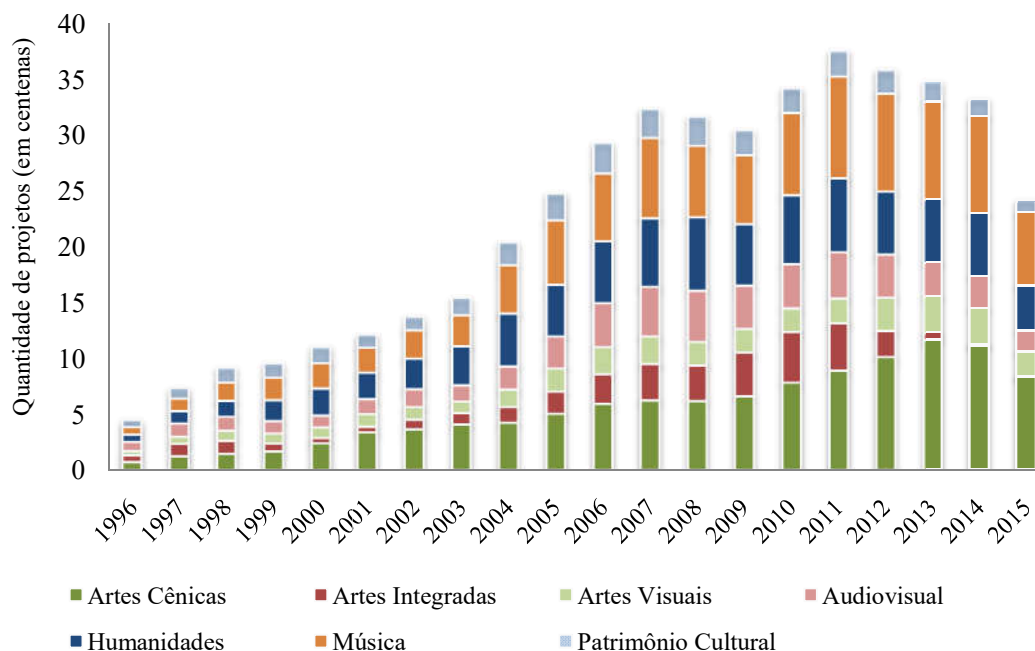


Figura 2 – Captação de recursos por ano e área cultural

Fonte: Salic-net (2015).

Pode-se observar maiores destaques para os incentivos associados às artes cênicas (média de 556 projetos ao longo dos anos), música (média de 502) e humanidades (média de 413). Em seguida estão as propostas ligadas ao audiovisual com média de 257. As áreas com menor captação foram as das artes visuais, patrimônio e artes integradas, respectivamente.

A Figura 3 representa a distribuição dos investimentos feitos por pessoas física e jurídica ao longo dos anos. No gráfico da figura, fica claro que os dois primeiros anos (1993 e 1994) receberam a menor quantidade de apoio quando comparado aos demais anos, uma vez que uma lei precisa de tempo para começar a gerar resultados. Em 1993, foram apenas duas pessoas jurídicas que apoiaram, enquanto em 1994 o número foi de 24 pessoas físicas e 19 jurídica.

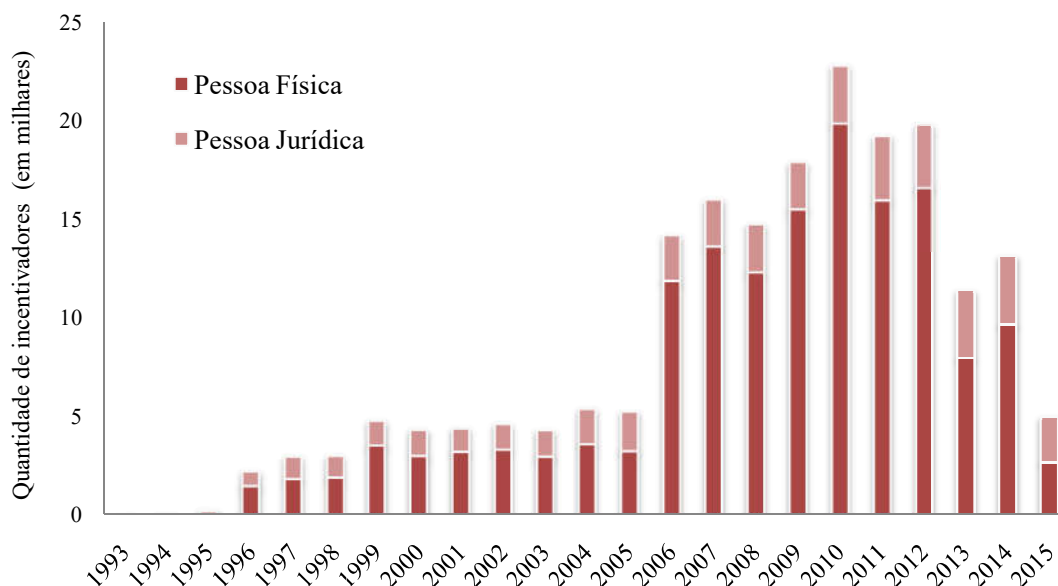


Figura 3 – Incentivadores por ano e tipo de pessoa

Fonte: Salic-net (2015).

Pode-se observar uma trajetória para o número de incentivadores que oscila ao longo do tempo, mas no final é decrescente quanto à participação do incentivo privado. Outro fator interessante é que a proporção de pessoas físicas que apoiam a cultura por meio da lei é maior do que a de pessoas jurídicas. Contudo, entre os anos de 1996 e 2015 essa parcela de pessoas físicas reduziu 13%, em termos absolutos. Isso pode estar ligado à redução do total geral de incentivadores que em 2010 representavam quase 12% e em 2015 apenas 2,5%. As mudanças nas pautas das políticas culturais, já citadas, também podem ser um fator de interferência nesse diagnóstico. Verifica-se ainda que a maior parte dos incentivos é proveniente de pessoa física, sendo a média de pessoas jurídicas próxima de 25,8% do total desses incentivos (entre 1995 e 2015). No que diz respeito ao total da captação houve um aumento entre esses anos, ratificando o recente esforço público em cultura no país.

O mapa da Figura 4 mostra a distribuição da média de renúncia fiscal via lei Rouanet nos municípios durante os anos de 2006 a 2012, período em que houve financiamentos mais elevados pela lei. É possível ver um realce desse financiamento nas cidades do Sudeste e Sul do país (em especial Santa Catarina e Paraná). Além destes municípios, destacam-se alguns estados do Centro-Oeste e outros pontos estratégicos do Norte e Nordeste.

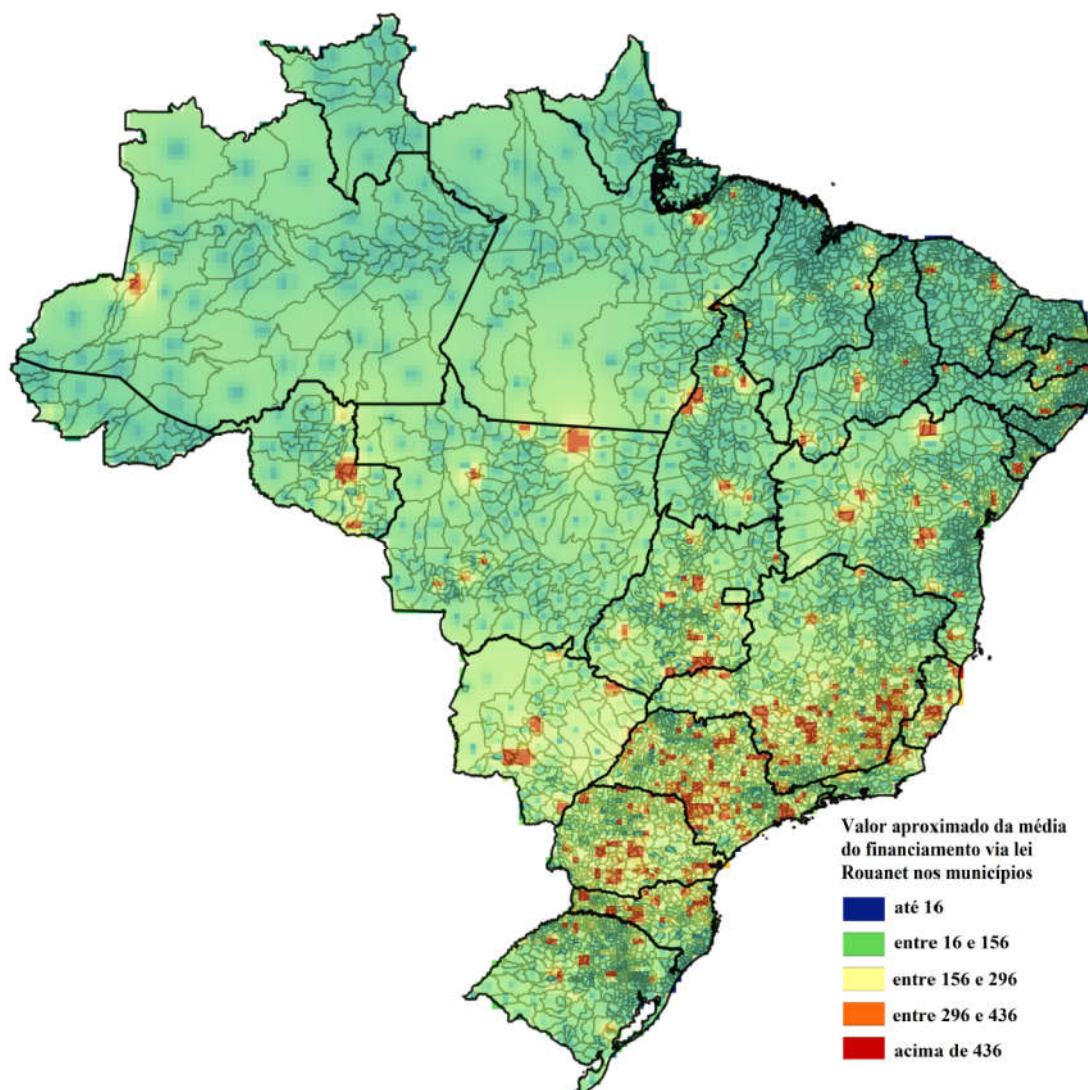


Figura 4 – Distribuição da média do financiamento de cultura via lei Rouanet, em milhões de reais (2006 – 2012)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Salic-net (2015).

Fica claro que a grande concentração dos pólos de financiamento por meio da lei está nos estados do Sudeste, que possuem maiores populações e políticas culturais capazes de afetar o direcionamento desse incentivo. Em contrapartida, os estímulos da lei não abarcam algumas das localidades mais “marginalizadas” e pobres dentro da maioria dos estados, o que está associado ao nível de urbanização e desenvolvimento socioeconômico.

Pelos dados do Salic-net é possível observar uma elevada concentração para os recursos em alguns estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), o que pode estar ligado às suas políticas de cultura específicas. Além desses estados, há

outros que se destacam por serem pólos turísticos e apresentarem características histórico-culturais (Bahia, Ceará e Santa Catarina) que elevam sua capacidade de captar recursos.

A Tabela 1 mostra com mais detalhes a captação de recursos aprovados para projetos culturais e a divisão do que foi captado para projetos com isenção fiscal via FNC e doações privadas. Por essa tabela, constata-se que o ano com maior número de projetos aprovados foi o de 2011, mas quanto ao valor apoiado, esse ano ficou em terceiro lugar, estando atrás de 2010 (com mais de R\$ 1.457 bilhão) e 2014 (R\$ 1.352 bilhão). Já no que diz respeito ao montante captado, os anos de 2014, 2011 e 2012 foram aqueles que apresentaram os maiores valores, respectivamente. Quando analisado o valor captado apenas via renúncia fiscal para a cultura, 2014 e 2011 permanecem em suas posições, mas 2012 dá lugar à 2013. Se comparada a proporção da renúncia e o que foi captado, 2013 e 2015 obtiveram os melhores resultados, seguidos de 2014, sendo que antes de 1999 essa proporção não chegava a 50%. No que se refere ao incentivo privado sobre o total do valor captado, apenas entre os anos de 1993 a 2001 essa proporção foi maior do que 24%.

Tabela 1 – Total de projetos, valores apresentados, aprovados, apoiados, renúncia fiscal e apoio privado na captação de recursos da pela Lei Rouanet no total dos estados brasileiros (1993 – 2015)

Ano	Nº de projetos apresentados	Nº de projetos aprovados	Nº de projetos apoiados	Valor apresentado (em R\$)	Valor aprovado (em R\$)	Valor captado em R\$ (A) ⁶	Valor da Renúncia em R\$ (B)	B/A (%)	Valor do incentivo privado em R\$ (C)	C/A (%)
1993	19	10	02	18.710.859,88	13.969.236,78	21.212,78	6.363,83	30	14.848,94	70
1994	74	91	07	98.228.196,18	114.775.297,6	533.751,57	166.531,47	31,2	367.220,09	68,79
1995	1.378	69	153	767.885.258,5	96.043.243,26	41.668.264,66	4.344.258,73	33,64	8.569.505,78	66,35
1996	3.773	2.552	624	2.130.370.531	1.612.596.209	195.030.104,4	36.825.531,23	32,96	74.877.705,15	67,03
1997	7.535	3.011	1.299	3.694.960.473	1.528.013.048	330.880.156,3	68.350.337,21	32,86	139.598.970,2	67,13
1998	6.559	3.669	1.258	3.005.725.978	1.590.098.542	310.451.086,4	95.405.041,78	41,02	137.168.327	58,97
1999	8.281	3.346	1.221	3.403.419.395	1.495.505.215	311.002.975,4	111.244.685,7	52,63	100.125.823,6	47,36
2000	6.406	3.174	1.292	2.710.416.569	1.382.569.112	461.049.131,2	186.454.528,5	64,29	103.559.317,3	35,7
2001	8.393	2.840	1.540	3.352.307.615	1.359.242.185	514.264.879,3	236.153.700,2	64,15	131.972.365,9	35,84
2002	8.969	4.476	1.527	4.125.303.359	2.271.888.164	483.168.167,8	263.308.924,9	76,4	81.304.998,69	23,59
2003	7.163	4.222	1.543	3.901.944.691	1.937.670.620	461.157.590,1	359.229.929,4	83,36	71.664.017,72	16,63
2004	7.637	5.304	2.040	5.034.932.459	2.536.717.915	592.235.149,3	442.947.429,8	86,55	68.816.141,9	13,44
2005	12.553	6.739	2.475	8.171.660.148	3.251.761.181	859.530.683,8	635.975.173,6	87,51	90.760.006,81	12,48
2006	9.766	6.997	2.929	6.127.225.023	3.489.017.306	932.160.415,3	762.364.775	89,22	92.102.644,46	10,77
2007	11.972	6.876	3.232	7.689.261.607	3.491.268.735	1.230.196.800	884.338.482,3	89,31	105.828.820,4	10,68
2008	10.814	7.212	3.163	9.195.256.092	4.170.542.015	1.098.927.550	878.277.868,2	91,13	85.423.088,34	8,86
2009	9.183	5.078	3.041	8.899.965.530	3.149.814.815	1.137.295.371	894.369.342,1	91,25	85.658.620,17	8,74
2010	13.573	7.874	3.417	7.649.683.758	5.464.645.117	1.457.140.497	1.063.710.970	91,19	102.666.254	8,8
2011	14.066	7.787	3.750	6.936.703.972	5.457.239.673	1.351.697.487	1.225.218.649	92,51	99.138.378,19	7,48
2012	10.015	6.435	3.579	7.019.714.468	5.469.452.615	1.302.219.699	1.194.999.518	93,58	81.876.715,16	6,41
2013	11.555	6.464	3.480	8.450.674.487	5.591.075.223	1.331.622.132	1.195.572.866	94,75	66.128.151,04	5,24
2014	14.429	6.066	3.320	8.398.530.111	5.782.172.633	1.352.498.340	1.261.144.820	94,49	73.523.800,01	5,5
2015	11.167	5.321	2.392	6.537.021.266	5.098.729.373	782.365.873,2	1.084.652.038	95,52	50.768.605,28	4,47

Fonte: dados do Salic-*net* (2015).

⁶ Verificar anotações no apêndice deste trabalho.

b) Os gastos públicos com difusão cultural no Brasil

A FJP (1998) constatou que em 1996, cerca de 88,8% dos gastos culturais municipais concentravam-se em uma pequena parcela de municípios, os quais também são capitais de estado, a saber: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre.

Pensando nisso, o IBGE elaborou alguns relatórios sintetizados no “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”. No mais recente, para o período entre 2007 e 2010, o instituto observou que os gastos com a cultura por parte da administração pública brasileira foram relativamente baixos (0,3%). Esse mesmo estudo relata que o investimento público aumentou em aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, em termos absolutos. O relatório do IBGE reporta que, à exceção dos incentivos fiscais, o governo federal foi o que menos representou gastos com o setor cultural, mesmo tendo financiado quase o dobro do que tinha investido entre o período analisado.

Comparados com a média dos incentivos da lei Rouanet entre 2002 e 2013, os investimentos governamentais apresentam bons resultados, o que é visto na Figura 5.

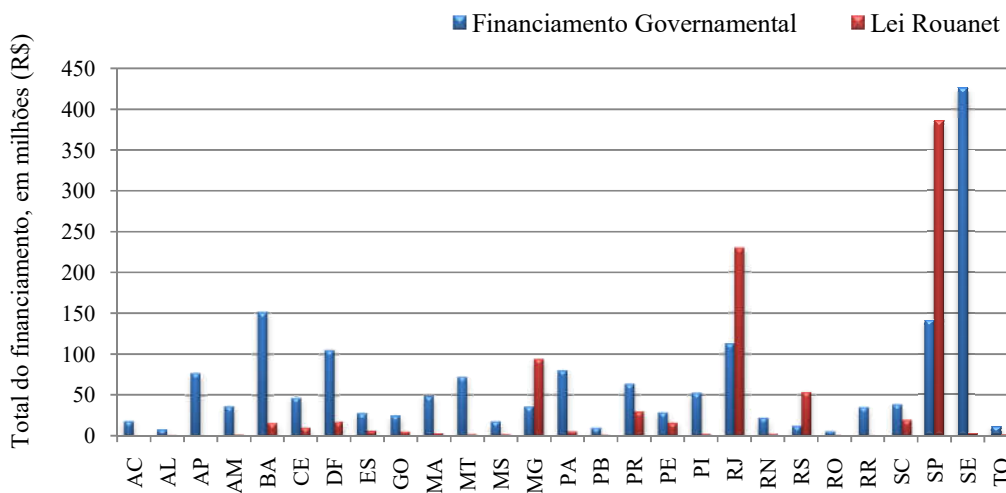


Figura 5 – Média dos financiamentos de cultura via gastos governamentais e lei Rouanet (2002 – 2013)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Salic-net e FINBRA.

Na Figura 5 nota-se que o Sergipe aparece como a unidade de federação com o maior financiamento governamental (mais de R\$425 milhões), seguido da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Comparado aos incentivos da lei Rouanet o estado de Sergipe cai

para a 18ª colocação, enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais assumem a liderança das unidades que receberam maior apoio. Agora, ao comparar os dados da FINBRA e Salic-net é possível observar que os recursos da lei ficam aquém dos gastos estaduais e os investimentos municipais superam ambos (Figura 6). Apesar disso, o IBGE atribui à esfera estadual o destaque de maior empenho em gastos com difusão de cultura, uma vez que os estados elevaram em cerca de R\$ 1,1 bilhão (algo em torno de 2,6% a mais) os gastos de 2007 a 2010, sendo Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal as unidades da federação que mais investiram em cultura.

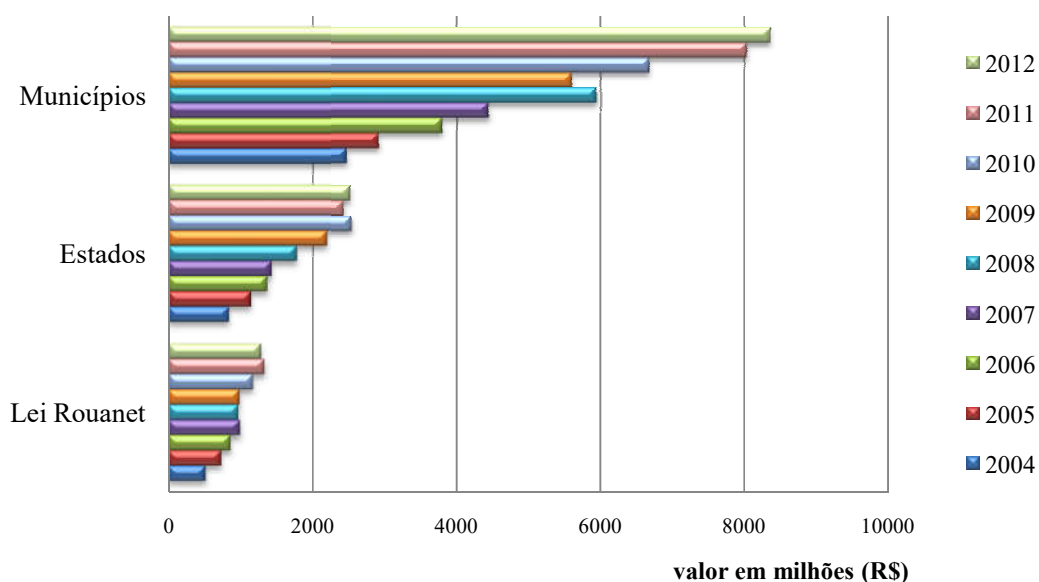


Figura 6 – Investimento cultural anual dos governos estaduais, municipais e lei Rouanet
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Salic-net (2015) e FINBRA (2015).

O abatimento sobre o ICMS serve de aporte às conclusões do IBGE para os gastos estaduais, uma vez que as empresas passaram a implementar projetos culturais, ganhando também visibilidade positiva frente a sociedade. Esse é o caso da lei que institui o Programa de Ação Cultural (PAC) em São Paulo, permitindo isenção de até 0,2% do ICMS do período anterior⁷. No Norte e Nordeste brasileiros, há mecanismos análogos, mas com um número menos expressivo de projetos culturais. Em Minas Gerais, por meio das leis de responsabilidade fiscal como a “Lei Robin Hood” e suas alterações posteriores, os municípios e seus gestores são estimulados a investirem em educação, saúde e cultura. O estado mineiro ainda conta com uma lei específica de incentivo à cultura desde 2008⁸.

⁷ Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006

⁸ As leis de Minas Gerais citadas são as de nº 12.040/1995 e 17.615/2008, respectivamente.

Ainda nesse relatório do IBGE, a esfera municipal reduziu quase 4,5% dos gastos culturais entre os anos analisados. Contudo, a administração pública na esfera municipal parece ser a maior aliada no apoio cultural, o que pode estar ligado à proximidade dos atores políticos com as demandas por cultura locais. Vale ressaltar que os municípios também fazem uso de políticas de abatimento sobre impostos assim como os estados.

A Figura 7 mostra a distribuição da média dos gastos culturais municipais *per capita* entre 2006 e 2012.

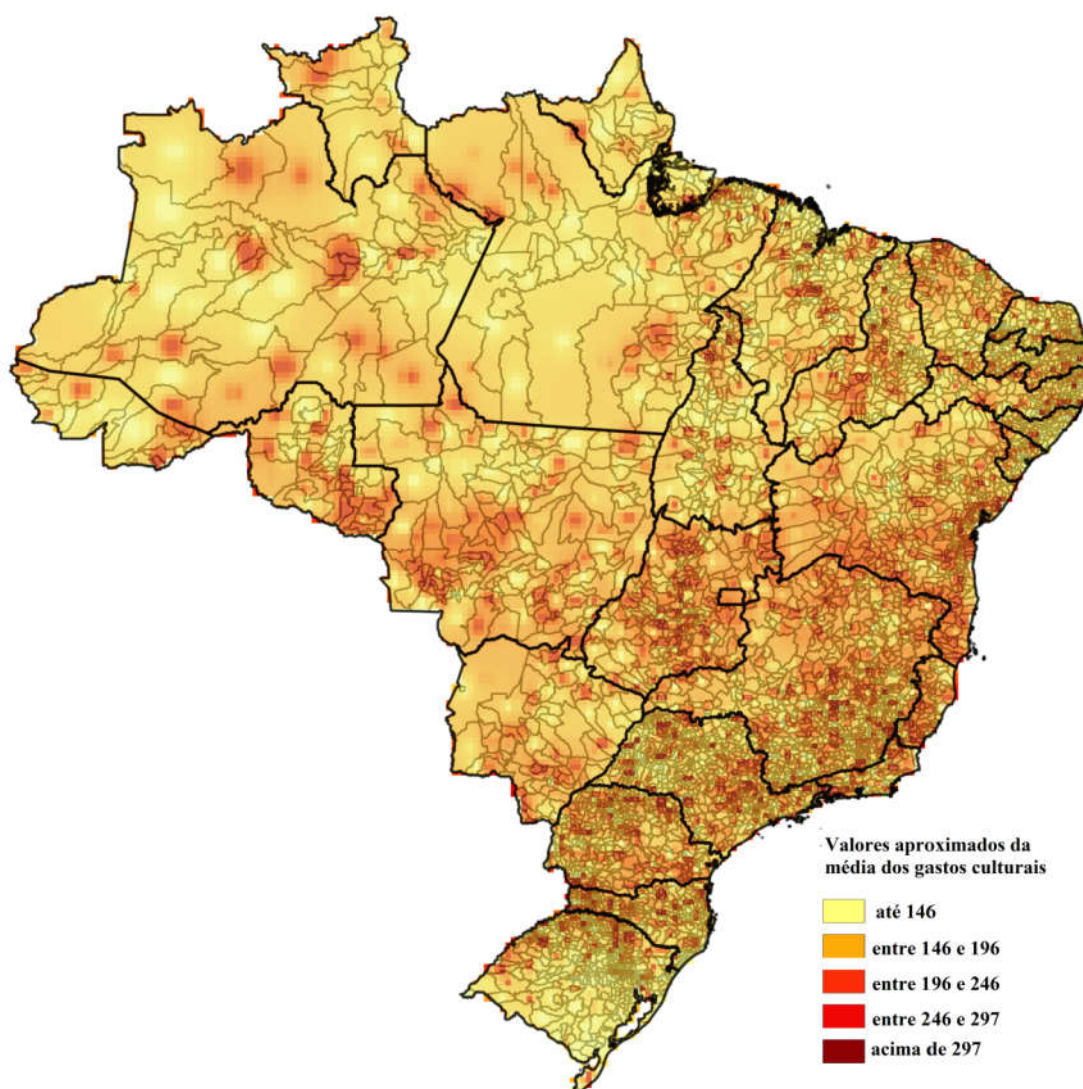


Figura 7 – Distribuição da média dos gastos com cultura nos municípios, em milhões de reais (2006-2012)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da FINBRA (2015).

Verifica-se que não há uma concentração muito homogênea, mas os municípios com maiores médias estão concentrados no Sul, Sudeste, no Distrito Federal, na Bahia e outros estados do Nordeste. Os menores gastos estão no Norte do país, embora existam pontos específicos em que as atividades artísticas e turísticas são mais evidentes, como é o caso dos municípios do Amazonas.

c) O BNDES e o seu apoio à Cultura

Acreditando que a economia da cultura contempla setores estratégicos e dinâmicos, uma vez que as formas de expressão e diversidade cultural são um ativo importante para o desenvolvimento do país, o BNDES tem estimulado atividades direcionadas às áreas criativas e culturais. O órgão justifica seus investimentos devido à geração de trabalho, emprego e renda, além das oportunidades de inclusão social que a cultura é capaz de promover. Dessa forma, o BNDES busca por meio de seus programas ampliar e promover a eficiência no mercado de bens e serviços culturais (BNDES, 2015).

Segundo informações do BNDES, com o intuito de promover a valorização da cultura, o órgão faz uso do chamado Espaço Cultural, onde o público se aproxima das manifestações artísticas e formas de expressão cultural. Além desse projeto, o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (Procult) apoia ações voltadas às cadeias produtivas da economia da cultura (audiovisual, editorial, música, jogos eletrônicos, artes visuais e performáticas). No que tange ao cinema, o BNDES realiza seleção pública de projetos, atendendo ao previsto na Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93).

Quanto ao Patrimônio Cultural Brasileiro, a instituição tem um programa com recursos não reembolsáveis a fim de atender a projetos de revitalização do patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico brasileiro, visando a preservação e a segurança de acervos, contribuindo para a dinamização e melhoramento da infraestrutura desses bens públicos. Outra contribuição do órgão refere-se ao patrocínio a eventos culturais e publicações que tratem de temas prioritários e relevantes.

A Figura 8 mostra a média de apoio financeiro do BNDES aos projetos das áreas culturais e criativas, em que se destacam Distrito Federal, Pará e Rondônia com os maiores valores desse financiamento, como é observado pela linha de tendência no gráfico.

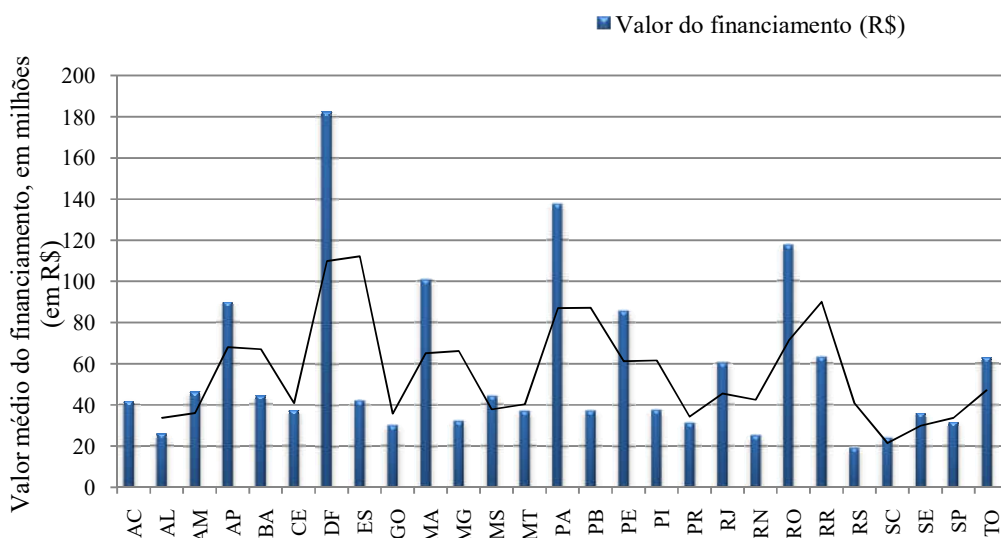


Figura 8 – Média do financiamento do BNDES para áreas culturais/criativas nos estados brasileiros (2002-2015)

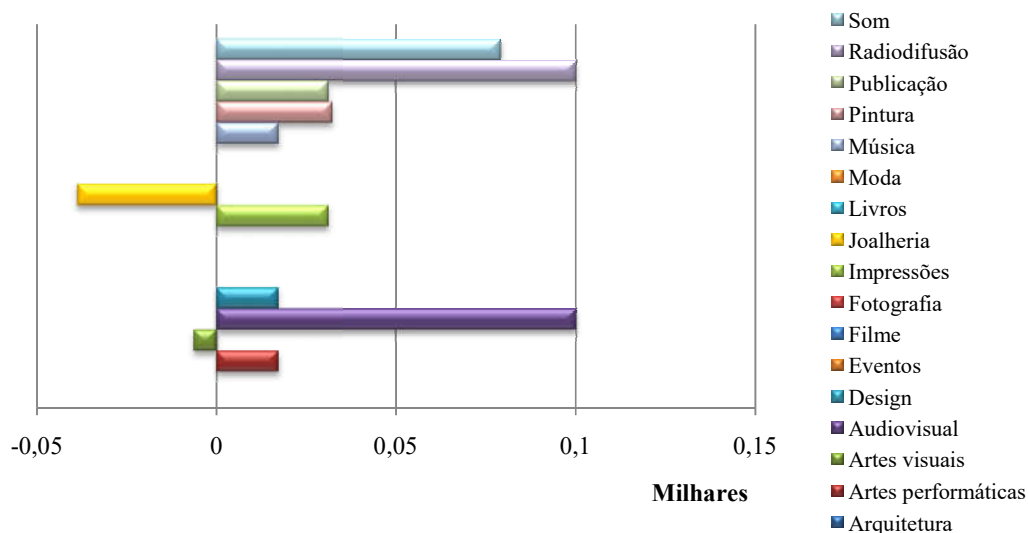
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do BNDES (2015).

d) A produção de cultura no Brasil

Santana e Souza (2003) observaram a partir do trabalho de Alvarez (2000), que a produção cultural no Brasil, no ano de 1994, movimentara aproximadamente 1% do PIB, o que representara algo em torno de R\$ 6,5 bilhões. Numa análise mais regional, Santana e Souza (2001) constataram que, só na região metropolitana de Belo Horizonte, 83% dos trabalhadores das atividades culturais trabalhavam em empresas com até 499 empregados, sendo que 55,8% trabalhavam em empresas com até 49 empregados em 2000.

Conforme o estudo do IBGE sobre indicadores culturais, em 2010, as atividades voltadas para as áreas culturais alcançaram cerca de 8,3% da receita obtida pelas empresas no Brasil, algo próximo de R\$ 347,8 bilhões. Ao utilizar os dados da PNAD, o IBGE observou uma queda de 12,6% na quantidade de trabalhadores culturais entre 2007 e 2012. Ainda assim, de acordo com um relatório voltado para a análise da economia criativa realizado pelo IPEA (2013), estima-se que a economia criativa formal representa entre 1,2% e 2% do PIB brasileiro e, aproximadamente, 2% da mão de obra e 2,5% da massa salarial formal. Pelos dados da UNCTAD, nota-se que as atividades culturais correspondem cerca de 5% do PIB mundial. A Figura 9 mostra a taxa de crescimento médio das importações brasileiras para os produtos das áreas culturais listadas na classificação de indústria criativa da UNCTAD.

(2002 – 2011)



(2007-2011)

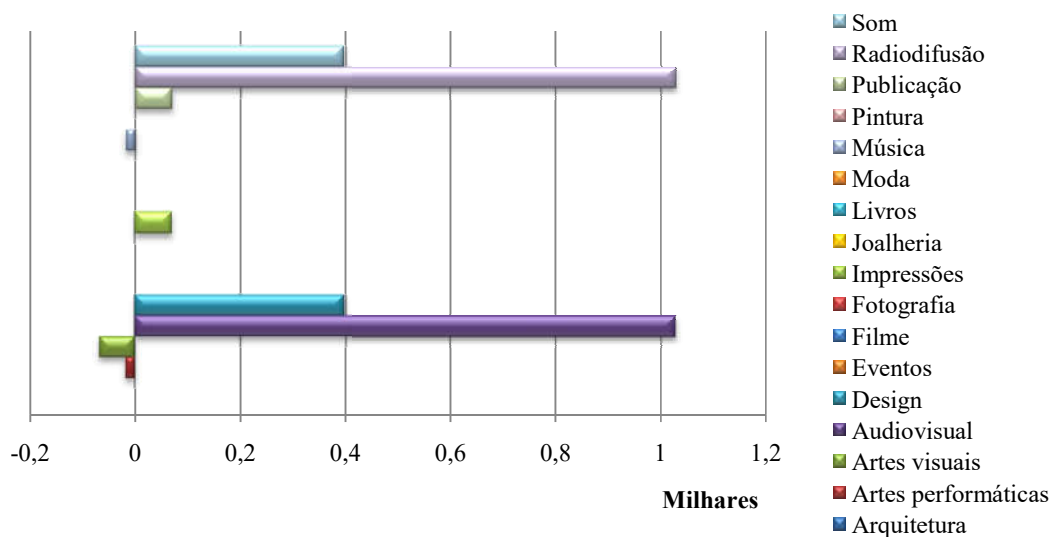


Figura 9 – Taxa de crescimento médio das importações das áreas culturais

Fonte: UNCTAD (2015).

Entre 2002 e 2011, os setores de audiovisual, radiodifusão e som foram os de maior destaque na importação, o mesmo ocorre para o período de 2007 a 2011, agora, com importância para o *design* também. Em situação menos favorável, estão as transações referentes às exportações brasileiras de bens e serviços culturais que não foram muito expressivas para ambos os períodos.

2.4 Direcionamentos importantes para a construção de variáveis culturais

Pensando na importância das metodologias para se avaliar o peso econômico das atividades culturais e, em consulta ao Ministério da Cultura, foi indicado a consideração do relatório realizado pela FJP (1998). Sobre essa pesquisa, Santana e Souza (2003) destacaram a relevância do mapeamento da cadeia de produção, investimento e construção de indicadores no tratamento da economia da cultura, mas com a desvantagem do nível de desagregação. Essas autoras citam ainda a importância de analisar a cultura a partir de políticas e incentivos como o ICMS, estratégia adotada por Prestes Filho (2002) ao analisar o Rio de Janeiro no ano de 2000. Por fim, Santana e Souza (2003) também reforçam que é fundamental refletir sobre as técnicas de mensuração da economia cultural, pois é preciso minimizar problemas relativos às bases de dados devido à alta complexidade da cultura.

Nessa perspectiva, as hipóteses que direcionam a construção das variáveis sugeridas no presente trabalho incorporam vários fatores que exercem influência sobre a economia da cultura no Brasil. Para isso, algumas proposições devem ser consideradas. Importante salientar que as suposições adotadas prevêm conceitos presentes na literatura de economia da cultura discutida, e estão contidas nos trabalhos visitados a seguir.⁹

2.4.1 Principais hipóteses que norteiam as variáveis na análise de economia da cultura

Rössel e Weingartner (2015) identificaram que o investimento público em cultura é determinado por interações entre variadas dimensões (sociais, políticas e econômicas) (**H₁**). Uma importante conclusão do trabalho foi que o tipo de cultura afeta o direcionamento do estímulo, uma vez que locais com maiores níveis de educação apresentam menor dispêndio em cultura clássica (**H₂**). Por outro lado, o tamanho da população jovem (proporção de pessoas com menos de 25 anos) e o nível de renda populacional – ou mesmo o PIB, segundo Getzner (2015) – influenciam no investimento de atividades culturais, em especial, as esportivas e de lazer (**H₃**).

Em uma pesquisa sobre a atenção dada ao papel que as artes, cultura e criatividade desempenham na requalificação das cidades, Comunian (2012) destacou a evidência das redes de conhecimento e de apoio no campo das indústrias criativa e cultural. Segundo a autora, existem atores-chave nessa relação e as interligações entre o setor público com aqueles sem fins lucrativos são importantes para a análise das atividades de cultura (**H₄**).

⁹ Vale ressaltar que a enumeração dos “**H**” identifica a hipótese que será utilizada na revisão de literatura.

Em outra ótica, Machado, Simões e Diniz (2013) consideram que as amenidades urbanas (nível de infraestrutura, disponibilidade e acesso aos equipamentos culturais, dentre outros aspectos) são fatores essenciais para o potencial criativo/cultural de uma cidade. Esses autores avaliaram os municípios brasileiros usando o seu potencial em termos de equipamentos culturais como medida de "amenidades de bem-estar" que influem na opção para viver e trabalhar em uma localidade (**H₅**)¹⁰. Isso, com base nos pressupostos de que a presença de condições adequadas para atividades artístico-culturais reflete um dinamismo regional, em que as cidades melhoram sua imagem e se tornam um destino para a entrada de capitais e atração de empreendimentos (PERLOFF, 1979; THROSBY, 2001).

Sobre tal pressuposto, Rössel e Weingartner (2015) observaram um efeito negativo dos gastos públicos com cultura em relação às localidades vizinhas. Em média, frente a uma elevação desses gastos, as localidades vizinhas reduzem os seus dispêndios (**H₆**). Quando retomamos ao escopo encontrado por Machado, Simões e Diniz (2013), constatamos ainda a existência de quatro *clusters* de locais com potencial criativo: 1) as maiores e mais desenvolvidas cidades do Brasil; 2) as capitais de estados importantes; 3) onde se localizam as grandes universidades e; 4) municípios que são pólos para o turismo cultural e ecológico (**H₇**).

Um trabalho realizado por Markusen, Hall e Gasmeier (1986) identificou que as amenidades urbanas de uma cidade constituem fator-chave para a atração de pessoas qualificadas. Após esse trabalho, Markusen (2006) criticou à noção de que a classe criativa implica em crescimento urbano. E em continuidade, Markusen *et al* (2008) revisaram aspectos conceituais e operacionais nas definições das artes, do setor criativo e do núcleo cultural. Os autores examinaram e viram que o emprego no setor cultural pode ser impulsionado por agendas políticas distintas, mas também pode ocorrer relação diferente, ou seja, investir em cultura não implica no aumento do emprego no setor (**H₈**).

Ainda no aspecto político, Markusen *et al* (2008) e Depalo e Fideli (2011) constataram que ciclos e círculos eleitorais interferem no campo da cultura. Evidências contrárias a isso foram encontradas por Getzner (2002; 2015) e Rössel e Weingartner (2015) (**H₉**). Markusen *et al* (2008) explicam que os formuladores de políticas usam uma combinação de métodos para produzir uma caracterização mais rica da economia cultural regional, os quais refletem na importância de bons números para a política cultural.

¹⁰ Segundo esses autores, as amenidades urbanas no Brasil incluem o número de bibliotecas, museus, centros culturais, ginásios esportivos, cinemas, índice de grupos culturais municipais, proporção de profissionais culturais/criativos e o gasto cultural, dentre outros fatores.

3. ESTRATÉGIA EMPÍRICA PARA A ANÁLISE EM ECONOMIA DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

3.1 Especificação dos modelos de análise cultural para os municípios brasileiros

As hipóteses revisitadas no presente trabalho buscam verificar a existência de fatores econômicos, políticos, regionais e sociais que influenciam diretamente o direcionamento dos gastos com difusão cultural no Brasil. Disso emerge um problema central que consiste em investigar se tais incentivos estimulam o aumento da produção cultural para diferentes localidades.

As suposições (H_1 ; H_2 ; H_3 ; H_4 ; H_5 ; H_6 ; H_7 ; H_8 ; H_9), apresentadas neste trabalho, sugerem que fatores diversos são importantes para avaliar a cultura. Nessa visão, o uso dessas pressuposições parece viável ao elaborar um modelo com base no painel híbrido.

As variáveis construídas a partir de fontes variadas de dados e também das estratégias propostas para a análise de cultura no Brasil são observadas no Quadro 1. Em realce estão as que compõem as variáveis dependentes de ambos os modelos (de investimentos ou gastos culturais e o de produção de cultura). Quando necessário, elas foram deflacionadas em relação ao ano inicial do período analisado (2006 a 2012). E, a exceção das binárias, as demais variáveis dependentes e explicativas estão em termos *per capita* e logaritimizadas para minimizar distorções das unidades de medida, calcular a elasticidade e facilitar a interpretação.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas na estimação dos modelos

Tipo	Variáveis*	Modelo de Gastos com Cultura	Modelo de Produção de Cultura
Sociais	Proporção dos trabalhadores de cultura com educação superior	ln_educ	ln_educ
	PIB <i>per capita</i>	ln_pib_pc	ln_pib_pc
	Índice de juventude	ln_ind_juvent	ln_ind_juvent
	Tamanho da população	ln_pop	ln_pop
Econômicas	Gastos municipais <i>per capita</i>	ln_gst_pc_cult_mun*	ln_gst_pc_cult_mun
	Gastos estaduais <i>per capita</i> ponderados pelos municípios	ln_gst_pc_cult_uf/mun*	ln_gst_pc_cult_uf/mun
	Valor de incentivo da lei Rouanet	ln_vi_rouanet*	ln_vi_rouanet
	Valor do incentivo do BNDES	ln_bndes*	-
	Dummy para incentivos do BNDES	-	dummy_bndes
	Número de trabalhadores de cultura	ln_cbo_cult	ln_cbo_cult**

(continuação)

Tipo	Variáveis*	Modelo de Gastos com Cultura	Modelo de Produção de Cultura
Culturais	Indicador de equipamentos de cultura	ln_eq_cult	ln_eq_cult
	Média das distâncias entre as cidades brasileiras	dist_med_cidades	dist_med_cidades
Regionais	Ser capital de estado	capital	capital
	Pertencer à região metropolitana	rm1	rm1
Políticas	O partido do prefeito ser o mesmo do governador de estado	pref_gov	-
	O partido do vereador mais votado ser o mesmo do governador de estado	ver1_gov	-
	O partido do segundo vereador mais votado ser o mesmo do governador de estado	ver2_gov	-
	O partido do prefeito ser o mesmo do presidente da república	pref_pres	-
	O partido do prefeito ser o mesmo do vereador mais votado da república	ver1_pres	-
	O partido do prefeito ser o mesmo do segundo vereador mais votado da república	ver2_pres	-
	O partido do governador ser o mesmo do presidente da república	gov_pres	-
	Ano de eleição municipal	ano_el_mun	ano_el_mun
	Ano de eleição estadual-federal	ano_el_uf	ano_el_uf

Nota: *Em conjunto, quando somadas, formam a variável dependente do modelo de investimentos ou gastos culturais; **Variável dependente do modelo de produção cultura.

Fonte: elaboração própria.

Com a finalidade de observar a variabilidade das despesas com cultura, optou-se por analisar as diferenças inter (entre) e intra (dentro) municipais ao longo do tempo. Neste caso, devido à sua estrutura, os modelos de efeitos fixos fornecem vantagem ao controlar fatores constantes não observados no cálculo de determinantes variantes no tempo. No entanto, como desvantagem tem-se que os determinantes constantes devem ser excluídos, permitindo analisar apenas os efeitos intra. Em contrapartida, nos modelos de efeitos aleatórios é possível inserir variáveis independentes e constantes no tempo, o que permite analisar os efeitos das diferenças do financiamento de cultura intermunicipal. Porém, modelos comuns de efeitos aleatórios não discriminam as diferenças que ocorrem entre e dentro dos componentes ao mesmo tempo. Para sanar esses problemas e analisar a

economia da cultura, Rössel e Weingartner (2015) encontraram em Allison (2009) o painel híbrido como alternativa viável.

No presente trabalho, para decompor os efeitos do investimento e produção culturais inter e intramunicipais, usa-se o painel híbrido porque se pretende calcular a média e seus desvios para todas as variáveis em cada ponto dos anos disponíveis no tempo, contemplando os efeitos para dentro (peculiaridades dos municípios) e entre (aquilo que é comparável nos municípios) ao mesmo tempo. Com isso, é possível integrar todos os componentes em um modelo de efeitos aleatórios ordinários e encontrar um efeito completo para cada determinante, mas dividido em observações inter e intra. A forma geral para esse modelo é,

$$y_{ij} = \beta_0 + \beta_k^w (x_{ij} - \bar{x}_j) + \beta_k^b \bar{x}_j + \zeta_j + \epsilon_{ij} \quad (1)$$

β_k^w e β_k^b captam os efeitos intra e inter, respectivamente; ζ_j representa o resíduo municipal específico e ϵ_{ij} é o resíduo dos municípios ao longo dos anos. Prosseguindo com a decomposição dos determinantes de gastos e produção de cultura, algumas especificidades devem ser consideradas como o efeito de tempo e as características inalteradas entre municípios, é o caso das variáveis “ano de eleição”, “indicador de equipamentos culturais” e “média ponderada das distâncias entre cidades”. Atentos a isso, deve-se integrar o termo de defasagem espacial a fim de se obter os dois modelos (determinantes dos gastos e produção cultural) a serem estimados, os quais são dados por

$$y_{ij} = \beta_0 + \beta_1^w (x_{1ij} - \bar{x}_{1j}) + \beta_1^b \bar{x}_{1j} + \dots + \beta_k^w (x_{kij} - \bar{x}_{kj}) + \beta_k^b \bar{x}_{kj} + \beta_{(k+n)} Z_{(k+n)ij} + \zeta_j + \epsilon_{ij} \quad (2)$$

Embora não demonstrado nas equações, serão incluídas variáveis *dummy* para controlar os possíveis elementos políticos, regionais e econômicos, evitando falhas nas estimativas dos efeitos intra e a tendenciosidade nos coeficientes ao longo do tempo.

Nas estimações foram incluídas as variáveis referentes à população e educação. Aquela refere-se à população municipal e é utilizada para captar possíveis efeitos referentes ao tamanho do município, conforme visto em Depalo e Fideli (2011). A outra variável captura a parcela dos profissionais de cultura com nível superior completo, conforme descrito na construção dos dados.

Os municípios com dados ausentes em cada ano foram eliminados da amostra para que não ocorresse problemas de especificação e, portanto, sub ou superestimação do modelo. As variáveis foram estimadas em conjunto pelo efeito que chamaremos aqui de “efeitos mistos”, o qual não verifica interações intra e inter separadamente. Por isso, estimamos também de maneira separada por grupos (social, econômica, cultural, regional e política), a fim de observar a viabilidade dos resultados a serem expostos e atender nossos escopos. A análise conjunta para cada estrato populacional pode ser vista no apêndice deste trabalho, enquanto aquelas para o total da população e interações grupais das variáveis encontram-se nas seções dos resultados e discussão destes.

3.2 Uma breve revisão sobre dados em painel

A econometria é uma ferramenta utilizada pelos economistas com a finalidade de compreender a relação entre variáveis econômicas, sociais e políticas. Por meio da utilização desse instrumento, alguns dos trabalhos citados proporcionaram conclusões viáveis à análise de cultura, os quais constituem o direcionamento para o diagnóstico realizado no presente estudo. Dentre os métodos aplicados por essa técnica encontram-se os modelos de dados em painel e suas variantes.

Em geral, os modelos de dados em painel apresentam observações repetidas para um conjunto de unidades seccionais. Nesse sentido, esses modelos aparentam ser uma boa alternativa estatística para o caso de não se ter uma série de tempo relativamente extensa, mas um número considerável de observações por indivíduos. Johnston e DiNardo (1997) explicam que quando o painel é equilibrado, há um mesmo número de observações para cada unidade seccional, portanto, existe um total de $n \times T$ observações.

Em condições normais, assume-se que,

$$y_{it} = X_{it}\beta + \epsilon_{it} \quad (3)$$

Para a estrutura do termo de perturbação tem-se:

$$\epsilon_{it} = \alpha_{it} + \eta_{it} \quad (4)$$

Como se pode observar, o termo de erro desconhecido é decomposto em: α_{it} (efeito individual) que varia com os indivíduos, mas é constante no tempo e não necessariamente

correlacionado com as variáveis explicativas e; η_{it} , o qual não está correlacionado com X_{it} e tem variação independente ao longo do tempo e dos indivíduos. Diante disso, prevalecem duas estruturas muito difundidas nas aplicações empíricas, os modelos de efeitos aleatórios (α_{it} não está correlacionado com X_{it}) e os efeitos fixos (α_{it} está correlacionado com X_{it}) (JOHNSTON e DINARDO, 1997).

O painel com efeitos fixos considera que os coeficientes podem variar tanto ao longo do tempo para cada unidade como de unidade para unidade. Em contrapartida, assim como nos MQO agrupados (ou empilhados), nos efeitos aleatórios o elemento não observado é colocado junto ao termo aleatório. Essas diferenças podem desencadear um sistema com mais equações do que variáveis. Neste caso, ajustar a parcimônia dos parâmetros estimados e considerar a heterogeneidade das unidades de corte admite que os coeficientes não variem para a mesma variável ao longo do tempo, exceto o termo constante, dado que a ideia é eliminar o efeito não observado (WOOLDRIDGE, 2010).

Conforme Loureiro e Costa (2009), o estimador de efeitos fixos é por vezes conhecido como *within* (β^w), já que usa a variação do tempo dentro de cada unidade observacional. Ainda conforme esses autores, outro estimador derivado desses conceitos é o *between* (β^b), obtido ao se aplicar MQO agrupados na equação invariante no tempo quando há variação entre as unidades.

Dentre os problemas do efeito fixo está a probabilidade de ocorrência de erros de medida, ou seja, fontes de enviesamento dos estimadores seccionais ou agregados. Outro problema seria a ocorrência de variáveis endógenas, ligadas às variações (que podem não ser decorrentes de fatores exógenos) nas variáveis explicativas ao longo do tempo. Sobre esses aspectos, Johnston e DiNardo (1997) explicam que os dados em painel não fornecem a “cura” para todos os problemas econométricos. Todavia, esses autores dizem que muitos investigadores preferem usar os efeitos fixos aos aleatórios, pois a correlação desses efeitos com os regressores de interesse parece ser mais baixa, na maioria dos casos. Porém, não há uma regra simples para corrigir esses possíveis problemas.

De acordo com Loureiro e Costa (2009), o ponto crucial na decisão de que modelo deve ser utilizado (fixos ou aleatórios) reside na existência da correlação entre X_{it} e o termo de erro, o que deve ser feito perante os dados trabalhados e suas especificidades. Além disso, eles indicam que uma importante ferramenta é o Teste de Hausman, o qual busca identificar as diferenças das estimativas entre efeitos fixos e aleatórios.

3.2.1 Painel híbrido

O painel híbrido – de modelos hierárquicos, de efeitos mistos ou multinível – faz um *mix* dos efeitos fixos e aleatórios, em que se podem observar os estimadores inter (*between*) e intra (*within*). Basicamente, esse modelo pode ser eficiente para captar informações que podem ou não estar correlacionadas com a estrutura do termo de perturbação. Cameron e Trivedi (2009) explicam que os modelos de efeitos mistos são extensões mais elaboradas dos de efeitos aleatórios, sendo o seu uso muito comum nas análises microeconômicas pela atenção voltada também aos efeitos fixos.

Por meio da estimação desse tipo de painel, Rössel e Weingartner (2015) realizaram sua análise sobre os determinantes dos gastos com cultura nos cantões suíços. Baltagi, Song e Jung (2001), em porte de um painel não balanceado, estimaram uma função de produção do tipo Cobb-Douglas a fim de examinar a produtividade do capital no setor público, constatando que nos níveis de estados dentro das regiões analisadas o estoque de capital privado é o fator de maior influência. E, Rabe-Hesketh e Skrondal (2008) concluíram que a experiência é um dos elementos que mais influencia no salário. E no Brasil, Fávero e Confortini (2010) verificaram uma baixa representatividade, em caráter multinível, na diferenciação da rentabilidade anual média e das taxas de crescimento dos preços das ações entre empresas do setor de atuação na Bovespa.

De acordo com Cameron e Trivedi (2005) a especificação do modelo linear misto é,

$$y_{it} = \mathbf{z}'_{it}\boldsymbol{\beta} + \mathbf{w}'_{it}\boldsymbol{\alpha}_i + \epsilon_{it} \quad (5)$$

em que, \mathbf{z}_{it} são variáveis explicativas e possuem intercepto, \mathbf{w}_{it} é um vetor de características observáveis, $\boldsymbol{\alpha}_i$ é um vetor aleatório com média zero e, ϵ_{it} é o termo de erro. Nesse modelo, a junção dos efeitos fixos ocorre pelo parâmetro $\boldsymbol{\beta}$, enquanto o parâmetro de efeitos aleatórios pelo $\boldsymbol{\alpha}_i$.

Dessa maneira, o intercepto do modelo aleatório ($y_{it} = \mathbf{z}'_{it}\boldsymbol{\beta} + \boldsymbol{\alpha}_i + \epsilon_{it}$) é um caso especial com $\mathbf{w}'_{it}\boldsymbol{\alpha}_i = \boldsymbol{\alpha}_i$. Outro caso particular é o coeficiente aleatório do modelo, quando se supõe que,

$$y_{it} = \mathbf{z}'_{it}\boldsymbol{\beta}_i + \epsilon_{it} \quad (6)$$

Como se observa, trata-se de uma regressão linear simples, mas com o advento de que agora os parâmetros da regressão diferem entre os indivíduos e, portanto, tem-se:

$$\beta_i = \beta + \alpha_i \quad (7)$$

Conforme Cameron e Trivedi (2005), quando $\mathbf{w}'_{it} = \mathbf{z}'_{it}$, a equação (5) que define o modelo misto pode ser substituída ($y_{it} = \mathbf{z}'_{it}\beta + \mathbf{z}'_{it}\alpha_i + \epsilon_{it}$). Todavia, isso pode gerar certa confusão entre os modelos de intercepto e os de coeficientes aleatórios, onde \mathbf{w}'_{it} , geralmente, aparece como subconjunto de \mathbf{z}'_{it} .

Particularmente, os modelos mistos e os de análise de variância (ANOVA) são uma especificidade de quando o k -ésimo componente do vetor \mathbf{w}'_{it} assume valor zero ou um para diferentes agrupamentos de dados. Isso ocorre porque os modelos mistos advêm dos modelos ANOVA.

O objetivo central é estimar a parte fixa da regressão (parâmetros β), bem como as variâncias e covariâncias dos parâmetros das distribuições para $\alpha_i + \epsilon_{it}$. Os pressupostos estocásticos dos modelos mistos incluem a suposição de que existem regressores em \mathbf{z}'_{it} independentes dos componentes aleatórios com média zero (α_i e ϵ_{it}). Logo, a regressão de MQO agrupado para y_{it} em \mathbf{z}'_{it} fornece estimativas consistentes de β . Por outro lado, para se obter o estimador de MQG livre de viés para, então, estimar as variâncias e covariâncias de α_i e ϵ_{it} e considerar a previsibilidade aleatória dos elementos de α_i , é preciso combinar observações ao longo do tempo num determinado indivíduo,

$$y_{it} = \mathbf{z}'_{it}\beta + (\mathbf{W}'_i\alpha_i + \epsilon_{it}) \quad (8)$$

Com isso, considera-se que α_i e ϵ_{it} são independentes de i e um do outro, tendo uma distribuição $\alpha_i \sim [0, \Sigma_\alpha]$ e $\epsilon_i \sim [0, \Sigma_\epsilon]$, fazendo com o que o termo de erro seja:

$$\mathbf{W}_i\alpha_i + \epsilon_i \sim [0, \Omega_i = \mathbf{W}_i\Sigma_\alpha\mathbf{W}'_i + \Sigma_\epsilon] \quad (9)$$

Logo, o estimador não viesado de MQG será

$$\hat{\beta}_{MQG} = [\sum_{i=1}^N \mathbf{Z}_i' \hat{\Omega}_i^{-1} \mathbf{Z}_i]^{-1} \sum_{i=1}^N \mathbf{Z}_i' \hat{\Omega}_i^{-1} \mathbf{y}_i \quad (10)$$

Essa implementação exige que a estimativa $\hat{\Omega}_i$ seja consistente para Ω_i . Para isso, Cameron e Trivedi (2005) prosseguem demonstrando que há dois estimadores com base no pressuposto da distribuição normal para os componentes aleatórios, o que pode ser obtido a partir de um empilhamento apropriado da equação (8) e assumindo $\alpha_i \sim N[0, \mathbf{R}]$ e $\epsilon_i \sim N[0, \mathbf{G}]$.¹¹ A partir disso, o estimador de MQG não enviesado para o modelo misto é

$$\hat{\beta}_{FMQG} = [\mathbf{Z}' \hat{\mathbf{V}}^{-1} \mathbf{Z}]^{-1} \mathbf{Z}' \hat{\mathbf{V}}^{-1} \mathbf{y} \quad (11)$$

\mathbf{V} é consistente e sua obtenção é por meio do método de máxima verossimilhança, porém, o *log* da função de máxima verossimilhança pode implicar em tendenciosidade para ocasiões onde há pequenas amostras (CAMERON e TRIVEDI, 2005).

Pensando a equação (5) como estrutura matricial, tem-se

$$\mathbf{y} = \mathbf{Z}\beta + \mathbf{W}\alpha + \epsilon \quad (5.1)$$

Atente para o fato de que as estruturas dos grupos de variáveis das estimações dos efeitos aleatórios – nos modelos de painel híbrido – consistem em aninhamentos multiníveis. O erro padrão da parte fixa ($\mathbf{Z}\beta$) é análogo ao preditor da regressão linear de MQO. Já para os efeitos aleatórios ($\mathbf{W} + \epsilon$), assume-se que α possui uma matriz \mathbf{G} de variância e covariância e, sendo α ortogonal à ϵ , logo,

$$\text{var} \begin{bmatrix} \alpha \\ \epsilon \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} \mathbf{G} & 0 \\ 0 & \sigma_\epsilon^2 \mathbf{R} \end{bmatrix}$$

Sobre esse aspecto, o manual do STATA destaca que os efeitos aleatórios α não são diretamente estimados (embora possam ser previstos), mas em vez disso são caracterizados por elementos de \mathbf{G} , conhecidos como componentes de variância. Tais elementos são estimadas ao longo da amostra com o σ_ϵ^2 (variância residual global) e os parâmetros da variância residual contidos em \mathbf{R} . A especificação geral do \mathbf{G} também fornece flexibilidade adicional, fazendo com que os elementos aleatórios possam ser modelados como

¹¹ Para mais detalhes, ver Cameron e Trivedi (2005).

independentes ou correlacionados. Já a estrutura geral de \mathbf{R} permite aos erros residuais características heteroscedásticas e correlação, além da flexibilidade para modelagens.

Parte disso associa-se ao fato desses modelos serem extensões do "método ANOVA" para dados desbalanceados. Dentre os déficits deste método, está a falta de singularidade, as estimativas imparciais e formas quadráticas no lugar dos quadrados médios observados. Para essa técnica, os métodos mais populares incluem a estimação de máxima verossimilhança (ML, em inglês) e a máxima verossimilhança restrita (REML, em inglês), cuja ideia básica é formar um conjunto de contrastes lineares para uma resposta que não dependem dos efeitos fixos, mas sim dos componentes da variância.

Retomando a equação (1) em situações de dados em *cluster*, é conveniente não considerar todas as n observações de uma só vez, mas deve-se organizar o modelo misto como uma série de grupos independentes M ,

$$y_j = Z_j\beta + W_j\alpha_j + \epsilon_j \quad (12)$$

para $j = 1, \dots, M$, o conjunto j consiste de n_j observações. A variável resposta, y_j , compreende as linhas de y correspondentes ao *cluster* de ordem j . Analogamente, Z_j é definido com j . Os efeitos aleatórios, α_j , agora podem ser pensados como M realizações $q \times 1$, num vetor normalmente distribuído com média 0, enquanto, $q \times q$ numa matriz de variância Σ .

Frente a esses argumentos, a formulação dos modelos de efeitos mistos oferece duas vantagens principais: as especificações dos efeitos aleatórios em termos práticos e a própria representação de um modelo misto, o qual generaliza com praticidade um conjunto de efeitos aleatórios. Nesse modelo, o y_{ij} é a observação para o indivíduo i dentro do *cluster* j , onde os indivíduos estão no primeiro nível e os *clusters* correspondem ao segundo nível do modelo. Para melhor compreensão, o manual do STATA sugere a ocorrência de um modelo hipotético de três níveis. As informações do *software* expõem o exemplo do caso em que se pretende analisar as classes aninhadas dentro de escolas, cujas observações dentro das escolas (alunos, por exemplo) estariam no primeiro nível, as classes seriam o segundo e as escolas o terceiro.

3.3 Compatibilização de dados para a análise de cultura no Brasil

Dentre os objetivos desta pesquisa encontram-se a identificação dos potenciais determinantes do financiamento em cultura e como esses investimentos, em conjunto com outros fatores são capazes de interferir na produção cultural, o que exige o uso de métodos específicos. Entretanto, as peculiaridades relativas à cultura, enquanto foco de políticas, bem como a precariedade e a falta de dados, demandam certo esforço estratégico para atingir esse objetivo. Nesse sentido, o uso cauteloso de algumas variáveis possibilita avanços em escopos outrora não previstos e justifica esse demasiado empenho.

Segundo Calabre (2007), existe uma lógica por trás da formação de dados, a exemplo das pesquisas realizadas pelo IBGE, as quais são elaboradas para atender solicitações específicas do governo. Portanto, pressupõe-se que os dados utilizados no presente trabalho possuem correspondências com outras bases. Isso é importante, pois permite pensar indicadores sociais e avançar na produção de informação sobre o tema.

Dessa forma, a primeira etapa a ser realizada é a identificação das fontes de dados para planejar como pode ser feita a compatibilização dos dados. O fator inovador nesta etapa está na consideração dos dados do *Salic-net*, que contemplam os relatórios quantitativos da lei Rouanet, os quais farão correspondência com as demais bases de dados a serem utilizadas.

O ajustamento desses dados ocorre a partir da assimilação e subsequente codificação municipal baseada nos bancos de dados do IBGE, haja vista que é uma das fontes de dados mais utilizadas do país. Além disso, para contemplar o objetivo de analisar a produção de cultura utilizam-se as informações da RAIS referentes aos trabalhadores e empresas por setor e atividades das diferentes regiões, estados e até no nível municipal.

3.3.1 Proposta de variáveis para analisar a relação entre cultura e economia no Brasil

Os dados específicos para a efetividade dos incentivos da lei Rouanet em promover a produção nos setores da indústria cultural brasileira foram obtidos do *Salic-net*. A escolha dessa base de dados se deu de modo a adequar a análise à legislação referente à lei Rouanet. Haja vista que essa ferramenta sistêmica disponibiliza relatórios e dados de forma dinâmica e ágil sobre os participantes dos programas, inclusive, estratos dos projetos por município e estado.

Em relação às demais variáveis do modelo, fez-se o uso da RAIS que contém os dados de trabalhadores por códigos da CBO com as áreas e setores a serem categorizados como criativos/culturais de acordo com o MTE. Além disso, a FINBRA, que está vinculada à STN-MF, foi utilizada para obtenção dos dados referentes aos investimentos municipais e estaduais com difusão cultural. Já o BNDES foi usado para o fornecimento de dados sobre os financiamentos realizados pelo órgão a projetos específicos. Adicionalmente, a pesquisa MUNIC foi adotada para identificar equipamentos culturais. Por fim, o TSE serviu de fonte referência para as informações de ciclos políticos e períodos eleitorais.

Quanto ao período de análise, extraiu-se dados para todos os anos contidos nas amostras das pesquisas, o que varia de acordo com as informações disponíveis. Com isso, fez-se necessário um cruzamento entre esses elementos, permitindo uma análise consistente e restrita ao período de 2006 a 2012.

As variáveis utilizadas neste trabalho foram divididas com base nas pressuposições previstas na literatura, mas com algumas adaptações condizentes à finalidade de atender ao problema de pesquisa proposto. Dentre as hipóteses visitadas na literatura temos:

- (H₁) A classificação das variáveis em diferentes dimensões interfere na análise do investimento em cultura;
- (H₂) O nível de educação interfere no investimento e produção de cultura;
- (H₃) O nível de renda (ou PIB) e a população jovem de uma dada localidade ou região influencia na demanda por cultura e, conseqüentemente, nos investimentos e produção cultural;
- (H₄) As relações institucionais, bem como a existência de fontes variadas de financiamento podem ser efetivas nas relações da economia cultural;
- (H₅) Os equipamentos culturais são uma medida de amenidade urbana que interferem no financiamento e produção de cultura;
- (H₆) Cidades e regiões vizinhas interferem na demanda e investimento cultural das localidades, ou seja, a distância ponderada pela cultura é importante;
- (H₇) Cidades e regiões importantes, com localização estratégica, podem exercer influência sobre a análise de cultura municipal/regional;
- (H₈) As políticas de cultura são capazes de influenciar de alguma forma o emprego no setor cultural;

(H₉) Ciclos e círculos políticos e eleitorais podem ou não influenciar no setor cultural, tanto no estímulo aos gastos com cultura quanto no nível de emprego dessas atividades.

Atendendo à primeira hipótese (H₁) revisada, a seguir encontra-se a categorização das variáveis conforme diferentes âmbitos de interesse.

a) Variáveis sociais

No âmbito social, as variáveis referentes à educação foram obtidas a partir do nível educacional dos trabalhadores da área de cultura. Para isso, foi realizada uma classificação considerando o número de profissionais analfabetos e com estudo até a 5ª série, os com ensino fundamental completo e médio incompleto, outros com ensino médio completo, ensino superior incompleto e, por fim, aqueles com ensino superior completo. Tudo isso com o objetivo de atender à hipótese (H₂) de que o nível de educação interfere na análise de economia da cultura.

Obtidos esses dados, foi encontrada a parcela de profissionais de cultura com nível superior dentro da amostra, haja vista os pressupostos que envolvem a educação e cultura, isto é, quanto maior o nível de escolaridade de uma população maior a chance de se demandar, investir e produzir cultura. Com esse argumento temos,

$$proporção_{ens_sup} = \frac{ens_{sup}}{ens_{anf_5^a} + ens_{fund_med(inc)} + ens_{med(cp)} + ens_{sup(inc)} + ens_{sup}} \quad (13)$$

$ens_{anf_5^a}$ significa a quantidade de trabalhadores de cultura sem instrução ou com ensino até a quinta série; $ens_{fund_med(inc)}$ é o número desses trabalhadores com ensino fundamental completo e médio incompleto; $ens_{med(cp)}$ são os profissionais de cultura com nível médio completo e; $ens_{sup(inc)}$ e ens_{sup} representam os trabalhadores de cultura com nível superior incompleto e completo, respectivamente.

Com vistas para a (H₃), foi realizada uma estratégia específica para calcular um índice de juventude para cada município. Utilizou-se para tal, a classificação de população jovem realizada pelo IBGE (faixa etária entre 15 e 25 anos), da qual é possível obter a proporção de jovens na população, como segue:

$$proporção\ de\ jovens = \frac{população\ jovem_{(t)}}{população\ não\ jovem_{(t)}} \quad (14)$$

em que $população\ jovem_{(t)}$ considera a classificação de jovens de acordo com o IBGE para determinado período t e $população\ não\ jovem_{(t)}$ refere-se àqueles indivíduos que não estão inclusos naquela classificação.

Em posse dessa informação, calculou-se a taxa de crescimento da população jovem na primeira década de 2000:

$$tx\ cresc\ população\ jovem = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{proporção\ de\ jovens_{(t)}}{proporção\ de\ jovens_{(t-1)}}} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (15)$$

Neste caso, a $proporção\ de\ jovens_{(t)}$ refere-se àquela parcela calculada em (14) dos classificados como jovens a partir do Censo de 2010, enquanto a $proporção\ de\ jovens_{(t-1)}$ é a mesma parcela presente no Censo de 2000¹².

Tudo isso é ponderado pela taxa de crescimento da proporção da população municipal sobre a população estadual durante os anos analisados, como medida de aproximação para encontrar o índice de crescimento da população jovem no município, o que é obtido a partir de:

$$tx\ cresc\ prop\ populacional = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{proporção\ da\ população\ \left(\frac{município_i}{estado_i}\right)_{(t)}}{proporção\ da\ população\ \left(\frac{município_i}{estado_i}\right)_{(t-1)}}} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (16)$$

O índice de juventude é calculado, então, com base na taxa de crescimento da população jovem sobre o total da população não jovem (os que não fazem parte da classificação do IBGE). Assim,

$$índice\ de\ juventude = \left(\frac{tx\ cresc\ prop\ populacional}{tx\ cresc\ população\ jovem} \right) / 100 \quad (17)^{13}$$

¹² O Censo de 1991 não foi considerado, pois no presente estudo não houve dados para todos os anos, o que inviabiliza a análise para um período mais amplo. Por isso, o índice de juventude foi calculado para o período entre 2000 e 2010, para observar o crescimento dessa variável durante a década.

¹³ Esse procedimento é baseado nos métodos do IBGE, adaptados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), para encontrar um índice de envelhecimento da população brasileira, mas ajustado para os jovens, o mesmo procede nas taxas de crescimento. Para mais ver IBGE (2013).

Ainda para atender a (**H₃**), foi obtido o PIB municipal, o qual é calculado pelo IBGE cidades. Assim, é possível encontrar o seu valor *per capita* ao ponderá-lo pelo tamanho da população total do município, considerando-o uma aproximação da influência média da renda na cultura municipal.¹⁴

b) Variáveis econômicas e de financiamento da cultura

A quarta hipótese (**H₄**) entende que existem relações institucionais e, portanto, fontes variadas de financiamento podem ser efetivas na explicação das políticas públicas, visando a economia da cultura.

Visto isso, foram utilizados os dados referentes aos valores dos investimentos de pessoa física e jurídica em projetos culturais do Salic-net, desagregados para o nível municipal e ponderados pela população de cada cidade a fim de se obter os valores *per capita*. Para cada ano foi realizada uma divisão dos projetos aprovados por área cultural da lei Rouanet nos municípios. As grandes áreas identificadas de cada projeto aprovado pela lei Rouanet foram: artes cênicas, artes integradas, artes visuais, audiovisual, humanidades, música e patrimônio cultural.¹⁵

O Salic-net apenas apresenta os nomes dos municípios com alguns caracteres que dificultam a análise dos dados. Por isso, em posse desses dados, foi feita uma codificação com base nos códigos dos municípios, estados e regiões do IBGE. Assim, foi possível realizar as devidas correspondências entre as informações já trabalhadas e as variáveis referentes aos gastos com difusão cultural da FINBRA e do BNDES. Nessa e nas demais compatibilizações foi utilizado o *software Scilab*, o qual permitiu identificar o código e os nomes dos municípios em cada uma das fontes de dados e realizar equivalências entre elas, possibilitando a construção de um banco de dados com fontes multivariadas¹⁶.

Semelhante à estratégia adotada por Botelho e Avellar (2013) – que avaliaram os incentivos à tecnologia de micro e pequenas empresas brasileiras, utilizando dentre outras, uma variável que indica repasses de incentivos diversos à inovação por estado – usou-se neste estudo um controle para distinguir os setores que não recebem subsídios da lei Rouanet, mas são contemplados por outros tipos de políticas de estímulo à produção.

¹⁴ O órgão disponibiliza esta variável para os anos de 1999 a 2012. Importante ressaltar que o Ipeadata permite observar informações sobre o PIB municipal para anos anteriores (1970, 1975, 1980, 1985 e 1996), porém, esses dados sofrem com saltos quinquenais, o que dificulta a análise proposta.

¹⁵ A base de dados disponibiliza essas informações desde o ano imediatamente subsequente à implantação da lei Rouanet (1992) até os anos mais recentes na época deste estudo.

¹⁶ O *Scilab* é um *software* científico e aberto para a programação de computadores semelhante ao *Matlab*.

Nesse sentido, foram classificadas as áreas culturais/criativas de financiamento do BNDES, cuja correspondência foi realizada por meio do cálculo da probabilidade de um projeto apresentado ao órgão ser contemplado. Esse cálculo considera a ponderação pelo número de municípios existentes na unidade de federação, a proporção da população de cada um desses municípios sobre a proporção estadual e o gasto *per capita* com cultura municipal:

$$prob_{bndes} = \left(\frac{1}{n^{\circ}_{municipios}} \right) \times \left(\frac{pop_{municipal}}{pop_{estadual}} \right) \times gasto_{cult_pc} \quad (18)$$

em que $prob_{bndes}$ representa a probabilidade de um município ter um projeto aprovado. Após isso, toma-se o valor do projeto financiando pelo BNDES, o qual é fornecido por unidade de federação, para multiplicá-lo pela probabilidade do município ter sido sorteado de acordo com essa estratégia. Em seguida, cria-se uma *dummy* que indica se o município teve a probabilidade de receber o financiamento ou não.¹⁷

Os gastos com cultura municipais foram obtidos diretamente do banco de dados da FINBRA e divididos pelo total da população. Na análise dos dados referentes aos gastos estaduais, foi preciso elaborar um tratamento mais estratégico, pois o objetivo é ver os gastos no nível municipal. Porém, os gastos estaduais são direcionados a algum projeto ou manifestação cultural que ocorre em determinado município. Por isso, como forma de ponderação utiliza-se o gasto estadual com a função/desempenho cultura na unidade de federação dividido pelo número de cidades, pertencentes ao estado naquele ano, em seguida, pondera-se esse valor pelo tamanho da população municipal.¹⁸

c) Variáveis culturais

Visando a (**H₅**) de que os equipamentos culturais servem como uma medida de amenidade urbana, foi empregado um indicador de equipamentos culturais dos municípios. Para esse argumento, toma-se como base a construção do indicador de cultura da FJP que considera uma ponderação própria do nº de bibliotecas, museus, ginásios esportivos e

¹⁷ Esses dados estão disponíveis para o período de 2002 a 2015.

¹⁸ A FINBRA divide os gastos culturais em três subfunções: Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico; Difusão Cultural e; Demais Subfunções. Quando lidamos com os gastos com função/desempenho cultura, estamos tratando do total da receita empenhada pela administração pública nas atividades culturais. Apesar de haver informações sobre gastos culturais na FINBRA desde 1996, até 2001 eles eram agregados à categoria de despesas realizadas com a educação, o que poderia superestimar as investigações. Apenas em 2004 foram apresentadas outras subfunções dos gastos com cultura, o que deve ser computado ao propor uma análise que utilize esses dados.

cinemas existentes no município, dentre outros fatores. A base de dados utilizada como fonte dessas informações é a pesquisa MUNIC do ano de 2006, a qual contempla informações mais precisas sobre a oferta de cultura nos municípios brasileiros. Como este estudo delimita a oferta para essas informações, supõe-se que os equipamentos permanecem quase constantes nos demais anos, variando apenas conforme o crescimento populacional por ser um indicador em termos *per capita*.

A medida de ponderação adotada deriva de resultados do trabalho de Machado, Simões e Diniz (2013), adotando o peso dos componentes principais da análise fatorial dos equipamentos supracitados como proporção base na construção desse indicador¹⁹. Assim, os diferentes pesos da construção do indicador de equipamento cultural no presente trabalho são dados por:

$$peso_w = \left(\frac{equipamento_w}{\sum equipamentos} \right) \times 100 \quad (19)$$

cujo subscrito w refere-se a um dos equipamentos de cultura especificados. Assim, pode-se ter: $peso_{bib}$ (peso para o número de bibliotecas); $peso_{mus}$ (museus); $peso_{gin}$ (ginásios esportivos) e; $peso_{cine}$ (cinemas). A partir disso, é possível obter o indicador de equipamentos de cultura pela expressão,

$$equip_{cult} = \left[\frac{(biblioteca \times peso_{bib})_i + (museu \times peso_{mus})_i + (ginásio \times peso_{gin})_i + (cinema \times peso_{cine})_i}{população_i} \right] \times 100 \quad (20)$$

neste caso, o subscrito i representa os municípios de cada estado e, portanto, tem-se o indicador de equipamento de cultura municipal ($equip_{cult}$).

A hipótese (**H₆**) diz que as cidades e regiões vizinhas interferem na demanda e investimento cultural das localidades, ou seja, a distância ponderada pelos gastos com cultura é importante. Assim, foi adotada uma estratégia para encontrar a distância média entre as cidades brasileiras, ponderada pelo fator deslocamento e gastos municipais culturais *per capita*. Nessa ótica, usa-se a latitude e longitude para identificar a localização

¹⁹ Machado, Simões e Diniz (2013) encontraram os seguintes valores de peso na análise fatorial para cada um dos equipamentos: biblioteca (0,4293); museus (0,4698); ginásio esportivo (0,2003) e; cinemas (0,4638). Os autores também utilizam a proporção de profissionais culturais/criativos e o gasto cultural, além de um índice de “grupos culturais” (medida municipal dos grupos de leitura, cineclubes, rádio comunitária, circo, banda, orquestra, etc), a fim de analisar as amenidades urbanas no Brasil. Nosso intuito, no presente trabalho é apenas construir um indicador de equipamentos culturais e, embora esses autores tenham indicado a importância dos centros culturais, o valor de peso desses centros não foi reportado para compor os componentes, sendo usado somente na regressão.

de cada município. Em seguida calculam-se as distâncias entre as cidades. Como medida aproximada desse cálculo, adota-se a distância geométrica entre dois pontos (distância euclidiana), conforme sugerido por Monasterio (2011). Disso, adota-se a aproximação de 111,12 para converter essa distância em km, haja vista que os pequenos raios de alcance influenciam mais do que os gastos com cultura, possibilitando assim, supor superfícies quase planas, obtendo:

$$dist_i = [\sqrt{(lat_i - lat_m)^2 + (long_i - long_m)^2}] \times 111,12 \quad (21)^{20}$$

em que *lat* e *long* são as latitudes e longitudes das cidades *i* ou *m*, respectivamente; enquanto *dist_i* é a distância aproximada entre elas.

Feito isso, pode-se efetuar a média ponderada pela distância entre as cidades e pelos gastos *per capita*. Para a própria localização da cidade, o peso referente ao gasto cultural deve ser maior, uma vez que o usufruto da cultura pela população tende a ser mais elevado.

Seguindo a lógica de que cidades vizinhas exercem peso sobre o gasto cultural de uma determinada localidade, adota-se o critério de que distâncias menores implicam em grande influência na decisão dos agentes ao demandarem cultura (Rössel e Weingartner, 2015). Por outro lado, conforme essa distância aumenta, há um contraponto cujo gasto cultural passa a ser um peso mais importante do que a distância por si só na tomada de decisão de um indivíduo, agente ou instituição em usufruir desse investimento. Colocado dessa forma, alguns pesos devem ser previstos no cálculo da distância média entre as cidades, a saber:

- 0 km – o gasto com difusão de cultura é o principal responsável pela demanda cultural, recebendo peso 1;
- acima de 0 e até 50 km – o gasto com cultura tem peso menor (0,1) e implica em menos influência do que a distância em km (peso 0,9);
- acima de 50 e até 150 km – a distância ainda tem grande peso (0,7) e o gasto cultural pouca influência (0,3);
- acima de 150 e até 250 km – o gasto com cultura passa a exercer o maior controle (0,6), enquanto a distância reduz sua participação (0,4);
- acima de 250 km – os gastos culturais de cada cidade passam a ser mais importantes (0,9) e a distância em km é menos representativa (0,1).

²⁰ O valor de 111,12 é adotado com base nas informações indicadas no portal da Aviação de Segurança Pública e Defesa Civil, para conversão das coordenadas de uma distância em km.

Por meio desses critérios tem-se a distância ponderada das cidades,

$$dist_{pond} = distância\ do\ município_{ij} (critérios\ km) \times peso(km, gastos_{cult}) \quad (22)$$

em que a *distância do município_{ij}* refere-se à distância aproximada de uma cidade em relação aos demais municípios brasileiros e depende dos critérios pré-estabelecidos de *km*.

Obtida a matriz de distância e realizada a ponderação, conforme cada um desses critérios, é possível calcular a média simples das distâncias de um município em relação aos demais que foram comparados. Isso permitiu analisar o quanto o gasto e as distâncias influenciam no investimento cultural municipal.

$$media\ dist_{pond} = \frac{1}{N} \sum dist_{pond_i} \quad (23)$$

onde $dist_{pond_i}$ é a distância ponderada de cada cidade em relação às demais.

d) Variáveis regionais

Baseado na (**H₇**), cujo fato de ser uma cidade ou pertencer a regiões importantes, além da localização estratégica podem exercer impacto sobre a análise da economia da cultura, foi realizada uma compatibilização dos dados com os códigos municipais, de unidade de federação e região do IBGE.

Por meio de variáveis binárias (*dummies*) identificou-se quais eram as capitais de estado, as regiões metropolitanas (RM), bem como as micro e mesorregiões que cada município faz parte. A partir disso, obteve-se análises relacionadas às características regionais e nível de urbanização das cidades. É importante salientar que as capitais e regiões metropolitanas apresentam grande importância na análise de economia da cultura e criativa no Brasil, fato já demonstrado em alguns trabalhos (Diniz, 2008; FIRJAN, 2011; IPEA, 2013). Daí encontra-se o reforço para se utilizar variáveis com essas peculiaridades.

e) Variáveis políticas

As hipóteses (**H₈**) e (**H₉**) dizem respeito à influência das políticas culturais e dos ciclos e círculos políticos com efeitos sobre o nível de emprego e gastos culturais. Nessa perspectiva, foi feita uma distinção de modo a se analisar as relações entre partidos políticos e supostos grupos sociais com os quais estes estariam associados. A hipótese fundamental é que partidos políticos de diferentes vertentes ideológicas tendem a se

aproximar de nichos específicos do eleitorado. De modo que partidos de esquerda se aproximariam das classes trabalhadoras e seriam favoráveis às políticas redistributivas, enquanto os partidos de direita contariam com o apoio da parcela mais escolarizada da população (Hibbs, 1977; Rössel e Weingartner, 2015). Diante disso, o presente trabalho adota as informações alusivas a:

- i) anos em que ocorreram eleições municipais e federais;
- ii) influência partidária do prefeito e dos vereadores mais votados do município e;
- iii) influência partidária do governador do estado – se o governador do estado em que se localiza o município possui influência partidária.

Com a finalidade de captar a influência partidária dos prefeitos municipais, toma-se a identificação do fato de o prefeito ser do mesmo partido do governador e/ou do presidente da república. A ideia de adotar os vereadores mais votados é uma medida de controle para identificar agentes políticos de “menor porte”, mas com certa influência por serem do mesmo partido de outros agentes “mais importantes”, o que é feito de modo análogo ao realizado com os prefeitos.

Essa medida busca reduzir efeitos nos municípios que tiveram a cassação dos prefeitos, geralmente, substituídos pelos presidentes da câmara (que quase sempre são o primeiro e o segundo vereadores com maior número de votos). Quanto ao governador, realiza-se o mesmo procedimento ao verificar se ele é do mesmo partido do presidente da república, dos prefeitos e vereadores eleitos ou em exercício.

f) Variável para a análise da produção de cultura no Brasil

Uma das finalidades deste trabalho é analisar a produção de cultura nos municípios brasileiros, logo, é preciso encontrar uma variável que a expresse. Contudo, devido à dificuldade de se mensurar esse tipo de produção em cada município, adotou-se a estratégia de calcular a produção mensurada com base no número de trabalhadores do setor de cultura presentes nos municípios, por meio dos dados da RAIS. Ressalva deve ser feita para o fato de que essa base de dados contempla apenas trabalhadores formais, mas parece ser a mais adequada já que o intuito é analisar o nível municipal. Os dados foram extraídos para o período de 1992 a 2014²¹.

²¹ Para os anos de 2003 a 2005 não houve informações disponíveis, conforme a classificação de cultura utilizada.

De acordo com a FIRJAN (2011), apesar de o senso comum associar os trabalhadores criativos a ambientes profissionais exclusivamente criativos, uma grande parcela desses profissionais brasileiros atuam em outros setores, como os da indústria de transformação. Para a definição de profissionais da cultura, a literatura prévia explica que esses trabalhadores estão ligados às atividades que envolvem criatividade, geração de valor simbólico e alguma forma de propriedade intelectual (THROSBY, 2001). Há ainda, aqueles que distinguem esses trabalhadores em diretos (“núcleo” da economia cultural, pois produzem de fato um bem cultural) e indiretos (aqueles que contribuem para a finalização, divulgação ou distribuição da cultura) (MARKUSEN *et al*, 2008).

O IBGE, por meio de seu relatório de informações sobre o mercado de trabalho do setor cultural, explica que as atividades culturais são aquelas obtidas a partir da combinação dos critérios de atividade e ocupação. Baseados nisso, Oliveira (2010) e Ferreira Neto *et al* (2012) realizaram análises específicas para o mercado de trabalho e profissionais de cultura no Brasil. Diniz (2008), por sua vez, seguiu as contribuições de Throsby (2001) e Markusen *et al* (2008) para definir os trabalhadores brasileiros diretos e indiretos do setor cultural das regiões metropolitanas. O ponto de encontro desses trabalhos brasileiros é a utilização da CBO para a análise dos profissionais de cultura.

Posto isso, a classificação utilizada neste trabalho foi feita, também, com base na CBO, considerando todas essas contribuições, mas com algumas adaptações para códigos determinados pelo próprio MTE, que por vezes, encontraram-se omitidas ou divergentes das definições de alguns desses autores. Foram utilizados quatro dígitos e realizadas correspondências entre os códigos da CBO 2002, CBO 94 e *Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones* (CIUO)²². O Quadro 2 a seguir detalha essa classificação de profissionais.

Quadro 2 – Profissionais de Cultura de acordo com a CBO 2002

Tipo	Grupos	Ocupações	Código CBO 2002
Diretos	Artes performáticas	Atores;	2625
		Músicos intérpretes;	2627
		Dançarinos tradicionais e populares;	3761
		Produtores artísticos e culturais;	2621
		Diretores de espetáculos e afins;	2622
		Artistas visuais,desenhistas industriais e conservadores-restauradores de bens culturais (inclui o artesão);	2624

²² Mais detalhes sobre a classificação dos profissionais de cultura podem ser vistos no apêndice deste trabalho.

(continuação)

Tipo	Grupos	Ocupações	Código CBO 2002
Diretos	Artes performáticas	Artistas de circo (circenses);	3762
		Modelos;	3764
	Escritores	Profissionais da escrita;	2615
	Artesanato	Ceramistas (preparação e fabricação);	7523
		Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração);	7524
		Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins;	7681
		Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos;	7682
		Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles;	7683
		Trabalhadores da transformação de vidros planos;	7522
		Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de lã;	7611
		Operadores da fiação;	7612
		Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos;	7511
		Cenógrafos;	2623
Indiretos	Informação	Arquivologistas e museólogos;	2613
		Técnicos em biblioteconomia;	3711
		Técnicos em museologia e afins;	3712
	Mídia e comunicação	Profissionais de publicidade;	2531
		Profissionais do jornalismo;	2611
		Profissionais da informação;	2612
		Filólogos, tradutores, intérpretes e afins;	2614
		Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão;	2617
		Operadores de rede de teleprocessamento e afins;	3722
		Técnicos de operação de emissoras de rádio;	3731
		Técnicos em áudio;	3741
		Técnicos em operação de aparelhos de projeção;	3743
		Editores;	2616
		Captadores de imagens em movimento;	3721
		Técnicos em Cenografia;	3742
	Artes gráficas	Técnicos em artes gráficas;	3713
		Supervisores das artes gráficas;	7606
		Trabalhadores da pré-impressão gráfica;	7661
		Trabalhadores da impressão gráfica;	7662
		Trabalhadores do acabamento gráfico;	7663
		Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico;	7664
		Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins;	7686
		Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade);	7687
	Outros	Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser e afins (nível médio);	3751
		Escriturários de serviços de biblioteca e documentação;	4151
Indiretos	Outros	Confeccionadores de instrumentos musicais;	7421
		Supervisores de vidraria, cerâmica e afins;	7502
		Sopradores, moldadores e modeladores de vidros e afins;	7521
		Operadores de tear e máquinas similares;	7613
		Apresentadores de espetáculos, eventos e programas;	3763
		Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos	2626

Fonte: elaboração própria a partir da CBO.

4. OS EFEITOS DOS DETERMINANTES DOS GASTOS E PRODUÇÃO DE CULTURA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

4.1 Informações relevantes sobre as principais variáveis propostas nos modelos

As variáveis aqui propostas referem-se a 5.565 municípios para todo o período (2006 a 2012), sendo que para aquelas cujos dados das variáveis dependentes (trabalhadores de cultura e somatório do financiamento de cultura) estavam ausentes optou-se por eliminá-las das observações. Assim, obteve-se um banco de dados em formato de painel não balanceado, com um total de 38.955 observações.

Dentre as informações analisadas, o PIB municipal apresentou proporções significativas nessas cidades. Se realizarmos uma análise de correlação do PIB com as demais variáveis, vemos que o único índice com valor elevado (0,96) foi o que relaciona esse componente de análise com a quantidade de trabalhadores culturais. Sob essa perspectiva, parece haver uma correlação entre elementos importantes para explicar algumas diferenças na captação de recursos municipais e estaduais. Isso fica mais evidente se considerarmos a correlação linear existente entre o PIB *per capita* estadual e o montante *per capita* captado via Lei Rouanet (0,95), já a correlação entre o PIB *per capita* municipal e esse agregado da lei é de quase 0,51²³. Além disso, o tamanho da população dos estados e municípios também parece explicar bem a relação em questão.

Pelos dados obtidos para os profissionais de cultura, verificou-se entre 2002 e 2005 uma distribuição heterogênea do total de empregados em atividades culturais, cujos estados que mais apareceram são os da região Sudeste, Sul e alguns do Nordeste. No decorrer dos anos, mais precisamente entre 2006 a 2009, há uma concentração desses profissionais formais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De 2010 a 2012, há uma tímida reconfiguração desse cenário com destaque para a Bahia, além de alguns estados do Sul que retomaram suas posições, assim como o Amazonas. À exceção do Paraná, essa conjuntura retrocede em 2013 para configuração imediatamente anterior.

A Figura 10 mostra o mapa da distribuição média dos trabalhadores de cultura nos municípios entre os anos de 2006 e 2012. Por meio do mapa, observa-se que há evidência de pólos onde se concentram os profissionais de cultura.

²³ Maiores detalhes dos índices de correlação são vistos nas tabelas de correlação das variáveis no apêndice deste trabalho.

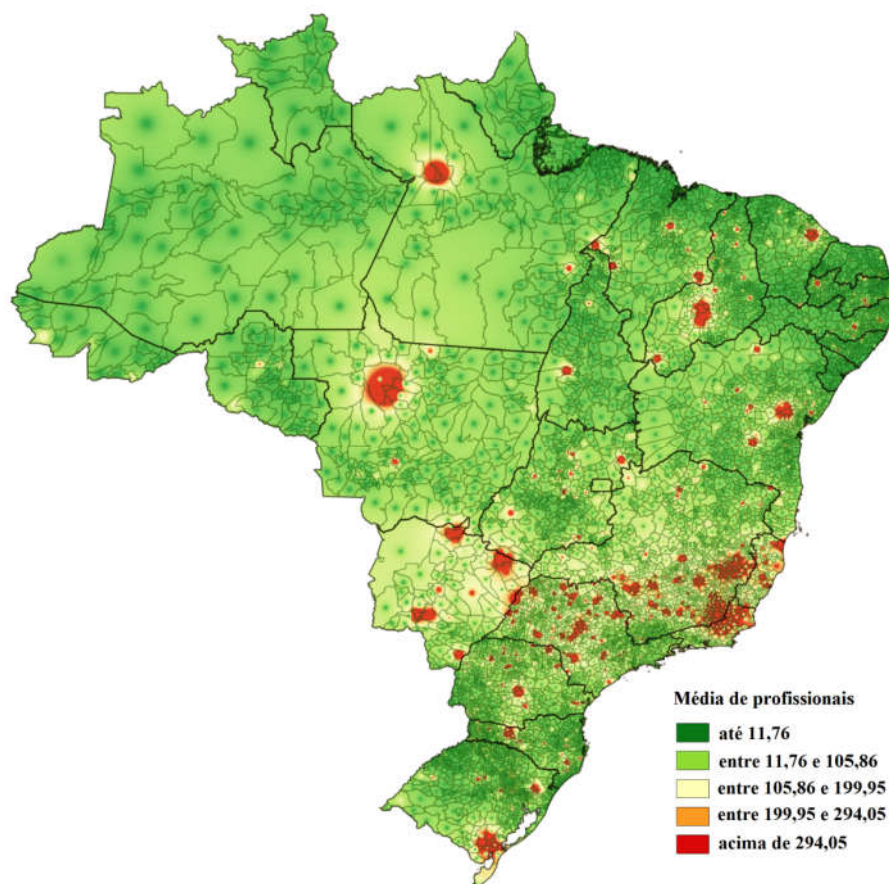


Figura 10 – Distribuição da média dos profissionais de cultura nos municípios (2006-2012)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Como era de se esperar, em média, o Sudeste parece ter maior agrupamento desses profissionais, o que pode estar ligado às políticas de cultura locais já citadas. No Nordeste, há estados que se destacam pelo alto potencial de atividades artísticas, as quais servem de apoio ao desenvolvimento local. É o caso de cidades na Bahia, Ceará e Piauí. Algo semelhante parece acontecer no Pará, principalmente para cidades paraenses próximas à divisa da capital amazonense (Manaus). Já no Centro-Oeste, as cidades que mais se realçam são aquelas localizadas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, indicando os esforços das recentes políticas de desenvolvimento sustentável e de atração de grandes empresas nos municípios desses estados.²⁴

²⁴ Segundo os dados da FIRJAN, na década entre 2000 e 2010, o estado do Mato Grosso teve municípios que se destacaram em termos socioeconômicos como é o caso de Nova Mutum, Sapezal, Sinop, Cuiabá e Sorriso, os quais apresentaram alto índice de desenvolvimento e forte evolução do emprego e da renda. Já no caso do Mato Grosso do Sul, as informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) realçam os municípios de Campo Grande, Chapadão do Sul, Dourados, Três Lagoas, Maracaju e São Gabriel do Oeste.

Pela Figura 11, verificamos que os gastos culturais no nível estadual vão de encontro a análise levantada pelo IBGE (2007; 2013) e são seguidos pelos gastos municipais. O financiamento via lei Rouanet e apoio do BNDES não foram muito representativos, uma vez que são bem específicos.

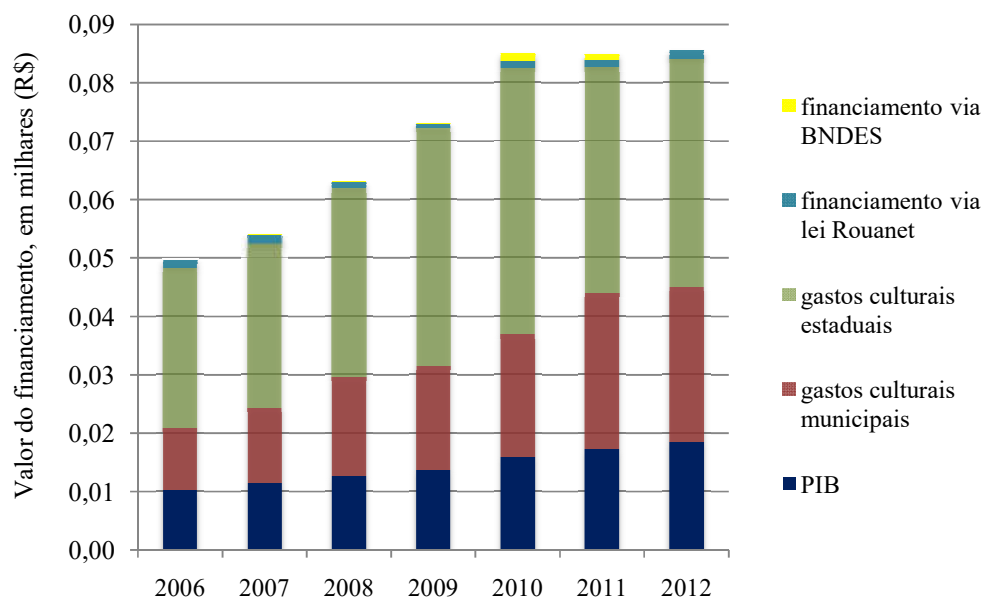


Figura 11 – Evolução do financiamento cultural e PIB municipal *per capita* (2006 – 2012)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No âmbito das interações partidárias, durante o período, identificamos que a relação dos prefeitos e vereadores com os governadores reduziu-se, em termos médios absolutos (Figura 12). Já na relação prefeito-presidente houve maior aproximação partidária. Isso indica que os políticos passaram a se filiar aos partidos do governo federal, o que pode estar ligado às tentativas de captar recursos e de estreitar laços sociopolíticos.

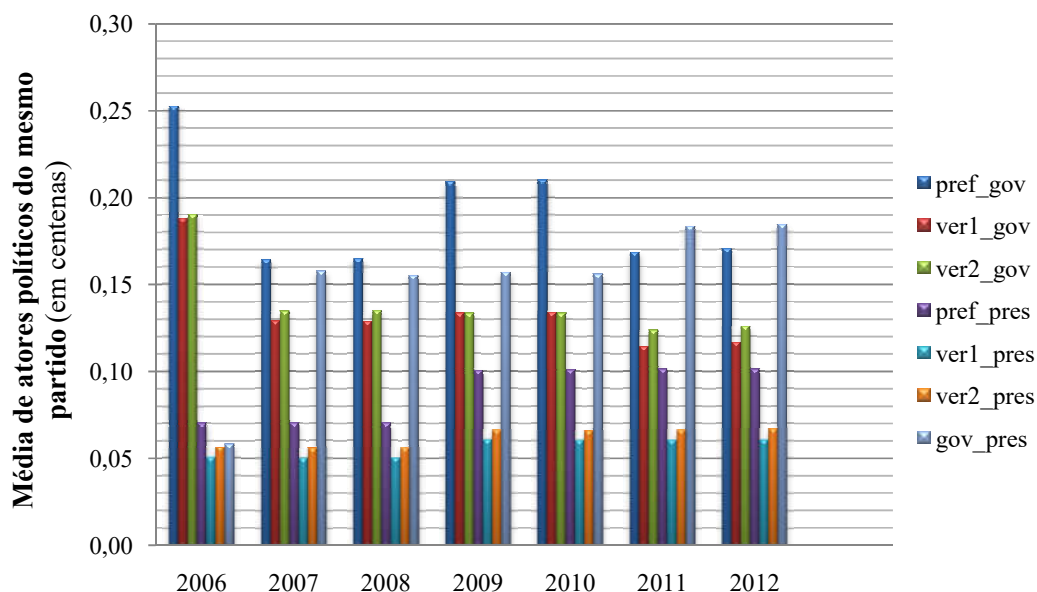


Figura 12 – Evolução das parcerias partidárias (2006 – 2012)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Essas e outras informações sobre as principais variáveis propostas são apresentadas nas estatísticas descritivas a seguir (Tabela 2), já o quadro evolutivo dessas variáveis pode ser verificado nas estatísticas descritivas (entre 2006 e 2012) presentes no apêndice. Vale ressaltar que a variável para a quantidade de profissionais de cultura e, portanto, a produção cultural, será incorporada na definição do grupo econômico devido a sua relação com essa “indústria”.

Importante reforçar que nas estimações que serão apresentadas, uma variação no coeficiente das variáveis explicativas implica em um efeito positivo ou negativo na variável dependente. Portanto, se uma variável for não significativa (quando o coeficiente não é estatisticamente diferente de zero aos níveis de 1%, 5% e 10%), por conveniências estatísticas, elas não devem ser interpretadas, apenas reportadas. Nos resultados expostos nas seções seguintes, podemos interpretar que os efeitos intermunicipais fazem com que uma cidade reduza seus gastos ou produção de cultura a medida que outro município eleve algum de seus parâmetros (em módulo). E nos efeitos intra entende-se que, em detrimento de uma dada variável, o município tende a reduzir ou elevar seus gastos ao longo do tempo devido às condições internas, ou seja, o efeito direto dos determinantes.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas básicas das variáveis propostas para a análise de cultura no Brasil

Tipo	Variáveis*	Descrição	Fonte	Obs	Med	Min	Max
Sociais	educ_pc	Proporção dos profissionais de cultura com nível superior (<i>per capita</i>)	RAIS	28265	0,14	0	1
	anaf_ate5	Nº de profissionais de cultura analfabetos ou com até a quinta série fundamental, ponderado pela população municipal		38698	2,75	0	1456
	fund_med_inc	Nº de profissionais de cultura com ensino fundamental ou médio incompleto		38698	37,95	0	59851
	med_comp	Nº de profissionais de cultura com ensino médio completo		38698	57,31	0	56154
	sup_incp	Nº de profissionais de cultura com ensino superior incompleto		38698	10,51	0	16348
	sup_comp	Profissionais de cultura com ensino superior completo		38698	29,17	0	68303
	anaf_ate5_[pc]	Nível de educação dos profissionais de cultura (<i>per capita</i>)		37931	0,0001	0,00	0,03
	fund_med_inc_[pc]			37931	0,0006	0,00	0,10
	med_comp_[pc]			37931	0,0007	0,00	0,08
	sup_incp_[pc]			37931	0,0001	0,00	0,03
	sup_comp_[pc]			37931	0,0002	0,00	0,10
	pib_[pc]	PIB municipal <i>per capita</i>	IBGE - Cidades	38100	14,21	0,01	6925,52
	ind_juvent	Indicador de juventude dos municípios	Censo, IBGE, FINBRA	36212	0,04	-8,25	0,08
	pop	População municipal (número de habitantes)		38100	34734,8	804	11400000
Econômicas	cbo_cult	Número de profissionais de cultura	RAIS	38698	137,83	0	158145
	cbo_cult_[pc]	Profissionais de cultura ponderado pela população municipal		37924	0,002	0	0,18
	disp_cult	Valor total do financiamento de cultura municipal (<i>per capita</i>)	FINBRA, Salic-net e BNDES	38092	56,44	0,17	4896,27
	g_cult_mun_[pc]	Valor dos gastos culturais municipais <i>per capita</i>	FINBRA	38092	18,82	0	765,27
	g_cult_uf_[pc]	Valor dos gastos culturais estaduais <i>per capita</i>		38100	36,01	0,002	4873,31
	rouanet_[pc]	Valor do incentivo da lei Rouanet <i>per capita</i>	Salic-net	38093	1,22	0	1534,59
	bndes_[pc]	Valor do incentivo do BNDES <i>per capita</i>	BNDES	38092	0,38	0	201,69
	dummy_bndes	Dummy: se a cidade teve a probabilidade de ser contemplada pelo incentivo do BNDES	BNDES	38092	0,64	0	1

(continuação)

Tipo	Variáveis*	Descrição	Fonte	Obs	Med	Min	Max
Culturais	eq_cult	Indicador de equipamentos culturais municipais	Munic	27805	0,02	0	0,33
	dst_med_cid	Média da distância entre cidades, ponderada pelos gastos culturais e alcance em <i>km</i>	IBGE	35420	161,80	107,62	512,01
Regionais	capital	<i>Dummy</i> : para capitais de estado	IBGE - Cidades	38955	0,005	0	1
	rm1	<i>Dummy</i> : para região metropolitana (RM)		38955	0,13	0	1
Políticas	pref_gov	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado	TSE	38955	0,19	0	1
	ver1_gov	<i>Dummy</i> : Se o partido do primeiro vereador com mais votos no município é o mesmo que o do governador		38955	0,13	0	1
	ver2_gov	<i>Dummy</i> : se o partido do primeiro vereador com mais votos no município é o mesmo que o do governador		38955	0,14	0	1
	pref_pres	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,09	0	1
	ver1_pres	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,06	0	1
	ver2_pres	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,06	0	1
	gov_pres	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,15	0	1
	ano_el_mun	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,29	0	1
	ano_el_uf	<i>Dummy</i> : se o partido do prefeito municipal é o mesmo que o do governador do estado		38955	0,29	0	1

Nota: (*) as variáveis de valor monetário de financiamentos culturais e PIB foram deflacionadas e as variáveis *dummy* (é o caso da *dummy_BNDES* e dos grupos de regionais e políticas) assumem valor um se a afirmação é positiva e zero caso contrário.

Fonte: resultados da pesquisa.

4.1.1 Os determinantes dos gastos culturais nos municípios brasileiros

Para entender os efeitos dos determinantes do financiamento de cultura em todos os municípios é importante comparar as diferenças entre os modelos de efeitos fixos, aleatórios e híbridos (mistos), como é visto na Tabela 3. Neste caso, as variáveis econômicas foram usadas para compor a variável dependente “*gastos com cultura*”. Permanecendo no grupo “econômicas” está apenas o *ln_cbo_cult*, uma vez que capta o nível de produção da indústria cultural por meio da quantidade de profissionais de cultura *per capita* e, portanto, não entram na composição de gastos.

Tabela 3 – Regressão de efeitos fixos, efeitos aleatórios e efeitos mistos com variáveis estimadas em conjunto para os gastos com difusão de cultura *per capita* nos municípios brasileiros entre 2006 e 2012

Tipo	Variáveis	Efeitos fixos		Efeitos aleatórios		Efeitos mistos	
Sociais	ln_educ	0,009	(0,01)	0,071***	(0,012)	0,071***	(0,012)
	ln_pib	0,5***	(0,03)	0,25***	(0,017)	0,25***	(0,017)
	ln_juvent	-0,72***	(0,076)	-0,18***	(0,026)	-0,18***	(0,026)
	ln_pop	0,031	(0,13)	-0,33***	(0,014)	-0,33***	(0,014)
Econômicas	ln_cbo_cult	0,04	(0,02)	0,049***	(0,013)	0,049***	(0,013)
Culturais	ln_eq_cult	-0,007	(0,006)	-0,008	(0,006)	-0,008	(0,006)
	ln_dist_med	Omitido		-0,325***	(0,085)	-0,325***	(0,084)
Regionais	capital	Omitido		0,833***	(0,18)	0,832***	(0,18)
	rm1	Omitido		-0,237***	(0,041)	-0,237***	(0,041)
Políticas	pref_gov	-0,009	(0,02)	0,034	(0,022)	0,035	(0,022)
	ver1_gov	0,039	(0,026)	0,039	(0,024)	0,039	(0,024)
	ver2_gov	0,05*	(0,026)	0,026	(0,024)	0,025	(0,024)
	pref_pres	0,04	(0,04)	0,042	(0,033)	0,042	(0,033)
	ver1_pres	-0,005	(0,04)	0,036	(0,037)	0,036	(0,037)
	ver2_pres	-0,05	(0,04)	-0,068	(0,037)	-0,068	(0,037)
	gov_pres	-0,05	(0,04)	0,091**	(0,031)	0,091**	(0,031)
	ano_el_mun	-0,055**	(0,02)	-0,032	(0,016)	-0,032	(0,016)
	ano_el_uf	0,083***	(0,017)	0,069***	(0,016)	0,069***	(0,016)
intercepto		-0,311	(1,386)	7,44***	(0,443)	7,44***	(0,441)
intercepto aleatório						-0,35***	(0,017)
desvio padrão estimado do erro global						-0,47***	(0,008)
observações		10083					

Nota: erros padrão entre parênteses e * p<0,05, ** p<0,01, *** p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Como observado, quando significativas, as variáveis de nível social *ln_educ* e *ln_pib* apresentam relação positiva, explicando o aumento dos gastos culturais nos municípios, enquanto as demais são negativas. Nos modelos de efeitos aleatórios e mistos, os profissionais de cultura (*ln_cbo_cult*) contribuem ao elevar o financiamento cultural, enquanto a distância média entre cidades reduz os gastos. Ser capital de estado faz com que haja maiores gastos culturais, mas pertencer a uma região metropolitana exerce efeito

contrário, indicando uma concentração desse financiamento. A influência partidária só é significativa para o nível governador-presidente. Já no que se refere ao período eleitoral, observa-se que durante o ano de eleições estaduais-federais esses gastos aumentam.

Os efeitos intra e inter das regressões de painel híbrido considerando todos os municípios são vistos na Tabela 4. Nelas, quase todos os parâmetros foram significativos para explicar os gastos culturais municipais, exceto *capital* e *ver2_pres*. Todas as variáveis tiveram sinais negativos, ou seja, elas tendem a reduzir os investimentos em cultura (com exceção das *dummies* que podem modificar um pouco, conforme a interpretação)²⁵. O número de observações ao longo do tempo para essa estimação foi de 10.083. Um fato curioso é que não percebemos coeficientes positivos e não houve muitas diferenças nos efeitos dentro (ou características internas) e entre municípios (ou comparáveis entre eles).

Tabela 4 – Regressão do painel híbrido para os gastos com difusão de cultura *per capita* nos municípios brasileiros entre 2006 e 2012

Tipo	Variáveis	Dentro		Entre	
Sociais	ln_educ	-3,034***	(0,579)	-3,034***	(0,579)
	ln_pib	-1,582***	(0,0578)	-1,582***	(0,0578)
	ln_juvent	-16,36***	(0,411)	-19,59***	(0,361)
	ln_pop	-3,591***	(0,424)	-3,591***	(0,424)
Econômicas	ln_cbo_cult	-3,630***	(0,625)	-3,630***	(0,625)
Culturais	ln_eq_cult	-2,799***	(0,121)	-2,799***	(0,121)
	ln_dist_med	-2,064***	(0,03)	-2,064***	(0,03)
Regionais	capital	-0,862	(0,713)	-0,862	(0,713)
	rm1	-1,445***	(0,418)	-1,445***	(0,418)
Políticas	pref_gov	-1,291***	(0,153)	-1,291***	(0,153)
	ver1_gov	-1,399***	(0,196)	-1,399***	(0,196)
	ver2_gov	-1,553***	(0,277)	-1,553***	(0,277)
	pref_pres	-2,053*	(0,996)	-2,053*	(0,997)
	ver1_pres	-0,996***	(0,182)	-0,996***	(0,182)
	ver2_pres	-2,406	(2,217)	-2,405	(2,215)
	gov_pres	-0,493***	(0,0708)	-0,493***	(0,0708)
	ano_el_mun	-22,75***	(0,540)	-23,80***	(0,502)
	ano_el_uf	-24,00***	(0,494)	-25,06***	(0,439)
intercepto		7,5***	(0,44)	7,5***	(0,44)
intercepto aleatório		-1,58***	(30,82)	-1,7***	(0,1)
desvio padrão estimado do erro global		-0,48***	(0,01)	-0,48***	(0,01)
observações		10083			

Nota: erros padrão entre parênteses e * p<0,05, ** p<0,01, *** p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Sabendo da heterogeneidade e, portanto, das diferenças que existem entre os municípios brasileiros, é preciso realizar uma análise por estratos de população, a fim de

²⁵ A negatividade dos coeficientes das regressões pode, também, estar relacionada à uma possível não normalização dos parâmetros.

captar efeitos não observados na análise de população total. Utiliza-se para isso, a divisão municipal de população adotada pelo IBGE: Grupo 1 (até 5.000 habitantes); Grupo 2 (entre 5.001 e 10.000); Grupo 3 (de 10.001 a 20.000); Grupo 4 (de 20.001 a 50.000); Grupo 5 (entre 50.001 a 100.000); Grupo 6 (de 100.001 a 500.000) e; Grupo 7 (acima de 500.000).

Nessa análise por grupos de municípios, verifica-se que a média geral dos gastos totais com cultura (*per capita*) oscila conforme o tamanho da população, sendo que a maior média é verificada nos municípios com população acima de 500 mil habitantes (G7). Da mesma forma, a média da proporção de jovens na população também é maior para os grupos com mais habitantes, em especial no G6. Já a média de equipamentos culturais destinados à população é quase constante, como era de se esperar, variando apenas para o G7, cujas cidades apresentam maior número de pessoas.

Quando observamos esses efeitos da regressão de painel híbrido com interações em segundo nível para os gastos culturais municipais por estratos de população (Tabela 5), a negatividade nos coeficientes permanecem. Contudo, não há significância estatística em todos os grupos de população e, agora, aparecem as diferenças entre os efeitos intra e inter. O primeiro deles é o nível de significância dos parâmetros que reduz, deixando inclusive de serem significativos em alguns grupos. Vale reforçar que na parte fixa do modelo, as variáveis foram incluídas em conjunto, enquanto na parte aleatória que reporta os efeitos intra e inter, foram colocadas conforme cada tipologia categórica desses elementos, o que pode afetar a análise.

Para as cidades com até cinco mil habitantes (G1) as únicas variáveis não estatisticamente significativas nos dois efeitos (inter e intra) foram *pref_pres*, *verl_pres*, *verl_gov* e *gov_pres*. Logo, na política, as relações locais mais intimistas parecem interferir com maior facilidade nos gastos com cultura, infere-se isso porque apenas a relação partidária prefeito-governador e do segundo vereador mais votado com os demais foram significativas. Assim, entende-se que os agentes atuantes em estruturas de menor porte regional conseguem interferir na política cultural, talvez por estarem mais próximos dos atores que a executam.

Nos municípios do G2, o indicador de juventude passa a ser significativo para ambos os efeitos dos municípios (dentro e entre), significa dizer que uma maior parcela da população jovem afeta os gastos nas localidades de forma específica e comparativa. Contudo, a média da distância entre cidades deixa de ser significativa para efeitos dentro do município e, somente os efeitos entre esses municípios passam a valer. Isso indica a

existência do chamado “efeito vizinhança”, que explica como uma cidade tende a aproveitar dos transbordamentos dos gastos culturais dos municípios mais próximos. Nas variáveis políticas apenas as relações dos atores municipais com os governadores e o do prefeito com o presidente são significativas, já a variável *ano_el_mun* começa a exercer efeitos tanto dentro quanto entre municípios.

À medida em que se aumenta a análise populacional verifica-se uma maior variabilidade estatística dos parâmetros. Isso pode ser verificado para populações entre 10.001 a 20.000 (G3), cujo tamanho da população e a relação do prefeito com o presidente já não afetam os gastos. Já para municípios entre 20.001 a 50.000 (G4), a variação é decorrente da proporção de jovens, quando se compara as diferenças entre municípios, bem como nos efeitos intramunicipais para população, períodos de eleição estadual-federal e relações entre vereador menos votado com o governador. Isso indica que o efeito “escala populacional” (divisão dos grupos por número de habitantes) pode afetar a análise mais do que algumas variáveis. No G5, por sua vez, o PIB municipal foi significativo, diferente do índice de juventude que não apresentou implicação na análise de gastos culturais, assim como as variáveis *pref_gov* e *ver1_pres* nos efeitos intra e intercidades.

Dentre os determinantes das interações intramunicipais do G6, o nível de educação superior deixou de ser significativo, sendo apenas efetivo dentro dos municípios, já com o índice de juventude ocorre o oposto. Sendo que, uma maior proporção de jovens faz com que uma cidade incentive a cultura e desencadeie um “efeito transbordamento cultural” para as cidades vizinhas que irão aproveitar desse investimento alheio. Isso ocorre porque estamos analisando um segundo nível de interações entre as informações disponíveis. No que se refere as variáveis regionais para esse grupo, pela primeira vez *capital* não foi omitida, o que está ligado ao fato das cidades que são capitais de estado exibirem um número maior de pessoas e, portanto, grupos de municípios com tamanho populacional menor tendem a não entrar nessa análise.

E, por fim, no G7 temos que todas as variáveis do tipo/categoria “sociais” foram significativas. Pertencer à uma região metropolitana exerce influência negativa quando observada a estimação, população e interação do painel híbrido nos gastos dentro das cidades, mas não entre. Além disso, as ligações políticas, em ambos os efeitos, só foram relevantes na avaliação *pref_gov* e *gov_pres*, o que revela a interferência estatal nas cidades de grande porte. As variáveis que remetem ao ciclo eleitoral (períodos de eleição) também foram significativas na análise deste grupo.

Tabela 5 – Regressão do painel híbrido para os gastos culturais *per capita* nos municípios brasileiros (por estratos de população) entre 2006 e 2012

Efeitos nos municípios		G1		G2		G3		G4		G5		G6		G7	
		Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre
Sociais	ln_educ	-2,01*** (0,52)	-2,01*** (0,52)	-15,74*** (0,97)	-15,72*** (1,12)	-2,35*** (0,31)	-2,35*** (0,31)	-3,06** (0,93)	-3,06*** (0,93)	-2,41*** (0,46)	-2,41*** (0,46)	-2,52** (0,77)	-2,9 (1,6)	-24,28*** (4,14)	-21,32*** (4,26)
	ln_pib	-1,66*** (0,22)	-1,66*** (0,22)	-1,54*** (0,14)	-1,54*** (0,14)	-1,43*** (0,09)	-1,43*** (0,088)	-1,49*** (0,09)	-1,49*** (0,08)	-2,75** (0,97)	-2,75** (0,97)	-15,84*** (1,46)	-8,75*** (1,36)	-26,20*** (3,37)	-25,68*** (3,65)
	ln_juvent	-17,23*** (1,05)	-14,23*** (0,97)	-15,84*** (0,87)	-15,87*** (0,88)	-18,61*** (0,86)	-19,19*** (0,87)	-17,93*** (0,69)	-14,95 (803,5)	-15,83 (1107,4)	-15,84 (1118,0)	-3,77 (5,307)	-1,52** (0,51)	-20,76*** (3,97)	-20,73*** (3,88)
	ln_pop	-2,57*** (0,07)	-2,57*** (0,07)	-2,63*** (0,05)	-2,63*** (0,05)	-4,6 (27,45)	-4,54 (16,99)	-4,19 (9,48)	-9,65*** (0,8)	-2,8*** (0,05)	-2,8*** (0,05)	-1,47*** (0,44)	-8,19 (197,7)	-15,49*** (3,45)	-16,50*** (3,99)
	ln_cbo_cult	-3,55* (1,7)	-3,55* (1,7)	-2,8*** (0,28)	-2,8*** (0,28)	-15,92*** (0,8)	-13,13*** (0,69)	-16,87*** (0,8)	-16,82*** (0,78)	-11,06 (676,0)	-11,06 (671,6)	-2,43*** (0,32)	-2,43*** (0,32)	-2,19*** (0,15)	-2,19*** (0,15)
Culturais	ln_eq_cult	-7,74*** (1,2)	-7,75*** (1,01)	-2,47*** (0,18)	-2,47*** (0,18)	-2,94*** (0,35)	-2,94*** (0,35)	-2,55*** (0,12)	-2,55*** (0,12)	-14,83*** (1,3)	-14,83*** (1,3)	-13,31*** (1,5)	-13,30*** (1,5)	-28,65*** (4,35)	-28,38*** (3,82)
	ln_dist_med	-2,1*** (0,07)	-2,1*** (0,07)	-9,17*** (0,92)	-10,15*** (0,8)	-2,39** (0,88)	-2,39** (0,88)	-2,12*** (0,05)	-2,12*** (0,05)	-2,01*** (0,05)	-2,01*** (0,05)	-1,91*** (0,05)	-1,91*** (0,05)	-16,15*** (3,63)	-16,08*** (3,515)
Regionais	capital	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	-20,34* (10,21)	-19,72 (10,88)	-12,18 (1814,9)	-12,28 (1971,6)
	rm1	-17,00*** (3,03)	-17,00*** (3,03)	-14,95*** (2,9)	-25,99*** (3,48)	-14,89*** (2,27)	-14,62*** (1,94)	-0,83** (0,26)	-0,83** (0,26)	-2,36 (6,06)	-2,36 (6,06)	-0,843* (0,34)	-0,84* (0,34)	-0,37* (0,16)	-0,37 (0,21)
Políticas	pref_gov	-23,33*** (1,79)	-17,72*** (1,97)	-1,06** (0,33)	-1,06** (0,33)	-18,74*** (1,41)	-19,53*** (1,34)	-1,13*** (0,19)	-1,13*** (0,19)	-1,74 (0,94)	-1,74 (0,94)	-1,06*** (0,23)	-1,06*** (0,23)	-15,22* (6,86)	-15,72* (7,34)
	ver1_gov	-1,16 (0,69)	-1,16 (0,69)	-1,46* (0,73)	-1,46* (0,74)	-1,71* (0,82)	-1,71* (0,83)	-1,47*** (0,35)	-1,47*** (0,35)	-1,21*** (0,31)	-1,21*** (0,31)	-1,35*** (0,35)	-1,35*** (0,35)	-2,28 (3,73)	-2,28 (3,73)
	ver2_gov	-0,9* (0,39)	-0,9* (0,39)	-23,30*** (2,29)	-16,08*** (2,02)	-0,86*** (0,18)	-0,86*** (0,18)	-19,47 (1233,2)	-18,88 (729,7)	-1,34* (0,54)	-1,34* (0,54)	-2,16 (1,64)	-2,16 (1,64)	-1,59 (2,21)	-1,59 (2,21)

(continuação)

Efeitos nos municípios		G1		G2		G3		G4		G5		G6		G7	
		Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre
Políticas	pref_pres	-0,81 (0,53)	-0,81 (0,53)	-22,97*** (3,52)	-24,68*** (3,25)	-1,92 (1,6)	-1,92 (1,55)	-1,22** (0,45)	-1,190** (0,45)	-12,47*** (3,31)	-12,83*** (2,91)	-25,54*** (2,54)	-24,99*** (2,81)	-0,4 (0,37)	-23,25 (11,98)
	ver1_pres	-0,18 (0,28)	-0,18 (0,28)	-0,44 (0,26)	-0,44 (0,26)	-0,63** (0,23)	-0,63** (0,22)	-1,34* (0,69)	-0,86** (0,3)	-1,91 (1,44)	-1,91 (1,44)	-1,45** (0,51)	-1,45** (0,51)	-26,35* (12,21)	-1,61 (2,41)
	ver2_pres	-17,94*** (3,31)	-17,51*** (3,29)	-1,58 (1,49)	-1,58 (1,48)	-19,70*** (2,55)	-19,32*** (2,88)	-1,42 (0,8)	-0,9** (0,32)	-1,22** (0,43)	-1,22** (0,43)	-1,75 (0,99)	-1,75 (0,99)	-1,61 (2,41)	-0,4 (0,37)
	gov_pres	-0,02 (0,17)	-0,02 (0,17)	-0,24 (0,16)	-0,24 (0,16)	-0,59*** (0,17)	-0,59*** (0,17)	-0,67*** (0,13)	-0,62*** (0,12)	-0,56** (0,18)	-0,56** (0,18)	-22,83*** (3,71)	-19,35 (1946,1)	-27,36* (10,77)	-25,68** (8,76)
	ano_el_mun	-15,6 (1138,8)	-16,26*** (1,48)	-1,07*** (0,28)	-1,07*** (0,28)	-23,99*** (0,89)	-22,78*** (0,94)	-20,18*** (0,76)	-20,49*** (0,88)	-20,16*** (1,55)	-20,11*** (1,46)	-19,70*** (1,68)	-19,72*** (1,69)	-17,73*** (3,9)	-20,29*** (4,24)
	ano_el_uf	-24,97*** (1,41)	-25,20*** (1,33)	-23,91*** (1,15)	-22,95*** (1,07)	-15,13*** (1,14)	-14,98*** (0,9)	-27,86 (1714,7)	-25,14*** (0,85)	-15,17*** (1,22)	-15,23*** (1,3)	-14,61*** (1,76)	-14,54*** (1,7)	-27,45*** (4,4)	-26,33*** (4,59)
intercepto		11,18*** (1,75)	11,18*** (1,75)	9,05*** (1,8)	9,04*** (1,8)	7,03*** (1,43)	7,03*** (1,43)	3,45** (1,27)	3,44** (1,27)	2,83 (2,34)	2,83 (2,34)	1,74 (2,08)	1,74 (2,08)	-6,75 (4,9)	-6,75 (4,9)
intercepto aleatório		-2,26** (52,75)	-2,12*** (57,82)	-1,37*** (0,19)	-1,33*** (0,18)	-0,56** (-0,24)	-0,56** (0,22)	-1,42** (0,17)	-1,47*** (0,14)	-2,27*** (0,36)	-2,52*** (0,35)	-1,2** (33,11)	-1,24*** (0,37)	-3,3 (0,16: Nulo)	-3,08 (0,78: Nulo)
desvio padrão estimado do erro global		-0,24*** (0,03)	-0,24*** (0,03)	-0,34*** (0,02)	-0,35*** (0,03)	-0,43*** (0,02)	-0,43*** (0,02)	-0,58*** (0,02)	-0,58*** (0,02)	-0,61*** (0,02)	-0,61*** (0,02)	-0,77*** (0,03)	-0,77*** (0,03)	-0,94*** (0,07)	-0,94*** (0,08)
observações		945		1399		2385		2968		1290		955		141	

Nota: G1, G2, G3, G4, G5, G6 e G7 são os grupos de população classificados conforme o IBGE. Erros padrão entre parênteses e * p<0,05, ** p<0,01, *** p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Quando retomamos a uma regressão conjunta sem interações de segundo nível nos “efeitos mistos”, e por grupos de população, observamos significâncias nos coeficientes de *ln_pib*, *ln_juvent*, *ln_pop*, *ln_dist_med*, *gov_pres* e *ano_el_uf*, sendo que apenas a primeira e a última variáveis foram positivas no G1. Para o G2, além dos que foram expressivos no G1, *ln_pop*, *ln_eq_cult*, *rm1* e *ano_el_mun* foram estatisticamente significativas. No G3 o *ln_pib* e *ln_juvent* são representativos e positivos, ou seja, uma variação de uma unidade nessas variáveis aumentam, respectivamente, em cerca de 6,7% e 17% os gastos culturais. O oposto ocorre para os equipamentos culturais e *ano_el_mun* nesse terceiro grupo. Em G4, nos componentes “sociais” apenas a proporção de jovens foi expressiva e positiva, enquanto o *ln_eq_cult* voltou a ser significativo e a distância entre cidades sofreu variabilidade, deixando de ser significativa quando comparada aos grupos anteriores. No G5, apenas *ln_educ* não foi representativa no tipo “sociais” e nas “políticas” somente a relação *pref_pres* foi significativa e positiva. O sexto grupo mostrou *rm1* como não significativa, todavia, o *ln_educ*, a proporção de jovens e o período eleitoral estadual-federal foram passíveis de interpretação, sendo as duas primeiras as únicas que contribuem para o aumento dos gastos culturais. Por último, o G7 apresentou a variável de população como não expressiva, contudo, as demais variáveis “sociais”, a distância média entre cidades e as interações *ver2_gov* e *pref_pres* passaram a explicar o aumento dos gastos culturais.²⁶

4.1.2 Os determinantes da produção de cultura nos municípios brasileiros

No outro modelo, busca-se compreender a situação multifacetada da produção de cultura (número de trabalhadores *per capita*) nos municípios. Portanto, foram feitos os mesmos procedimentos previstos na análise dos determinantes de gastos culturais.

De antemão, as variáveis referentes aos partidos políticos não foram incluídas nas estimações de produção cultural, porque acredita-se que a influência partidária não eleva a produção, antes, ela pode movimentar os gastos. Já o período eleitoral, exerce efeito em ambas as análises, tanto é que se mostrou significativo nos modelos estimados da Tabela 6. Além disso, utilizamos uma variável *dummy* para captar o efeito da probabilidade de um município ter recebido apoio financeiro em um projeto contemplado pelo BNDES.

²⁶ Para mais detalhes ver regressões conjuntas no apêndice.

Os resultados da Tabela 6 apontam que o indicador de juventude, os gastos culturais municipais, a probabilidade de receber financiamento do BNDES e a disponibilidade de equipamentos culturais nos municípios, bem como a distância média entre as cidades e ser capital de estado não são representativos para as regressões de produção cultural. Os gastos culturais estaduais são efetivos (estatisticamente diferente de zero em todos os níveis de significância) para todos os modelos (fixos, aleatórios e mistos), mas a lei Rouanet apenas nos efeitos aleatórios. Ademais, todas as outras variáveis são relevantes estatisticamente para a discussão referente à produção cultural.

Tabela 6 – Regressão de efeitos fixos, efeitos aleatórios e efeitos mistos com variáveis estimadas em conjunto para o número de profissionais de cultura *per capita* dos municípios brasileiros entre 2006 e 2012

Tipo	Variáveis	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios		Efeitos Mistos	
Sociais	ln_educ	-0,07***	(0,01)	-0,14***	(0,01)	-0,126***	(0,009)
	ln_pib	0,34***	(0,027)	0,38***	(0,021)	0,37***	(0,021)
	ln_juvent	-0,033	(0,075)	-0,04	(0,046)	-0,04	(0,047)
	ln_pop	-0,78***	(0,12)	0,2***	(0,024)	0,19***	(0,026)
Econômicas	ln_gst_mun	0,004	(0,008)	0,012	(0,008)	0,01	(0,007)
	ln_gst_uf	0,04***	(0,005)	0,034***	(0,005)	0,035***	(0,005)
	ln_rouanet	-0,003	(0,003)	0,007*	(0,003)	0,0045	(0,003)
	dummy_bndes	-0,009	(0,022)	0,014	(0,022)	0,009	(0,02)
Culturais	ln_eq_cult	0,006	(0,004)	0,004	(0,004)	0,004	(0,004)
	ln_dist_med	Omitido		-0,13	(0,14)	-0,13	(0,15)
Regionais	capital	Omitido		0,25	(0,2)	0,28	(0,224)
	rm1	Omitido		0,23***	(0,062)	0,24***	(0,07)
Políticas	ano_el_mun	0,17***	(0,011)	0,14***	(0,012)	0,15***	(0,011)
	ano_el_uf	0,094***	(0,012)	0,092***	(0,012)	0,091***	(0,012)
intercepto		1,29	(1,3)	-9,28***	(0,74)	-9,07***	(0,8)
intercepto aleatório						-0,074***	(0,022)
desvio padrão estimado do erro global						-1,38***	(0,014)
observações		3683					

Nota: erros padrão entre parênteses e * p<0,05, ** p<0,01, *** p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Como se nota, também, à exceção do indicador de juventude, as demais variáveis de impacto social são significativas em todos os modelos e apenas o PIB afeta positivamente o número de trabalhadores de cultura, para os modelos aleatórios e mistos. Quanto às variáveis econômicas, somente o gasto com cultura estadual foi significativo e positivo, enquanto o gasto municipal apresentou significância estatística nos dois últimos modelos. No âmbito cultural, as variáveis não foram significativas havendo, inclusive, omissão nos efeitos fixos. Os filtros regionais só apresentam significância para a regressão de efeitos aleatórios e de painel híbrido “misto” sem interações e diferença de níveis.

Os resultados das regressões mistas do painel híbrido sem considerar uma divisão por tamanho populacional são observados na Tabela 7. Por meio dela, vemos que os efeitos internos aos municípios são afetados por quase todas as variáveis, com exceção da população jovem²⁷.

Tabela 7 – Regressão do painel híbrido para o número de profissionais de cultura *per capita* dos municípios brasileiros entre 2006 e 2012

Tipo	Variáveis	Dentro		Entre	
Sociais	ln_educ	-1,7***	(0,062)	-1,7***	(0,061)
	ln_pib	-2,17***	(0,187)	-2,17***	(0,186)
	ln_juvent	-11,93***	(367,9)	-7,8***	(0,621)
	ln_pop	-17,18***	(0,638)	-14,71***	(0,717)
Econômicas	ln_gst_mun	-2,78***	(0,215)	-2,78***	(0,215)
	ln_gst_uf	-3,3***	(0,233)	-3,3***	(0,233)
	ln_rouanet	-3,84***	(0,390)	-3,84***	(0,390)
	dummy_bndes	-1,24***	(0,117)	-1,24***	(0,117)
Culturais	ln_eq_cult	-21,47***	(0,584)	-21,38***	(0,548)
	ln_dist_med	-11,01***	(0,615)	-15,13***	(0,613)
Regionais	capital	-14,25***	(4,920)	-14,52***	(4,22)
	rm1	-0,48***	(0,136)	-0,48***	(0,136)
Políticas	ano_el_mun	-16,17***	(0,694)	-16,64***	(0,74)
	ano_el_uf	-18,25***	(0,874)	-17,58***	(0,71)
intercepto		-9,17***	(0,8)	-9,15***	(0,8)
intercepto aleatório		-0,11***	(0,03)	-0,1***	(0,02)
desvio padrão estimado do erro global		-1,41***	(0,02)	-1,41***	(0,02)
observações		3683			

Nota: erros padrão entre parênteses e * p<0,05, ** p<0,01, *** p<0,001

Fonte: resultados da pesquisa.

Quando observada essa divisão por estratos temos que, quanto maior o tamanho da população, maior é a média de trabalhadores de cultura na amostra. Também é possível notar que o tamanho do município influencia no total da população com maior proporção dos profissionais com níveis superior de educação.

Os resultados das regressões mistas do painel híbrido por tamanho populacional são vistos na Tabela 8, a qual expressa os efeitos dentro e entre municípios para a análise de produção de cultura mensurada a partir do número de trabalhadores como representação da indústria cultural formal no Brasil.

²⁷ Assim, como nos efeitos sobre gastos culturais, a negatividade dos coeficientes das regressões que expressam a produção por meio do número de trabalhadores pode, também, estar relacionada à uma possível não normalização dos parâmetros.

Tabela 8 – Regressão do painel híbrido para o número de profissionais de cultura *per capita* dos municípios brasileiros (por estratos de população) entre 2006 e 2012

Efeitos nos municípios		G1		G2		G3		G4		G5		G6		G7	
		Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre	Dentro	Entre
Sociais	ln_educ	-26,10 (Nulo)	-21,43 (Nulo)	-14,37*** (2,76)	-22,78*** (2,62)	-1,96*** (0,21)	-1,96*** (0,21)	-1,71*** (0,1)	-1,71*** (0,1)	-1,94*** (0,15)	-1,94*** (0,15)	-2,43*** (0,42)	-2,43*** (0,42)	-30,51*** (4,36)	-25,30 (17237,5)
	ln_pib	-29,20 (Nulo)	-24,05 (Nulo)	-2,22* (1,05)	-2,3 (1,23)	-1,615*** (0,18)	-1,615*** (0,18)	-2,16*** (0,34)	-2,16*** (0,34)	-10,83*** (1,45)	-12,56 (1454,2)	-2,08*** (0,3)	-2,08*** (0,3)	-2,55** (0,86)	-2,55** (0,86)
	ln_juvent	-28,22 (Nulo)	-22,95 (Nulo)	-19,85*** (2,44)	-17,39*** (2,71)	-13,23 (1200,5)	-13,2 (1123,0)	-1,78*** (0,38)	-1,78*** (0,38)	-18,37*** (1,29)	-18,9*** (1,47)	-12,31*** (1,44)	-9,71 (861,3)	-17,26*** (3,67)	-15,11 (4097,5)
	ln_pop	-27,74 (Nulo)	-23,98 (Nulo)	-2,38*** (0,10)	-2,45*** (0,22)	-3,19 (4,82)	-3,19 (4,82)	-14,01 (723,3)	-12,41*** (1,01)	-14,18 (1117,8)	-11,79*** (1,28)	-7,37 (261,3)	-8,92*** (1,82)	-3,16*** (0,14)	-3,16*** (0,14)
Econômicas	ln_gst_mun	-21,14 (Nulo)	-27,89 (Nulo)	-10,04*** (2,70)	-10,11*** (2,89)	-2,1*** (0,25)	-2,1*** (0,25)	-2,77*** (0,38)	-2,77*** (0,38)	-3,5** (1,19)	-3,5** (1,19)	-27,31*** (1,78)	-15,98*** (1,59)	-4,34 (2,74)	-4,34 (2,74)
	ln_gst_uf	-24,87 (Nulo)	-27,45 (Nulo)	-26,93*** (2,91)	-26,78*** (2,77)	-2,76*** (0,44)	-2,76*** (0,44)	-3,07*** (0,37)	-3,07*** (0,37)	-21,68*** (1,45)	-23,73*** (1,45)	-4,53* (2,24)	-4,53* (2,24)	-3,42*** (0,37)	-3,42*** (0,38)
	ln_rouanet	-23,21 (Nulo)	-28,96 (Nulo)	-26,41*** (2,69)	-18,20*** (2,21)	-3,5*** (0,99)	-3,5*** (0,99)	-20,76*** (1,21)	-19,52*** (1,2)	-3,43*** (0,3)	-3,43*** (0,3)	-3,15*** (0,19)	-3,15*** (0,19)	-25,8*** (4,5)	-19,84*** (3,64)
	dummy_bndes	-17,31 (Nulo)	-24,71 (Nulo)	-23,57*** (2,61)	-23,88*** (2,58)	-2,97 (14,06)	-2,96 (13,92)	-2,244* (0,98)	-2,24* (0,98)	-1,77*** (0,39)	-1,77*** (0,39)	-2,23*** (0,5)	-2,23*** (0,5)	-3,19 (2,4)	-3,19 (2,4)
Culturais	ln_eq_cult	-30,73 (Nulo)	-21,96*** (4,54)	-2,92* (1,31)	-2,92* (1,31)	-20,86*** (1,43)	-20,69*** (1,35)	-16,16*** (1,09)	-16,16*** (1,09)	-18,55*** (1,25)	-17,12*** (1,33)	-26,89*** (1,51)	-27,82*** (1,35)	-19,47*** (4,16)	-20,82*** (3,47)
	ln_dist_med	-24,14 (Nulo)	-19,27 (5071,3)	-14,76*** (2,45)	-14,79*** (2,54)	-1,96* (0,99)	-1,96* (0,99)	-10,28 (708,9)	-9,84*** (0,91)	-10,89 (924,5)	-15,50*** (1,483)	-13,54*** (1,73)	-16,45*** (1,57)	-2,16*** (0,14)	-2,16*** (0,14)
Regionais	capital	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	Omitido	-16,81 (10,09)	-16,85 (10,33)	-25,03*** (6,35)	-24,93*** (6,6)
	rm1	-26,03 (Nulo)	-25,04 (Nulo)	-15,00* (7,01)	-15,22 (8,15)	-0,18 (0,23)	-0,18 (0,23)	-0,59 (0,32)	-0,59 (0,32)	-0,22 (0,18)	-0,22 (0,18)	-0,06 (0,12)	-0,06 (0,12)	-0,67** (0,25)	-0,67** (0,25)
Políticas	ano_el_mun	-0,45 (0,26)	-0,45 (0,26)	-23,71*** (3,53)	-24,63*** (4,12)	-2,24 (1,2)	-2,24 (1,2)	-17,75*** (1,18)	-17,88*** (1,18)	-26,23 (1990,3)	-27,30 (5251,2)	-20,02*** (1,88)	-25,99*** (1,51)	-26,43*** (4,08)	-19,22 (9193,7)
	ano_el_uf	-20,77 (Nulo)	-26,32 (Nulo)	-20,79*** (4,34)	-20,96*** (3,92)	-20,58 (4249,6)	-20,69 (3530,7)	-16,39*** (1,55)	-16,23*** (1,27)	-20,26*** (1,587)	-17,61 (1358,6)	-18,05*** (1,83)	-20,75*** (1,73)	-28,61 (21498,4)	-21,16*** (3,56)
intercepto		1,35 (5,46)	1,49 (5,44)	-6,910 (6,33)	-6,90 (6,33)	-13,12*** (3,15)	-13,12*** (3,15)	-5,98** (2,07)	-5,97** (2,07)	-6,56** (2,48)	-6,57** (2,48)	0,79 (2,16)	0,79 (2,16)	-2,43 (4,02)	-2,46 (4,02)
intercepto aleatório		-23,11 (Nulo)	-24,19 (5366,6: Nulo)	-1,35 (0,12: Nulo)	-0,96 (176,61)	-0,42** (0,77)	-0,42** (0,77)	-0,11* (0,07)	-0,10* (0,06)	-0,12* (0,05)	-0,12* (0,05)	-0,11* (0,06)	-0,11* (0,06)	-2,93 (0,18: Nulo)	-3,4** (300,42: Nulo)
desvio padrão estimado do erro global		-0,81 (0,12: Nulo)	-0,81 (0,11: Nulo)	-1,26*** (0,12)	-1,26*** (0,12)	-1,23*** (0,06)	-1,23*** (0,06)	-1,39*** (0,03)	-1,39*** (0,03)	-1,5*** (0,03)	-1,5** (0,03)	-1,78*** (0,03)	-1,78*** (0,03)	-2,25*** (0,07)	-2,25*** (0,07)
observações		54		128		479		1183		858		841		140	

Nota: G1, G2, G3, G4, G5, G6 e G7 são os grupos de população classificados conforme o IBGE. Erros padrão entre parênteses e * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: resultados da pesquisa.

Para o grupo 1 (até cinco mil habitantes), quase nenhum coeficiente foi estatisticamente significativo. Tal resultado indica que pode haver mais elementos não especificados no modelo, porém, eles são não observáveis. Isso também pode estar ligado à dispersão e heterogeneidade de informações ligadas ao baixo número de observações da amostra do G1 (54 apenas), dado que é aquele com menor quantidade de habitantes. O único parâmetro significativo neste grupo foi o que remete à disponibilização de equipamentos culturais, significa dizer que, num segundo nível de interações dessas informações, existe o efeito “disponibilização/acesso aos aparelhos culturais”. Como o sinal foi negativo, quanto mais uma cidade disponibiliza desses equipamentos, mais a cidade vizinha tende a usufruir desses aparelhos, impactando negativamente, em segundo nível, na produção de cultura do município. Comparativamente, embora no G2 as observações também tenham sido pequenas, com exceção dos efeitos entre municípios para o coeficiente do PIB e do fato de se pertencer à uma RM, os demais parâmetros foram representativos nas análises intra e intermunicipais.

No que se refere ao G3, nenhuma variável que capta as análises regionais, nem a variável de população, de proporção de jovens, anos de eleição ou o apoio financeiro do BNDES são expressivos (estatisticamente diferentes de zero nos níveis de significância considerados). Para as que pertencem ao grupo de variáveis culturais, o indicador de equipamentos culturais e a distância média entre cidades é estatisticamente significativa na explicação das diferenças dentro e entre os municípios, ou seja, percebe-se a existência dos efeitos “acesso aos aparelhos culturais” e “vizinhança”, os quais reduzem a produção, num segundo nível de interações.

Exceto para os efeitos intramunicipais da variável população e da distância média entre cidades, o G4 apresentou resultados significativos para ambos os efeitos (inter e intra) em todos os componentes dos grupos de variáveis “sociais”, “econômicas” e “culturais”. A ocorrência de períodos eleitorais impactam em ambos os efeitos. Em contrapartida, o G5 mostra que para o grupo de variáveis “sociais” apenas o PIB e a população não foram eficientes em ambos os efeitos, sendo que todas as variáveis econômicas foram significativas, o que mostra a existência de efeitos das características intrínsecas, além dos fatores relativos aos outros municípios, que afetam o trabalho no setor de cultura nos municípios.

O indicador de juventude e a proporção de trabalhadores com nível superior de educação não foi expressivo para o efeito intermunicipal do grupo 7. Enquanto isso, no G6,

a proporção de jovens não foi significativa nas comparações entre municípios e a população não foi nos efeitos dentro deles. Nas variáveis econômicas vemos que todos os efeitos intra e intermunicipais se expressam no G6, de maneira a reduzir a produção de cultura quando se analisa um segundo nível de interação. O mesmo não ocorre para a renúncia via lei Rouanet e o financiamento do BNDES no G7, dado que não foram significativos. O componente *capital* não foi significativo para municípios com população entre 100.001 e 500.000 habitantes, porém, os efeitos das variáveis regionais são significativos em cidades acima de 500.000 pessoas. Os anos de eleições municipais foram importantes nos dois resultados do G6 e apenas no intra do G7. Por outro lado, o período de eleições estaduais e federais não foram significativos entre municípios do G7, enquanto para o G6 houve representatividade nos dois efeitos.

Na regressão conjunta com efeitos mistos sem interações e diferenças de nível, o G1 mostrou que o *ln_educ*, *ln_pib*, *ln_juvent* e *ln_dist_med* foram expressivos, mas apenas o PIB e a proporção de jovens foram positivos, o que pode estar relacionado ao nível de crescimento econômico e populacional que ocorreu no período. No G2 somente o *ln_educ* foi significativo nas variáveis “sociais”, sendo também negativo, mas os gastos municipais passaram a explicar o aumento da produção de cultura, o que vai de encontro à hipótese inicial de que o financiamento de cultura pode elevar a produção cultural. Por outro lado, para o G3 o PIB volta a ser importante para explicar o aumento da indústria cultural, sendo que agora os gastos estaduais também contribuem positivamente, assim como pertencer a uma região metropolitana e estar em ano de eleições municipais. No grupo quatro são os anos de eleição estadual-federal que, também, passaram a influenciar positivamente na análise. Enquanto no G5 o *ln_eq_cult* fica relevante, no G6 o *ln_educ* não foi. Em contrapartida, para esse sexto grupo, a população foi estatisticamente importante, bem como a distância entre cidades. A variável referente a educação volta a explicar o aumento da produção cultural no G7, o mesmo ocorre com os gastos municipais de cultura.²⁸

4.2 Discussão dos resultados

De modo geral é possível observar que nos modelos mistos (sem interação e diferenças em nível), tanto para os gastos quanto para a produção cultural no Brasil, quase todas as categorias apresentam variáveis importantes na determinação da variável

²⁸ Para mais detalhes ver regressões conjuntas no apêndice.

dependente. Apenas no modelo de produção de cultura ocorreu da categoria "culturais" não apresentar relevância nessa relação. Entretanto, quando consideramos os efeitos inter e intra há uma importante interação entre esses elementos. Já no modelo que determina os gastos culturais nos municípios, nota-se uma relevância dessas variáveis, em especial, as “sociais” na exposição do problema proposto. O destaque fica para a proporção da indústria de cultura representada pelo *ln_cbo_cult* dos municípios, bem como as classes “regionais” que variam bastante conforme o tamanho do grupo de análise populacional.

O Quadro 3 traz um resumo dos principais resultados, ligando esses escopos aos pressupostos visitados na literatura recente (H's).

Quadro 3 – Síntese dos principais resultados apresentados nos modelos

Regressões	Síntese dos principais resultados	Pressupostos
Efeitos mistos	- As variáveis explicam bem os modelos, sendo os fatores ligados às interferências “sociais” e “econômicas” aqueles que mais determinam os gastos culturais e, conseqüentemente, a produção de cultura. - Em geral, eles contribuem aumentando tanto os gastos quanto a produção	H₁, H₂, H₃ e H₄
	- O PIB e ser ano de eleições afetam positivamente ambas as análises	H₃ e H₉
	- A proporção de trabalhadores culturais com nível superior pode afetar de modo a reduzir os gastos e a produção cultural - Isso também está ligado à maior parcela de profissionais com outros níveis de instrução como o médio completo, por exemplo	H₂
Efeitos das interações intra e intermunicipais	- Num segundo nível de interações, os efeitos mostram que os municípios dependem também das decisões das outras cidades, uma vez que são apresentados coeficientes negativos - Um município toma outro como referência para elaborar políticas	H₆, H₇ e H₈
	- Fatores ligados à infraestrutura e crescimento econômico também impactam tanto a produção quanto os gastos culturais	H₃ e H₈
	- A proporção de jovens de uma cidade interfere no incentivo e produção de cultura, no sentido de que a população jovem tende a usufruir mais da cultura e equipamentos culturais de maneira geral	H₃
	- Variáveis regionais (capital e RM) impactam mais diretamente as cidades com maior tamanho de população	H₇
	- Parece haver um “efeito vizinhança”, em que uma cidade reduz seus gastos ao usufruir dos transbordamentos de gastos de outra cidade	H₆
	- Existe um indicativo de que a disponibilização de equipamentos de cultura afeta os gastos culturais vizinhos e da própria cidade, o mesmo ocorre para a produção	H₅
	- Os gastos públicos com cultura e os incentivos da lei Rouanet e do BNDES contribuem positivamente num primeiro nível e negativamente num segundo, para os gastos e produção	H₄
	- Quanto mais distantes as relações dos atores políticos e estar em período de eleições, menores serão os efeitos - Em cidades de grande porte, as relações partidárias e ciclos eleitorais na esfera estadual-federal são mais efetivos	H₉
	- O efeito “escala populacional” (divisão dos grupos por número de habitantes) parece afetar a análise mais do que algumas variáveis	H₁

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados.

Essas e outras constatações tornam possível afirmar que o modelo cumpre o seu objetivo ao apresentar elementos que compõem os investimentos e determinam a produção cultural no país. É relevante inferir ainda, que as conexões com as políticas têm papel fundamental nessas relações. Apesar de constataremos que, numa estrutura mista, o arranjo dos financiamentos de cultura elevam o número de trabalhadores, ou pode-se pensar que estimulam a criação de empregos no setor, mas nos efeitos separados por estratos o mesmo pode não ocorrer. Daí verifica-se a heterogeneidade de se analisar a cultura num país de proporções continentais como é o caso do Brasil. Apesar disso indicar benefícios socioeconômicos, o interessante seria avaliar também os custos da cultura para determinar a demanda por políticas mais específicas, a fim de identificar qual o tipo de investimento deve ser feito, para pessoas ou para instituições, como visto em Blaug (2001).

Nossos escopos contribuem ao mostrar que existem muitas especificidades entre os grupos de população que devem ser analisados separadamente, prezando a identidade da cultura local. Na análise intra e intermunicipal por estratos populacionais dos gastos culturais, verificamos que as interações das variáveis selecionadas explicam bem ambas as relações. Contudo, apenas o indicador de equipamentos culturais foi significativo para todos os grupos dos tamanhos de população, o que já fora encontrado por outros autores (Markusen, Hall e Gasmeier, 1986; Landry, 2009; Machado, Simões e Diniz, 2013). Todavia, como os efeitos encontrados foram negativos, entendemos que quando tratamos da análise dentro dos municípios, à medida que esse indicador aumenta (em módulo) uma cidade reduz os seus gastos, sendo que os menores impactos estão nos G2, G3 e G4, enquanto os maior é o do G7 (-28,99), havendo destaque também para o G1 onde ocorreu impacto negativo de grande magnitude.

Podemos interpretar essa relação como o fato de que a medida que o tamanho da população aumenta, a disponibilização de cultura através de equipamentos específicos nos municípios parece reduzir os gastos, uma vez que esse indicador depende do número de habitantes também. Em outras palavras, os administradores e tomadores de decisão política ficam mais resistentes e prezam por investirem em outro tipo de atividade que gere maiores retornos. Por outro lado, quanto a esse mesmo efeito negativo dos equipamentos culturais no nível intermunicipal, ao elevar esse indicador um município faz com que o outro de mesmo tamanho populacional reduza os seus gastos. Essa interrelação pode estar associada à distância média das cidades, cuja significância só não foi efetiva para dentro dos municípios no G2, fato sugerido no trabalho de Rössel e Weingartner (2015).

Já nos efeitos para todos os grupos populacionais os elementos que mais reduzem os gastos são aqueles relacionados aos anos eleitorais, acompanhados do indicador de juventude. Essas verificações reforçam as nossas hipóteses iniciais – previstas em Markusen *et al* (2008), Depalo e Fideli (2011), Getzner (2002; 2015) e Rössel e Weingartner (2015) – de que os ciclos e círculos eleitorais interferem no campo da cultura.

Em contrapartida, quando nos atentamos aos efeitos mistos para todos os grupos de população encontramos determinantes que elevam, em média, os gastos municipais. É o caso de variáveis sociais, econômicas, regionais e políticas, sendo que o maior efeito está ligado ao fato de ser capital de estado (coeficiente 0,838), resultado também encontrado em outras pesquisas já citadas (FIRJAN, 2011; IPEA, 2013; Machado, Simões e Diniz, 2013). Para esses mesmos efeitos por estratos populacionais, não temos impactos significativos e comuns a todos os grupos. Contudo, exceto para o G5, o indicador de juventude é significativo em todos, permanecendo com o coeficiente negativo do G1 ao G3 e positivo nos G4, G6 e G7. O PIB, por outro lado, foi significativo para os municípios do G1 ao G3 e no G5, reportando relações que contribuem com o aumento dos gastos em cultura. Além disso, ser uma cidade com população entre 5.001 e 100.000 habitantes pertencente à uma região metropolitana faz com que os gastos culturais sejam menores do que nas cidades de grande porte (tamanho populacional maior) das RM.

Vemos ainda que os resultados apresentados no presente trabalho indicam um forte ponto de encontro com as recentes abordagens sobre o tema, uma vez que observamos algumas dessas variáveis como significativas e representativas. Podemos comparar, por exemplo, com o estudo realizado por Depalo e Fideli (2011) que analisaram as comunas (municípios italianos) ao longo do tempo (1998-2006) para identificar os determinantes do investimento público em cultura. Na oportunidade, constatou-se que: o investimento *per capita* aumenta com o tamanho da população; há uma convergência das facilidades culturais entre os municípios ao longo do período e; o PIB e variáveis políticas têm relação significativa e positiva com os gastos culturais. Dessa forma, reforça-se também o percurso do investimento brasileiro de cultura.

Seguindo essa lógica, Rössel e Weingartner (2015) defenderam o argumento de que os gastos com difusão cultural dependem das interações entre variadas estruturas. Ao analisarem os Cantões da Suíça (estados autônomos) no período entre os anos de 1977 e 2010. Eles classificaram as variáveis utilizadas em: sociais (nível de educação, renda *per capita*, índice de juventude), políticas (participação efetiva dos partidos na política,

períodos de eleição e existência de leis de incentivo) e econômicas (total do investimento em cultura, tamanho da população e distância entre os cantões vizinhos ponderada pelo dispêndio cultural). Desse modo, eles colocaram as condições sociopolíticas e econômicas num patamar importante para a viabilização das atividades culturais.

Se voltarmos nossos olhares para examinar produção cultural e retomarmos a análise no nível de todos os tamanhos municipais, diagnosticaremos que a população, a distância média entre cidades, ser capital de estado e estar em períodos de eleição exercem os maiores impactos na produção.

No nível dos estratos populacionais a educação e as variáveis econômicas parecem explicar as relações que envolvem a indústria cultural a partir do número de trabalhadores de cultura. O *ln_educ* só não foi significativo nos efeitos dentro do G2 e o PIB foi importante a partir das análises do G3 em diante. A distância média, por sua vez, se apresentou estratégica para as cidades de maior população (G5 ao G7), enquanto no G4 ela é fundamental apenas nas análises intermunicipais.

Quanto aos investimentos diretos em cultura, temos que os incentivos da lei Rouanet foram representativos nos grupos de 5.001 a 500.000 habitantes. E, de modo semelhante, o apoio do BNDES expressa as relações que ocorrem entre municípios dos G2, G3, G4, G5 e G7. Nesse sentido, parece ser crucial a relação dos componentes dos investimentos públicos em cultura com a produção cultural. Por isso, apóia-se as advertências feitas por Markusen (2006) e Benhamou (2003; 2007), de que Estado pode não ter os mecanismos ideais para promover total eficiência alocativa e distributiva, mas devido às amenidades que proporcionam, as artes devem ser financiadas e protegidas.

Para os efeitos mistos da produção de cultura, identificamos que os maiores impactos estão relacionados ao PIB, à região metropolitana e à população, todos indicando relações positivas que contribuem no aumento da quantidade desses trabalhadores. É importante reforçar que houve uma redução do número de trabalhadores no período analisado, de 5.492 para 5.170. Nessa mesma análise por meio de estratos populacionais vemos que a educação foi explicativa em todos os grupos, enquanto o PIB só não foi significativo no G2 e os gastos estaduais não foram para o G1 e G2.

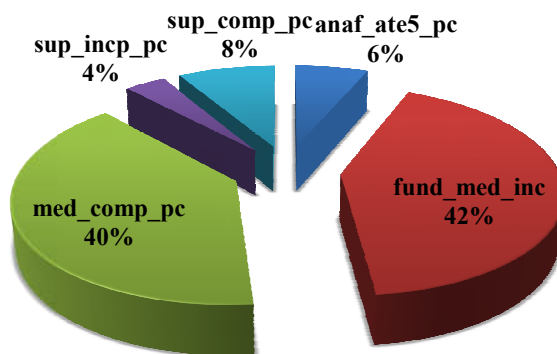
É importante se ter em mente que o PIB criativo/cultural de uma economia está relacionado ao investimento em cultura, bem como à produção de bens e serviços dos setores da indústria criativa/cultural de um determinado país (UNCTAD, 2010; FIRJAN, 2011; IPEA, 2013). Acontece, que o produto dessa indústria está atrelado a uma produção

com fatores intensivos em trabalho, o que pode gerar a “doença do custo” observada nos estudos de Baumol e Bowen (1966) e Diniz (2008).

Nessa perspectiva, Getzner (2015) também fez uso de técnicas econométricas e observou o papel do PIB no processo de determinação dos gastos com cultura, para o período de 1967 a 2013. Dentre suas conclusões, o autor identificou um aumento desses gastos *per capita* em relação ao PIB, com destaque para a década de 1990. Getzner constatou ainda a relação positiva entre o gasto cultural e a renda *per capita*, justificada pelo fato de a cultura ser um “bem de experiência”, ou seja, quanto mais se experimenta maior tende a ser a demanda pelo bem, remetendo ao vício positivo discutido por Stigler e Becker (1977).

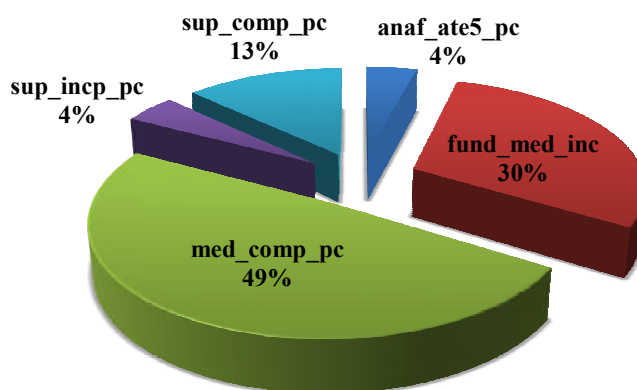
Quanto à importância das variáveis políticas para a produção, entendemos que elas explicam bem as relações que ocorrem do G3 ao G7, enquanto às de esfera estadual-federal foram a partir do G4. Essas afinidades reforçam a tese de que há uma variação da produção de cultura em ciclos e círculos políticos. Mesmo que essas relações possuam objetivos distintos da gestão cultural, elas podem representar o interesse em reduzir riscos sociais via investimento em educação e capacitação como visto em Draibe e Riesco (2007). Se entendermos que essas medidas impactam a cultura, um cenário político favorável representaria parte da universalidade do desenvolvimentismo previsto em Sen (2010).

É importante ressaltar que elaboramos as variáveis conforme o que estava previsto na literatura mais recente, bem como nas discussões prévias sobre as abordagens de cultura. O nível de educação foi construído com base na proporção dos trabalhadores de cultura com ensino superior completo. Entretanto, a Figura 13 deixa claro que houve um aumento do nível de educação desses trabalhadores, em especial, no nível médio completo.

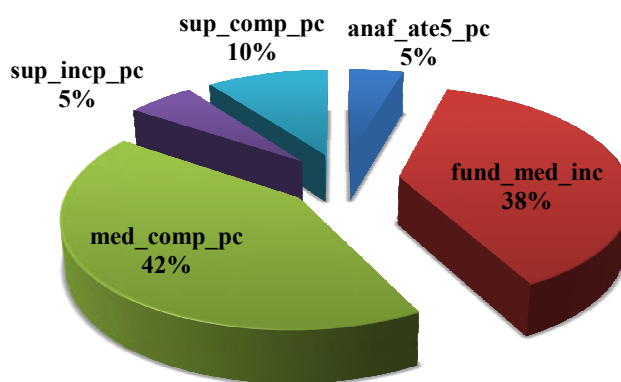


(2006)

(continuação)



(2012)



Média (2006-2012)

Figura 13 – Proporções médias e média do nível de educação dos trabalhadores de cultura (2006 - 2012)

Fonte: elaborado a partir dos dados da RAIS.

Nota-se que as maiores modificações foram entre os níveis fundamentais e médio, estando o superior com menor magnitude. Isso pode ser um indicio de que no Brasil as hipóteses relacionadas a educação podem ser diferentes do previsto na literatura generalizada. Assim, pode ser que as regressões recebam novos escopos a partir das análises que mostram a interação entre outros níveis educacionais destes trabalhadores, ou ainda de toda a população municipal.

Comentários finais

O presente trabalho evidencia o fato de que as cidades com potencial cultural/criativo apresentam mecanismos enaltecadores de um grupo de profissionais que permitem uma dinâmica no mercado regional e contribuem para o crescimento e desenvolvimento local. Visto isso, considera-se que essas cidades abrangem variadas dimensões ligadas à capacidade e talento das pessoas, além da capacidade de aprendizado e inovação, permitindo a abertura, instalação e manutenção de novos negócios (REIS, 2008).

É interessante pensar que a arte e a cultura apresentam contribuições significativas para a diversidade e vitalidade das cidades. Por isso, refletir sobre a dimensão da economia cultural mostra possíveis ganhos na geração da riqueza e desenvolvimento de um país. Por meio dessa estrutura, podemos observar qual é a eficácia dos investimentos públicos e privados para tomar posição sobre uma distribuição mais justa e eficiente destes recursos.

Nessa perspectiva, o este trabalho identificou os principais determinantes dos gastos culturais e avaliou como eles podem impactar a produção cultural, numa composição interativa de elementos diversos.

A partir disso, verificamos que os principais componentes da análise cultural no Brasil estão ligados ao conjunto das categorias de variáveis utilizadas. Há predominância das de caráter “sociais”, “econômicas” e “políticas”, uma vez que se repetiram mais vezes como significativas ao longo das regressões. Vale ressaltar também que nas regressões mistas (sem interações e diferenças de nível) elas apresentaram valores positivos, ou seja, contribuem para aumentar os gastos e a produção de cultura. Esse resultado confirmou a hipótese inicial de que existem fatores diversos que afetam o investimento em cultura e fazem com que a produção cultural seja maior. Pode-se afirmar que é a interação entre essas classes de elementos que permite avaliar o percurso das políticas de cultura no país, num ponto de ótimo.

Observamos ainda que o aumento dos gastos e da produção cultural podem ocorrer simplesmente devido à infraestrutura municipal e, também, do fato de alguns municípios exercerem efeitos específicos sobre os outros. Por isso, embora existam relações positivas das categorias de variáveis utilizadas na regressão mista, tanto nos gastos quanto na produção, quando colocamos essas interações para verificar as implicações diretas e indiretas dentro e entre municípios notamos efeitos negativos. Em síntese, esses efeitos permitem amparar a necessidade de se repensar o financiamento brasileiro de cultura

planejadamente, de forma que contemple as estruturas espaciais, regionais e de espécie dessas atividades em determinadas localidades. Para tanto, além do que foi apresentado, é preciso considerar os tipos específicos de cultura, a saber: a clássica e de entretenimento (ou lazer), por exemplo. Com isso, pode-se aferir mais especificamente como é realizado esse investimento nos municípios brasileiros, a fins de catapultar uma parcela do desenvolvimento social e econômico.

Dentre os principais desafios encontrados, nos deparamos com a dificuldade de acesso à variáveis e bases de dados específicas para a análise cultural no Brasil, o que foi contornado com uma estratégia de compatibilização de informações de fontes variadas. Além disso, verificamos uma escassez de trabalhos que lidam com a produção de cultura, fazendo com que o presente trabalho possa servir de aporte à estudos posteriores.

Concluimos e deixamos como sugestão para futuros trabalhos, avaliar as estruturas conforme os tipos de cultura (clássica ou de lazer) e níveis de educação (dos trabalhadores ou própria população). Sugerimos ainda que se faça um diagnóstico do direcionamento das políticas de cultura, a fim de identificar se esse financiamento público deve ir para pessoas (a exemplo do Vale Cultura do Trabalhador) ou instituições. Essas medidas podem mostrar novos resultados e olhares científicos sobre as implicações das políticas de simbolismo e identidade cultural no país.

Além disso, também é necessário obter e extrair alguns dados mais recentes que contribuem para a análise cultural no Brasil. Dessa forma, pode-se reforçar ou contrargumentar afirmações como as de Silva e Teles (2016), de que o arranjo cultural brasileiro favorece a iniciativa federal. É interessante ainda, robustecer e propor formas de normalização dos dados trabalhados na intenção de divulgá-los como ferramentas próprias para que os tomadores de decisão política possam utilizá-los nos instrumento da gestão brasileira de cultura.

Referências

- ALLISON, Paul D. **Fixed effects regression models**. Sage, Thousand Oaks. 2009.
- ALVAREZ, Gabriel O. **Indústrias culturais no Mercosul: perfil do Brasil em 2000**. In: *Indústrias Culturales en el Mercosur: Incidencia económica y socio-cultural, intercambios políticos de Integración Regional*. Buenos Aires. Secretaría de Cultura Medios de Comunicación de la Nación. 2000.
- ALVAREZ, Gabriel O. **Políticas culturais, mercado espaço público regional**. In: *Indústrias culturais no Mercosul* (org. Gabriel O. Álvarez). Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2003.
- ARNOLD, M. **Culture and Anarchy**. [1869]. Cornhill Macmillam. London. 1903.
- BALTAGI, Badi H.; SONG, S. H.; JUNG, B. C. **The unbalanced nested error component regression model**. *Journal of Econometrics*, 101: 357–381. 2001.
- BARRE, R. **Manual de Economia Política**. Coleção Biblioteca Fundo Universal de Cultura. Fundo de Cultura. 1970.
- BAUMOL, W. J.; BOWEN, W. G. **Performing Arts: The Economic Dilemma**. The MIT Press. Massachusetts. 1966.
- BENHAMOU, F. **A Economia da Cultura**. Cap 5. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- BENHAMOU, F. **Artists' labor markets**. in: TOWSE, Ruth. *A handbook of cultural economics*. Cheltenham: Edward Elgar, p. 69-75. 2003.
- BERGSTROM, Theodore; BLUME, Lawrence; VARIAN, Hal. **On the private provision of public goods**. Department of Economics, University of Michigan. Ann Arbor. MI 48109, USA. 1985.
- BLAUG, M. **Where are we now on cultural economics?** *Journal of Economic Surveys*. Malden. 2001.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. **Cultura**. Brasil. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/>. BNDES. 2015.
- BNDES. **O BNDES e a Economia da Cultura**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/>. Acesso em 10 de outubro de 2015. 2015.
- BNDES. **Planilhas com as operações diretas e indiretas não automáticas**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/planilhas_operacoes_diretas_e_indiretas_nao_automaticas.html>. Acesso em 16 de agosto de 2015. 2015.

- BOTELHO, M. D. R. A.; AVELLAR, A. P. **Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras.** Anais do 41º Encontro Nacional de Economia. Fós do Iguaçu, PR. ANPEC. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Os três estados do capital cultural.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologie de l'Algérie.** Paris: PUF, 1958.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers: les étudiants et la culture.** Paris: Les Éditions de Minuit. 1964.
- CALABRE, Lia. **A ação federal na cultura: o caso dos conselhos.** In Lia Calabre. Políticas culturais no Brasil: história e contemporaneidade. Fortaleza. Coleção Textos Nômades. Banco do Nordeste do Brasil. 2010.
- CALABRE, Lia. **Cultura, Comunicação e Desenvolvimento: Perspectivas e Políticas e Econômicas.** XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil. UFPI. Teresina-PI. 2012.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas.** In. Políticas Culturais no Brasil, RUBIM, A. A. C. & BARBALHO, A (orgs.). Salvador, Edufba, 2007.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Supplement to microeconometrics: methods and applications.** New York: Cambridge University Press. 2005.
- CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics Using Stata.** Stata Press. College Station. Texas. 2009.
- CANCLINI, Néstor G. **Políticas culturales en América Latina.** México. Editorial Grijalbo. 1987.
- COMUNIAN, Roberta. **Uma cidade criativa de tipo relacional: Para uma cartografia das ligações em rede entre os setores público, privado e sem fins lucrativos nas indústrias criativas.** Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 99-124. 2012.
- CUNHA, M. A. A. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica.** Perspectiva. Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007
- DATA VIVA – Plataforma DataViva. **Mapa: Estados do Brasil que têm atividades culturais.** Disponível em: <http://pt.dataviva.info/apps/builder/geo_map/rais/all/r91/all/bra/?controls=true&color=num_jobs&year=2013>. Acesso em 15 de dezembro de 2015. 2015.
- DEPALO, Domenico; FIDELI, Silvia. **Heterogeneity in the Cultural Expenditures of Municipalities: Evidence from Italian Data (1998-2006).** Dipartimento di Economia e Diritto. Sapienza Università di Roma. 2011.
- DINIZ, Sibelle C. **Análise do consumo de bens e serviços artístico-culturais no Brasil metropolitano.** (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento e

Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG. Belo Horizonte, MG. 2009.

DINIZ, Sibelle C. **Análise do setor cultural nas regiões metropolitanas brasileiras.** XXXVI Encontro Nacional de Economia. Salvador, BA. 2008.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. **Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea.** In: Políticas Públicas no Brasil. Fiocruz. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

FÁVERO, Luiz P. L.; CONFORTINI, Débora. **Modelos multinível de coeficientes aleatórios e os efeitos firma, setor e tempo no mercado acionário brasileiro.** Pesquisa Operacional, v.30, n.3, p.703-727, Setembro a Dezembro de 2010

FERREIRA NETO, Amir. B.; FREGUGLIA, Ricardo S.; FARJADO, Bernardo A. G. Diferenciais salariais para o setor cultural e ocupações artísticas no Brasil. Economia Aplicada. Vol. 16, n.1, pp. 49-76. 2012.

FERREIRA, J. **Lei Rouanet é “engodo” e precisa ser alterada, diz ministro da Cultura.** Lupion, Bruno. Blog do Fernando Rodrigues. Uol Notícias Políticas. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/01/29/lei-rouanet-e-engodo-e-precisa-ser>>. [Acesso em 20 de abril de 2015]. Entrevista (29 Janeiro 2015).

FINBRA. **Estados e Municípios.** Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/>. Acesso em 05 de agosto de 2015. 2015.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil.** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC3286DF68013286FCB8CE2E1C.html>>. [Acesso em nov 2014]. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015. 2015.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Economia da Cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil.** Brasília. Ministério da Cultura. 1988.

FLORIDA, R. **A Ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano.** [2002] Tradução: L&PM Editores. Porto Alegre, RS. 2011.

GETZNER, Michael. **Cultural politics: Exploring determinantsof cultural expenditure.** Poetics. Vol. 49, p. 60–75. 2015.

GETZNER, Michael. **Determinants of public cultural expenditures: an exploratory time series analysis for Austria.** Journal of Cultural Economics. Vol. 26, p. 287–306. 2002.

- GOLGHER, A. **As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados**. Texto para discussão. Cedeplar, v. 296. 2006.
- GOLGHER, A. **As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros**. Revista Brasileira de Estudos de População. v. 25, n.1. 2008.
- GOODWIN, C. **Art and Culture in the History of Economic Thought**. In: Handbook of the Economics of Art and Culture. North Holland. p. cap.2. 2006.
- HIBBS, Douglas A. **Political parties and macroeconomic policy**. Am. Polit. Sci. Rev. 71, 1467–1487. 1977.
- HOWKINS, J. **Economia Criativa - Como Ganhar Dinheiro com Ideias Criativas**. London. Penguin Editora. 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades de Federação**. In: IBGE – População. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. 2013.
-
- _____. **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_brasil.shtm>. Acesso em 05 de novembro de 2015. 2015.
-
- _____. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_a_mostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em 05 de novembro de 2015. 2015.
-
- _____. **IBGE cidades: PIB municipal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default.shtm>. Acesso em 01 de setembro de 2015. 2015.
-
- _____. **Índice de organização territorial; malhas digitais, municípios**. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/Shapefile_SHP/>. Acesso em 25 de outubro de 2015. 2015.
-
- _____. **Pesquisa Munic: suplemento especial cultura**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/default.shtm>>. Acesso em 12 de outubro de 2015. 2015.
-
- _____. **Sistemas de informações e indicadores culturais (2003-2005)**. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica. 2007.

-
- . **Sistemas de informações e indicadores culturais (2007-2010)**. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica. 2013.
- INSTITUTO DE ECONOMIA CRIATIVA. **Terminologia**. Disponível em: <http://economiacriativa.com/ec/pt/ec/ind_cria_cult.asp>. [Acesso 20 de março de 2015]. Brasil. 2008.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. ISSN 1415-4765. Brasília, DF. 2013.
- JEVONS, William S. **The Theory of Political Economy**. (1871). Fifth ed. Augustus M. Kelley. New York. 1965.
- JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometrics Methods**. Fourth Edition. The McGraw-Hill Companies, Inc. New York. 1997.
- LANDRY, C. **The creative city: the story of a concept**. In: REIS, A. C. F. & KAGEYAMA, P. (Orgs), **Creative city perspectives**. (<http://www.garimpodesolucoes.com.br>). 2009.
- LANDRY, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. Routledge. 2000.
- LOUREIRO, André O. F.; COSTA, Leandro O. **Uma breve discussão sobre os modelos com dados em painel**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Nota Técnica nº 37. Fortaleza, CE. 2009
- MACHADO, A. F. Estudo 44: **Cidades Criativas. Minas Gerais: Perspectivas dos investimentos sociais no Brasil**. PIS. Belo Horizonte, MG. 2011.
- MACHADO, A. F.; SANTOS, F. B. T. **Vetor noroeste da região metropolitana de Belo Horizonte: A economia criativa como alternativa para o desenvolvimento local**. MinC. Brasil. Brasília, DF. 2012.
- MACHADO, A. F.; SIMÕES, R. F., & DINIZ, S. C. **Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil**. Current Urban Studies. Vol.1, No.4, 92-101. 2013
- MACHADO, Rosi M. **Da indústria cultural à economia criativa**. Revista ALCEU. Vol. 09, nº 18, p. 83 a 95. 2009.
- MARKUSEN, A. **Urban development and the politics of a creative class: Evidence from the study of artists**. Environment and Planning, 38, 1921-1940. 2006.
- MARKUSEN, A., HALL, P., & GLASMEIER, A. **High Tech America: The what, how and why of sunrise industries**. Boston: Allen and Irwin. 1986.
- MARKUSEN, A; WASSALL, J; DENATALE, D; COHEN, R. **Defining the Creative Economy: Industry and Occupational Approaches**. Economic Development Quarterly, 22; 24. 2008.

- MARTINS, T. C.; OLIVEIRA, V. S.; GUINDANI, J. F.; SILVA, M. G. **Política e economia da cultura: a alocação dos recursos públicos municipais**. Revista Eptic. Vol. 17, nº 2. 2015.
- MinC. **Lei Rouanet - Relatórios da Lei Rouanet**. Ministério da Cultura. Brasil. Brasília, DF. 2014.
- MONASTERIO, Leonardo. **Indicadores de Análise Regional e Espacial**. In: Org. CRUZ, Bruno O.; FURTADO, Bernardo A.; MONASTERIO, Leonardo; RODRIGUES Jr., Waldery. Economia Regional e Urbana. Cap. 10. Brasília - DF. 2011.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Tábua de conversão da CBO**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<https://www.mtecbo.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em 16 de outubro de 2015. 2015.
- OLIVEIRA, Maria C. V. **Os trabalhadores da economia da cultura: novas tendências e velhas lições**. In: (org.) SALENO, Mario S.; NEGRI, João A.; TURCHI, Lenita M.; MORAIS, João M. Inovação: estudos de jovens pesquisadores brasileiros. Vol. 1. 1ª Ed. Editora Papagaio. São Paulo. 2010.
- PAGLIOTO, B. F; MACHADO, A. F. **Perfil dos frequentadores de atividades culturais: o caso nas metrópoles brasileiras**. Estudos Econômicos. São Paulo, vol. 42, n.4, p.701-730, out.-dez. 2012.
- PEACOCK, A **The Arts and Economic Policy**. In: GINSBURGH, V. A. and THROSBY, D. (orgs.) Handbook of the Economics of Art and Culture. North-Holland, cap.32. 2006.
- PERLOFF, H. **Using the arts to improve life in the city**. Journal of Cultural Economics, v. 3, n. 2, dez., p. 1-21. 1979.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2015. 2015.
- PORTAL DA AVIAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL. **Como calcular a precisão de uma coordenada geográfica**. Piloto policial. Disponível em: <<http://www.pilotopolicial.com.br/como-calculer-a-precisao-de-uma-coordenada-geografica/>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- PRESTES FILHO, Luis C. **Cultura e economia – articulação necessária entre indústria e poder público**. In: PRESTES FILHO, Luis C. e CAVALCANTI, Marcos do Couto (coord). Economia da Cultura: força da indústria cultural no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faperj Coope/UFRJ, 2002.
- RABE-HESKETH, Sophia; SKRONDAL, Anders. **Multilevel and Related Models for Longitudinal Data**. In: J. de Leeuw; E. Meijer (eds.), Handbook of Multilevel Analysis. Springer. 2008.

- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **RAIS vínculos**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php>. Acesso em 14 de outubro de 2015. 2015.
- REIS, A. C. F. Cidades Criativas: Perspectivas. In: Garimpo de soluções & creative cities productions. Câmara Brasileira do Livro. São Paulo, SP. 2011.
- REIS, A. C. F. **Criatividade como desenvolvimento das cidades**. Disponível em: <<http://www.criaticidades.com.br/noticias/criatividade-como-desenvolvimento-das-cidades/>>. [Acesso em 26 de janeiro de 2014]. Entrevista (27 fev 2013). 2013.
- REIS, A. C. F. **Prólogo; Introdução e; Transformando a Criatividade Brasileira em Recurso Econômico**. In: Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. Itaú Cultural. São Paulo, SP. 2008.
- RÖSSEL, J.; WEINGARTNER, S. **Nothing but the cuckoo clock? Determinants of public funding of culture in Switzerland, 1977–2010**. Poetics (Journal). Elsevier. 2015.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [1755]. São Paulo. Abril Cultural. 1978.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. [1757]. São Paulo. Abril Cultural. 1978.
- RUA, M. D. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Paralelo 15. Brasília, DF. 1998.
- RUBIM, A. A. C. & BARBALHO, A (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.
- RUSKIN, J. **A Joy For Ever (and Its Price of Market)**. [1880]. George Allen. Edit by T. E. Cook and A. Wedderburn. 1905.
- SALIC-net – Sistema de Apoio às leis de Incentivo à Cultura. **Comparativos: por ano; quantitativos; consolidado**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>>. Acesso em 23 de agosto de 2015. 2015.
-
- _____. **Incentivadores: por ano, UF e município**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>>. Acesso em 20 de agosto de 2015. 2015.
- SAMUELSON, Paul A. **Fundamentos de Análise Econômica** (Foundations of Economic Analysis). [1947] Havard University Press. 1983.
- SANTANA, Sylvana C. P.; SOUZA, R. M. S. **Além da diversão arte, pão: mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 2001.

- SANTANA, Sylvana C. P.; SOUZA, R. M. S. **Indústrias culturais: geração de trabalho empregos**. In: *Indústrias culturais no Mercosul* (org. Gabriel O. Álvarez). Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2003.
- SEFIC/MINC – Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura. **Ministério da Cultura. Lei Rouanet**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/leis/-/asset_publisher/aQ2oBvSJ2nH4/content/lei-rouanet-578538/10895. [Acesso em fev 2015]. 2014
- SEN, A. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Capítulo 5. Companhia de Letras. São Paulo, SP. 2010.
- SILVA, Frederico B.; TELES, Eliardo. **O pacto federativo nas políticas culturais e seus instrumentos**. In: *Conflitos Culturais*. CUNHA FILHO, Francisco H. (org). Fortaleza, CE. 2016.
- SLVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Ed. Contexto – São Paulo; 2006
- STATA. **xtmixed - Multilevel mixed-effects linear regression**. Manual do Stata. In: *Longitudinal-data/panel-data reference manual*. Stata Press. College Station. Texas. Vol 12. 2011
- STIGLER, G. J.; BECKER, G. S. **De gustibus non est disputandum**. *American Economic Review*. Nashville, v. 67, n.2, p. 76-90, Mar. 1977.
- STOLARICK, K. & CURRID-HALKETT, E. **Creativity and the crisis: The impact of creative workers on regional unemployment**. *Cities (Journal)*. Elsevier Ltda. Tacoma. 2013.
- TAYLOR, M. **Financialization of Art**. *Capitalism and Society*. Vol. 6, Art.3. 2011.
- THROSBY, David. **Economics and Culture**. Cambridge University Press. Introduction, 2001
- TOLILA, Paul. **Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo. Iluminuras. Itaú cultural. 2007.
- TOWSE, Ruth. **Introdução - Economic theory and cultural economics**. In Ruth Towse (ed). *A Handbook of Cultural Economics*. Edward Elgar. 2003
- TSE. **Eleições anteriores**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.
- TYLOR. E. B. **Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art and custom**. [1871]. London. 1958.
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report**. New York. 2010.

Reports: creative economy. UNCTAD STAT Disponível em:
<<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em 10
de novembro de 2015.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT Press. 2010.

Apêndice

a) Minimização de possíveis erros na compatibilização do Salic-net

Devido à falta de dados de cultura, percebemos que o Salic-net, poderia ser eficiente ao fornecer dados representativos sobre o financiamento de cultura de uma lei específica para essa finalidade no Brasil. Entretanto, nos deparamos com certa desorganização dessa base de dados online. A primeira delas é a dificuldade de se encontrar informações específicas para os municípios de forma agregada em um único arquivo. A segunda, refere-se aos nomes dos municípios e pólos que recebem apoio dessa lei, os quais apresentaram diferenças muito grandes tendo que ser corrigidos um a um. Assim, foi preciso detalhar quais eram os municípios que tinha nomes divergentes para colocá-los conforme é listado no IBGE – pois contém os códigos para realizar as devidas correspondências entre outras fontes de dados. Feito isso, ainda nos deparamos com problemas de valores de benefícios dos municípios que são reportados pelo MinC como aqueles que os estados receberam. No entanto, quando verificamos os somatórios nas planilhas dos municípios e nas do estado observamos algumas divergências. Tudo isso, foi reportado ao órgão responsável.

b) Classificação dos profissionais brasileiros de cultura

Realizar uma classificação para os profissionais brasileiros de cultura inclui certo cuidado e atenção referente à abordagem dos dados. Diante disso, a classificação vista neste trabalho buscou contemplar o que já estava previsto em relatórios de instituições renomadas e artigos publicados por autores que escrevem sobre o tema. Nesse percurso, identificamos a categorização de profissionais diretos e indiretos realizada por Diniz (2008), com base em Throsby (2001) e Markusen *et al* (2008). Visitamos também as classificações do IBGE, em seus relatórios sobre os indicadores culturais para os anos de 2005 e 2010, as quais foram utilizadas por Oliveira (2010) e Ferreira Neto *et al* (2012). Contudo, observamos que na definição do IBGE, alguns códigos diferiam daqueles encontrados na CBO do MTE. Por isso, fizemos algumas correspondências entre as atividades e profissões relacionadas por todos esses autores para definir os profissionais de cultura. Para nos salvar, relatamos o possível erro ao IBGE que protocolou o registro da ocorrência.

Quadro 4 – Definição de profissionais da cultura a partir da literatura e correspondências entre CBO 2002, CBO 94 e CIUO 88

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Profissionais de publicidade	2531	2531-10	Redator de publicidade	152	1-52.70	2419
		2531-15	Publicitário	159	1-59.47	2419
		2531-40	Agenciador de propaganda	442	4-42.30	3415
Profissionais do jornalismo;	2611	2611-25	Jornalista	152	1-52.10	2451
		2611-35	Repórter (exclusive rádio e televisão)		1-52.40	2451
Profissionais da informação;	2612	2612-05	Bibliotecário	191	1-91.20	2432
		2612-10	Documentalista		1-91.25	2432
Arquivologistas e museólogos;	2613	2613-05	Arquivista		1-91.30	2431
		2613-10	Museólogo		1-91.40	2431
Filólogos, tradutores, intérpretes e afins;	2614	2614-05	Filólogo	195	1-95.20	2444
		2614-10	Intérprete		1-95.40	2444
		2614-20	Tradutor		1-95.30	2444
Profissionais da escrita;	2615	2615-05	Autor-roteirista	152	1-52.50	2451
		2615-10	Crítico	151	1-51.30	2451
		2615-15	Escritor de ficção		1-51.20	2451
		2615-30	Redator de textos técnicos	152	1-52.80	2451
Editores;	2616	2616-10	Editor de livro	159	1-59.45	2451
Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão;	2617	2617-10	Comentarista de rádio e televisão	153	1-53.30	3472
		2617-15	Locutor de rádio e televisão		1-53.10	2451
Produtores artísticos e culturais;	2621	2621-05	Produtor cultural	174	1-74.50	2455
		2621-10	Produtor cinematográfico		1-74.30	2455
		2621-15	Produtor de rádio		1-74.40	2455
		2621-20	Produtor de teatro		1-74.20	2455
Diretores de espetáculos e afins;	2622	2622-05	Diretor de cinema	173	1-73.45	2455
		2622-20	Diretor teatral		1-73.30	2455
Artistas visuais,desenhistas industriais e conservadores-restauradores de bens culturais (inclui o artesão)	2624	2624-10	Desenhista industrial gráfico (designer gráfico)	22	0-22.70	2452

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Atores	2625	2625-05	Ator	173	1-73.20	2455
Músicos intérpretes;	2627	2627-05	Músico intérprete cantor	171	1-71.45	2453
Técnicos em biblioteconomia;	3711	3711-05	Auxiliar de biblioteca	395	3-95.20	3431
Técnicos em artes gráficas;	3713	3713-05	Técnico em programação visual	39	0-39.84	3119
		3713-10	Técnico gráfico	39	0-39.83	3119
Captadores de imagens em movimento;	3721	3721-05	Diretor de fotografia	163	1-63.50	3131
		3721-15	Operador de câmera de televisão		1-63.70	3131
Operadores de rede de teleprocessamento e afins;	3722	3722-05	Operador de rede de teleprocessamento	323	3-23.50	3132
		3722-10	Radiotelegrafista	380	3-80.45	3132
Técnicos de operação de emissoras de rádio;	3731	3731-15	Operador de externa (rádio)	861	8-61.35	3132
Técnicos em áudio;	3741	3741-05	Técnico em gravação de áudio	862	8-62.20	3131
Técnicos em Cenografia;	3742	3742-10	Maquinista de cinema e vídeo		8-62.60	3131
Técnicos em operação de aparelhos de projeção;	3743	3743-05	Operador de projetor cinematográfico		8-62.40	3132
Artistas de circo (circenses);	3762	3762-05	Acrobata	175	1-75.40	3474
		3762-35	Mágico		1-75.30	3474
		3762-45	Palhaço		1-75.20	3474
		3762-55	Trapezista		1-75.50	3474
Modelos;	3764	3764-10	Modelo de modas	453	4-53.30	5210
Ceramistas (preparação e fabricação);	7523	7523-05	Ceramista	892	8-92.10	7321
		7523-10	Ceramista (torno de pedal e motor)		8-92.25	7321
		7523-15	Ceramista (torno semi-automático)		8-92.30	7321
		7523-20	Ceramista modelador		8-92.15	7321
		7523-25	Ceramista moldador		8-92.20	7321

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração);	7524	7524-05	Decorador de cerâmica	895	8-95.40	7324
		7524-10	Decorador de vidro		8-95.55	7324
		7524-15	Decorador de vidro à pincel		8-95.20	7324
		7524-20	Operador de esmaltadeira		8-95.60	7324
		7524-25	Operador de espelhamento		8-95.70	7324
		7524-30	Pintor de cerâmica, a pincel		8-95.30	7324
Supervisores das artes gráficas;	7606	7606-05	Supervisor das artes gráficas (indústria editorial e gráfica)	701	7-01.77	-
Trabalhadores da pré-impressão gráfica;	7661	7661-05	Copiador de chapa	924	9-24.25	7343
		7661-20	Editor de texto e imagem	921	9-21.43	7341
		7661-25	Montador de fotolito (analógico e digital)	925	9-25.37	7343
		7661-50	Operador de processo de tratamento de imagem		9-25.55	7343
Trabalhadores da impressão gráfica;	7662	7662-05	Impressor (serigrafia)	929	9-29.30	8251
		7662-15	Impressor de ofsete (plano e rotativo)	922	9-22.40	8251
		7662-20	Impressor de rotativa		9-22.30	8251
		7662-25	Impressor de rotogravura		9-22.60	8251
		7662-30	Impressor digital		9-22.35	8251
		7662-45	Impressor tampográfico		9-22.27	8251
Trabalhadores do acabamento gráfico;	7663	7663-05	Acabador de embalagens (flexíveis e cartotécnicas)	926	9-26.56	7345
		7663-10	Impressor de corte e vinco	922	9-22.80	7345
		7663-15	Operador de acabamento (indústria gráfica)	926	9-26.55	7345
		7663-20	Operador de guilhotina (corte de papel)		9-26.60	7345

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico;	7664	7664-10	Revelador de filmes fotográficos, em preto e branco	927	9-27.30	7344
		7664-15	Revelador de filmes fotográficos, em cores		9-27.20	7344
Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins;	7681	7681-05	Tecelão (tear manual)	754	7-54.30	7432
		7681-10	Tecelão de tapetes, a mão		7-54.55	7432
		7681-15	Tricoteiro, à mão	759	7-59.55	7432
		7681-20	Redeiro		7-59.40	7432
		7681-25	Chapeleiro (chapéus de palha)	942	9-42.70	7432
		7681-30	Crocheteiro, a mão	759	7-59.30	7432
Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos;	7682	7682-05	Bordador, a mão	797	7-97.20	7436
		7682-10	Cerzidor		7-97.40	7436
Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles;	7683	7683-05	Artífice do couro	803	8-03.10	7442
		7683-10	Cortador de calçados, a mão (exceto solas)	802	8-02.25	7442
		7683-15	Costurador de artefatos de couro, a mão (exceto roupas e calçados)	803	8-03.40	7442
		7683-20	Sapateiro (calçados sob medida)	801	8-01.10	7442
		7683-25	Seleiro	803	8-03.20	7442
Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins;	7686	7686-05	Tipógrafo	921	9-21.10	7341
		7686-10	Linotipista		9-21.30	7341
		7686-15	Monotipista		9-21.35	7341
		7686-20	Paginador	939	9-21.45	7341
		7686-25	Pintor de letreiros		9-39.50	7346
		7686-30	Confeccionador de carimbos de borracha	949	9-49.50	7346
Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade);	7687	7687-05	Gravador, à mão (encadernação)	926	9-26.40	7345

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser e afins (nível médio);	3751	3751-10	Designer de vitrines	454	4-54.50	3471
Escriturários de serviços de biblioteca e documentação;	4151	4151-05	Arquivista de documentos	395	3-95.30	4141
		4151-15	Codificador de dados	399	3-99.30	4143
		4151-20	Fitotecário	395	3-95.40	4141
		4151-25	Kardexista	399	3-99.60	4141
		4151-30	Operador de máquina copiadora (exceto operador de gráfica rápida)		3-99.50	4141
Confeccionadores de instrumentos musicais;	7421	7421-05	Afinador de instrumentos musicais	941	9-41.80	7312
		7421-10	Confeccionador de acordeão		9-41.50	7312
		7421-15	Confeccionador de instrumentos de corda		9-41.20	7312
		7421-20	Confeccionador de instrumentos de percussão (pele, couro ou plástico)		9-41.45	7312
		7421-25	Confeccionador de instrumentos de sopro (madeira)		9-41.30	7312
		7421-30	Confeccionador de instrumentos de sopro (metal)		9-41.40	7312
		7421-35	Confeccionador de órgão		9-41.60	7312
		7421-40	Confeccionador de piano		9-41.70	7312
Supervisores de vidraria, cerâmica e afins;	7502	7502-05	Supervisor da indústria de minerais não metálicos (exceto os derivados de petróleo e carvão)	701	7-01.35	8131
Sopradores, moldadores e modeladores de vidros e afins;	7521	7521-15	Soprador de vidro	890	8-90.20	7322

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Trabalhadores da transformação de vidros planos;	7522	7522-10	Cortador de vidro	891	8-91.56	7322
		7522-15	Gravador de vidro a água-forte	894	8-94.30	7323
		7522-20	Gravador de vidro a esmeril		8-94.20	7323
		7522-25	Gravador de vidro a jato de areia		8-94.40	7323
		7522-30	Lapidador de vidros e cristais	891	8-91.64	7322
		7522-35	Surfassagista		8-91.60	7322
Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de lã	7611	7611-05	Classificador de fibras têxteis	751	7-51.15	7431
		7611-10	Lavador de lã		7-51.20	7431
		7612-05	Operador de abertura (fiação)		7-51.60	8261
Operadores da fiação;	7612	7612-20	Operador de cardas	752	7-51.35	8261
		7612-25	Operador de conicaleira		7-52.50	8261
		7612-30	Operador de filatório		7-52.10	8261
		7612-35	Operador de laminadeira e reunideira	751	7-51.80	7431
		7612-40	Operador de maçarqueira		7-51.75	8261
		7612-50	Operador de passador (fiação)		7-51.70	8261
		7612-55	Operador de penteadeira		7-51.45	8261
		7612-60	Operador de retorcedeira	752	7-52.40	8261
Operadores de tear e máquinas similares;	7613	7613-03	Tecelão (redes)	754	7-54.65	8262
		7613-06	Tecelão (rendas e bordados)		7-54.50	8262
		7613-09	Tecelão (tear automático)		7-54.42	8262
		7613-12	Tecelão (tear jacquard)		7-54.45	8262
		7613-15	Tecelão (tear mecânico de maquina)		7-54.33	8262
		7613-18	Tecelão (tear mecânico de xadrez)		7-54.47	8262
		7613-21	Tecelão (tear mecânico liso)		7-54.32	8262

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Operadores de tear e máquinas similares;	7613	7613-24	Tecelão (tear mecânico, exceto jacquard)	754	7-54.40	8262
		7613-27	Tecelão de malhas, a máquina	755	7-55.20	8262
		7613-30	Tecelão de malhas (máquina circular)		7-55.25	8262
		7613-33	Tecelão de malhas (máquina retilínea)		7-55.27	8262
		7613-36	Tecelão de meias, a máquina		7-55.30	8262
		7613-39	Tecelão de meias (máquina circular)		7-55.35	8262
		7613-42	Tecelão de meias (máquina retilínea)		7-55.37	8262
		7613-45	Tecelão de tapetes, a máquina	754	7-54.60	8262
		7613-48	Operador de engomadeira de urdume	753	7-53.60	8262
		7613-51	Operador de espuladeira		7-53.15	8262
		7613-54	Operador de máquina de cordoalha	759	7-59.60	8262
		7613-57	Operador de urdideira	753	7-53.25	8262
		7613-60	Passamaneiro a máquina	759	7-59.25	8262
		7613-63	Remetedor de fios	753	7-53.35	8262
		7613-66	Picotador de cartões jacquard		7-53.50	8262
7511 - Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos;	7511	7511-20	Laminador de metais preciosos	880	8-80.70	-
		7511-20	Laminador de metais preciosos a mão		8-80.70	-
		7511-05	Laminador de metais preciosos, à máquina		8-80.60	-
		7511-20	Laminador de ouro		8-80.70	-

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
7511 - Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos;	7511	7511-20	Laminador de prata	880	8-80.70	-
		7511-25	Ourives		8-80.50	-
		7511-25	Ourives de bijouteria		8-80.50	-
		7511-25	Ourives montador		8-80.50	-
		7511-25	Prensista de ourivesaria		8-80.50	-
		7751-10	Revestidor de móveis de madeira	811	8-11.30	-
		7511-25	Soldador de jóias	880	8-80.50	-
		7511-25	Trabalhador de confecções de bijouterias e jóias defantasia		8-80.50	-
		7511-30	Trefilador de metais preciosos, a máquina	727	7-27.30	8124
		7511-30	Trefilador (joalheria e ourivesaria)		7-27.20	7221
		7511-25	Aurífice	880	8-80.50	-
		7511-05	Bate-folha a máquina		8-80.60	-
		7511-25	Cinzelador de metais preciosos		8-80.50	-
		7511-25	Filigraneiro		8-80.50	-
		7511-25	Filigranista		8-80.50	-
			Outro	727	7-27.90	8124
		7511-10	Fundidor (joalheria e ourivesaria)	724	7-24.20	8122
		7511-15	Gravador de jóias	880	8-80.80	-
		7511-15	Gravador em ourivesaria		8-80.80	-
		7511-15	Gravador (joalheria e ourivesaria)		8-80.80	-
			Outro	724	7-24.90	8122
Cenógrafos;	2623	2623-05	Cenógrafo carnavalesco e festas populares	172	1-72.25	3471
		2623-10	Cenógrafo de cinema		1-72.25	3471
		2623-15	Cenógrafo de eventos		1-72.25	3471

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Cenógrafos;	2623	2623-20	Cenógrafo de teatro	172	1-72.25	3471
		2623-25	Cenógrafo de tv		1-72.25	3471
		2623-30	Diretor de arte		1-72.25	3471
Técnicos em museologia e afins;	3712	3712-10	Técnico de arquivo (museologia)	191	1-91.90	2432
		3712-10	Técnico em museologia		1-91.90	2433
		3712-05	Colecionador de selos e moedas		1-91.90	2434
		3712-05	Numismata		1-91.90	2435
Dançarinos tradicionais e populares;	3761	3761-05	Sambista	172	1-72.90	2454
		3761-05	Bailarino de danças folclóricas		1-72.30	2454
		3761-10	Bailarinos de danças parafolclóricas		1-72.30	2454
		3761-10	Bailarinos étnicos		1-72.30	2454
		3761-10	Bailarinos populares		1-72.30	2454
		3761-05	Dançarino brincante		-	-
		3761-05	Dançarino de danças de raiz		-	-
		3761-05	Dançarino de danças folclóricas		-	-
		3761-05	Dançarino de danças rituais		-	-
		3761-10	Dançarino de rua		-	-
		3761-10	Dançarino de salão		-	-
		3761-10	Dançarino popular		-	-
		3761-05	Dançarino tradicional		-	-
		3761-10	Dançarinos de danças parafolclóricas		-	-
		3761-10	Dançarinos étnicos		-	-
		3761-10	Dançarinos populares		-	-
		3761-05	Folgazão		-	-
			Outro		1-72.90	2454

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Apresentadores de espetáculos, eventos e programas;	3763	3763-10	Locutor de rodeio	159	1-59.90	2451
		3763-25	Animador de circo	179	1-79.30	3472
		3763-05	Animador de eventos		1-79.30	3472
		3763-10	Animador de festas populares		1-79.30	3472
		3763-15	Animador de rádio		1-79.30	3472
		3763-20	Animador de televisão		1-79.30	3472
		3763-25	Apresentador animador de circo		1-79.30	3472
		3763-05	Apresentador animador de eventos		1-79.30	3472
		3763-10	Apresentador animador de festas populares		1-79.30	3472
		3763-15	Apresentador animador de programas de rádio		1-79.30	3472
		3763-20	Apresentador animador de programas de televisão		1-79.30	3472
		3763-25	Apresentador de circo		1-79.30	3472
		3763-05	Apresentador de convenções		1-79.30	3472
		3763-05	Apresentador de espetáculos		1-79.30	3472
		3763-05	Apresentador de eventos		1-79.30	3472
		3763-10	Apresentador de festas populares		1-79.30	3472
		3763-15	Apresentador de programas de rádio		1-79.30	3472
		3763-20	Apresentador de programas de televisão		1-79.30	3472
		2617-05	Apresentador de rádio e televisão		1-79.30	3472
		3763-20	Apresentador de telejornal		1-79.30	3472
		3763-10	Comentarista de rodeio		1-79.30	3472
			Outro	175	1-75.90	3474

(continuação)

Outros nomes ou possibilidades	CBO 2002 Família	CBO2002	Título CBO2002	CBO 94 Grupo Base	CBO94	CIUO88
Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos;	2626	2626-10	Orquestrador	171	1-71.30	2453
		2626-20	Pesquisador em música		-	2453
		2626-15	Regente assistente		1-71.35	2453
		2626-15	Regente auxiliar		1-71.35	2453
		2626-15	Regente de banda		1-71.35	2453
		2626-15	Regente de coral		1-71.35	2453
		2626-15	Regente de orquestra		1-71.35	2453
		2626-15	Regente interno		1-71.35	2453
		2626-05	Autor de música		1-71.20	2453
		2626-15	Auxiliar de maestro		1-71.35	2453
		2626-05	Compositor		1-71.20	2453
		2626-05	Compositor de música		1-71.20	2453
		2626-15	Diretor regente de bateria		1-71.35	2453
		2626-15	Diretor regente musical		1-71.35	2453
		2626-20	Historiador em música		-	2453
		2626-15	Instrutor de banda		1-71.35	2453
		2626-15	Instrutor de fanfarra		1-71.35	2453
		2626-15	Maestro		1-71.35	2453
		2626-15	Maestro correpetidor		1-71.35	2453
		2626-15	Maestro de banda		1-71.35	2453
		2626-15	Mestre de banda		1-71.35	2453
		2626-15	Mestre de bateria		1-71.35	2453
		2626-10	Músico arranjador		1-71.30	2453
		2626-15	Músico regente		1-71.35	2453
		2626-20	Musicólogo		1-71.40	2453

Fonte: elaboração a partir da literatura prévia e da CBO (MTE).

c) Banco de dados

Abaixo podemos ver o dicionário elaborado para todas as variáveis construídas e extraídas, bem como aquelas utilizadas nas estimações do presente trabalho.

Quadro 5 – Dicionário de variáveis

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>ano</i>	ano de referência dos dados	2006 a 2012	
<i>cod_rg_uf</i>	código da região de acordo com o IBGE:	1-Norte 2-Nordeste 3-Sudeste 4-Sul 5-Centro-Oeste	
<i>rg_uf</i>	região da unidade de federação (norte, nordeste, sudeste, sul, centro-oeste)	-	
<i>cod_uf</i>	código da unidade de federação de acordo com o IBGE:	11- Rondônia 12- Acre 13- Amazonas 14- Roraima 15- Pará 16- Amapá 17- Tocantins 21- Maranhão 22- Piauí 23- Ceará 24- Rio Grande do Norte 25- Paraíba 26- Pernambuco 27- Alagoas 28- Sergipe 29- Bahia 31- Minas Gerais 32- Espírito Santo 33- Rio de Janeiro 35- São Paulo 41- Paraná 42- Santa Catarina 43- Rio Grande do Sul 50- Mato Grosso do Sul 51- Mato Grosso 52- Goiás 53- Distrito Federal	
<i>uf</i>	nome da unidade de federação	-	
<i>pop_uf</i>	população da unidade de federação obtida do somatório do total das populações das cidades no ano de referência	-	
<i>qtd_mun_uf</i>	quantidade de municípios da referida unidade de federação (no ano de 2012)	-	

(continuação)

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>cod_mun</i>	código do município de acordo com o IBGE	5565 municípios	
<i>mun</i>	nome do município (sem caracteres especiais)	-	
<i>pop</i>	quantidade total da população do município no ano de referência	-	
<i>prop_pop_(mun/uf)</i>	proporção da população do município sobre a população estadual	pop/pop_uf	
<i>rm</i>	nome da região metropolitana de acordo com os dados do PIB das cidades do IBGE	-	
<i>capital</i>	dummy indica se o município é capital do estado ou não	-	
<i>rm1</i>	indica se o município pertence à alguma região metropolitana ou não	-	
<i>rm2 (rj_sp)</i>	indica se o município pertence à alguma região metropolitana de RJ ou SP	-	
<i>cod_meso</i>	código da mesorregião a qual o município pertence	-	
<i>meso</i>	nome da mesorregião a qual o município pertence	-	
<i>cod_mic</i>	código da microrregião a qual o município pertence	-	
<i>micro</i>	nome da microrregião a qual o município pertence	-	
<i>dst_med_cidades</i>	Média da matriz ponderada pelas distâncias e gastos com cultura que podem influenciar a demanda de cultura e, conseqüentemente, a oferta e mão de obra. Toma-se como base a latitude e longitude para identificar a localização de cada município, o que permite calcular as distâncias entre as cidades. Como medida aproximada, adota-se a distância geométrica entre dois pontos (distância euclidiana). Tendo isso, usa-se a ponderação de 111,12 para conversão em km - dado que considera-se uma análise onde as pequenas distâncias influenciam mais do que os gastos com cultura e, por isso, supõe-se superfícies quase planas. Assim, pode-se efetuar a média ponderada pela distância (0km, 0_50km, 50_150km, 150_250km, 250km ou mais) e gastos culturais <i>per capita</i> de cada cidade. Por fim, encontra-se a média dessas distâncias de uma cidade em relação as demais.	-	

(continuação)

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>cbo_cult</i>	número de trabalhadores empregados no setor formal da cultura	-	
<i>cbo_cult_pc</i>	número de trabalhadores empregados no setor formal da cultura ponderado pelo tamanho da população do município	-	
<i>pib</i>	PIB a preços correntes dos municípios	R\$ 1000	
<i>pib_pc</i>	PIB <i>per capita</i> a preços correntes dos municípios	-	
<i>prob_mun_bndes</i>	Probabilidade de um projeto apresentado ao BNDES ser sorteado. Para isso, considera-se o número de municípios existentes na UF, a proporção da população do município sobre a UF e o gasto <i>per capita</i> com cultura de cada município	-	
<i>bndes</i>	valor total do projeto financiando pelo BNDES	R\$	
<i>bndes_pond</i>	valor do financiameto do BNDES vezes a prob_mun_bndes	bndes * prob_mun_bndes	
<i>bndes_dummy</i>	dummy indica se o município teve a probabilidade de receber o financiamento do BNDES ou não	-	
<i>gst_cult_uf</i>	gasto estadual com a função/desempenho cultura na unidade de federação	-	
<i>gst_cult_uf/mun</i>	gasto estadual com a função/desempenho cultura na unidade de federação dividido pelo número de cidades da UF	-	
<i>gst_cult_pc (uf/mun)</i>	gasto estadual com a função/desempenho cultura na unidade de federação dividido pelo número de cidades da UF e pela população municipal	-	
<i>gst_cult_(mun)</i>	gasto municipal com a função/desempenho cultura	-	
<i>gst_cult(mun)_pc</i>	gasto municipal com a função/desempenho cultura dividido pelo total da população	-	
<i>lei_rouanet</i>	valor da renúncia fiscal da Lei Rouanet	R\$	
<i>vi_rouanet_pc</i>	valor da renúncia fiscal da Lei Rouanet dividido pelo total da população	-	
<i>a_cen</i>	nº de projetos aprovados na area cultural de incentivo da Lei Rouanet "artes cênicas" por município	-	

(continuação)

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>a_int</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "artes integradas" por município	-	
<i>a_vis</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "artes visuais" por município	-	
<i>adv</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "audiovisual" por município	-	
<i>hum</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "humanidades" por município	-	
<i>mus</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "música" por município	-	
<i>pat_cult</i>	nº de projetos aprovados na área cultural de incentivo da Lei Rouanet "patrimônio cultural" por município	-	
<i>total_ac</i>	nº total de projetos aprovados da lei Rouanet de todas as áreas por município	-	
<i>bib</i>	nº total de bibliotecas existentes no município	-	
<i>museu</i>	nº total de museus existentes no município	-	
<i>gin_esp</i>	nº total de ginásios esportivos existentes no município	-	
<i>cine</i>	nº total de cinemas existentes no município	-	
<i>eq_cult</i>	Indicador de equipamentos culturais dos municípios. Calculado pela soma ponderada do nº de bibliotecas, museus, ginásios esportivos e cinema. Para a ponderação, usa-se o previsto no trabalho de Machado, Simões e Diniz (2013), onde adota-se o peso dos componentes principais da análise fatorial desses equipamentos, como medida de proporção base, para construção desse indicador.	-	

(continuação)

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>ind_juvent (mun/uf)</i>	Índice de juventude calculado com base na taxa de crescimento da população jovem (faixa etária definida pelo IBGE: 15 e 25 anos) da UF sobre o total da população não jovem (os que estão fora dessa classificação), para o período de 2000 a 2010. Tudo isso, multiplicado pela taxa de crescimento da proporção da população municipal sobre a estadual durante o período de 2006 a 2012, como medida de aproximação para encontrar o índice de crescimento da população jovem no município.	$\text{prop_jovem}(t) = \frac{\text{pop_jovem}(t)}{\text{pop_nao_jovem}(t)}$ $\text{tx_cresc_jov} = \{[\text{raiz}(\text{prop_jovem}(t)/\text{prop_jovem}(t-1)) - 1]\} * 100$ $\text{tx_cresc_prop_pop(mun/uf)} = \{[\text{raiz}(\text{prop_pop(mun/uf)}(t)/\text{prop_pop(mun/uf)}(t-1)) - 1]\} * 100$ $\text{ind_juvent(mun/uf)} = (\text{tx_cresc_prop_pop(mun/uf)} * \text{tx_cresc_jov}) / 100$	
<i>pref</i>	partido do prefeito eleito pelo município	-	
<i>ver_1</i>	partido do vereador mais votado, eleito pelo município	-	
<i>ver_2</i>	partido do segundo vereador mais votado, eleito pelo município	-	
<i>gov_uf</i>	partido do governador eleito na UF	-	
<i>pres</i>	partido do presidente da república eleito	-	
<i>pref_gov</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do prefeito eleito é o mesmo que o do governador da UF (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ver1_gov</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do vereador mais votado é o mesmo que o do governador da UF (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ver2_gov</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do segundo vereador mais votado é o mesmo que o do governador da UF (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>pref_pres</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do prefeito eleito é o mesmo que o do presidente da república (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ver1_pres</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do vereador mais votado é o mesmo que o do presidente da república (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ver2_pres</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do segundo vereador mais votado é o mesmo que o do presidente da república (1 positivo e 0 caso contrário)	-	

(continuação)

Variável	Descrição	Outras informações	Fontes
<i>gov_pres</i>	<i>dummy</i> que indica se o partido do governador da UF é o mesmo que o do presidente da república (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ano_el_mun</i>	<i>dummy</i> que indica se no ano de referência ocorreram eleições municipais (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>ano_el_uf</i>	<i>dummy</i> que indica se no ano de referência ocorreram eleições a nível estadual e federal (1 positivo e 0 caso contrário)	-	
<i>anaf_ate5</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados analfabetos ou com estudo até a 5ª série	-	
<i>fund_med (incp)</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados entre ensino fundamental completo e médio incompleto	-	
<i>med_cp</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino médio completo	-	
<i>sup_inc</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino superior incompleto	-	
<i>sup_cp</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino superior completo	-	
<i>anaf_ate5 [pc]</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados analfabetos ou com estudo até a 5ª série dividido pelo total da população do município	-	
<i>fund_med (incp) [pc]</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados entre ensino fundamental completo e médio incompleto dividido pelo total da população do município	-	
<i>med_comp [pc]</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino médio completo dividido pelo total da população do município	-	
<i>sup_incp [pc]</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino superior incompleto dividido pelo total da população do município	-	
<i>sup_comp [pc]</i>	nº total de trabalhadores da cultura classificados com ensino superior completo dividido pelo total da população do município	-	

Fonte: elaboração a partir de diversas fontes de dados e resultados da pesquisa.

d) Resumo da evolução das estatísticas descritivas para as variáveis propostas

A seguir são apresentadas as estatísticas descritivas das demais variáveis propostas para o modelo. Por meio delas é possível verificar a evolução dos dados de análise cultural no Brasil.

Tabela 9 – Evolução dos principais indicadores propostos para a análise de cultura no Brasil (2006-2012)

Variáveis	2006				
	Obs	Media	Desvio	Min	Max
cbo_cult_pc	5492	0,0014	0,0041	0	0,0926
anaf_ate5_pc	5492	0,0001	0,0006	0	0,0260
fund_medin~c	5492	0,0006	0,0023	0	0,0509
med_comp_pc	5492	0,0006	0,0016	0	0,0374
sup_incp_pc	5492	0,0000	0,0002	0	0,0047
sup_comp_pc	5492	0,0001	0,0004	0	0,0134
pib_pc_df	5492	10,3398	65,1151	0,0105	4382,1750
ind_juvent	5142	0,0441	0,1156	-7,2141	0,0809
g_cult_mun~f	5492	10,6113	16,2944	0	364,7366
g_cult_uf_df	5492	27,3988	43,1763	0,0215	696,08
rouanet_pc~f	5492	1,2919	25,4329	0	1062,5880
bndes_df	5492	1387,2880	41166,93	0	2960755
dummy_bndes	5492	0,6253	0,4841	0	1
eq_cult	3838	0,0204	0,0315	0	0,2992
dst_med_cid	5001	161,6770	34,1120	107,6225	512,0097
capital	5492	0,0047	0,0686	0	1
pref_gov	5492	0,2527	0,4346	0	1
ver1_gov	5492	0,1877	0,3905	0	1
ver2_gov	5492	0,1903	0,3926	0	1
pref_pres	5492	0,0703	0,2556	0	1
ver1_pres	5492	0,0504	0,2189	0	1
ver2_pres	5492	0,0563	0,2305	0	1
gov_pres	5492	0,0581	0,2339	0	1
ano_el_mun	5492	0	0	0	0
ano_el_uf	5492	1	0	1	1

(continuação)

Variáveis	2007					2008				
	Obs	Media	Desvio	Min	Max	Obs	Media	Desvio	Min	Max
cbo_cult_pc	5491	0,0015	0,0043	0	0,0985	5456	0,0016	0,0047	0	0,1113
anaf_ate5_pc	5491	0,0001	0,0006	0	0,0208	5456	0,0000	0,0002	0	0,0040
fund_medin~c	5491	0,0006	0,0024	0	0,0539	5456	0,0008	0,0028	0	0,0689
med_comp_pc	5491	0,0006	0,0017	0	0,0415	5456	0,0004	0,0012	0	0,0275
sup_incp_pc	5491	0,0001	0,0002	0	0,0049	5456	0,0002	0,0006	0	0,0150
sup_comp_pc	5491	0,0001	0,0004	0	0,0149	5456	0,0001	0,0003	0	0,0057
pib_pc_df	5491	11,4638	73,4276	0,0109	4957,4890	5456	12,6683	72,8567	0,0121	4766,8880
ind_juvent	5148	0,0070	0,2357	-6,9076	0,0797	5131	0,0446	0,1071	-6,4471	0,0792
g_cult_mun~f	5491	12,8768	22,0270	0	610,5343	5456	16,8748	26,1471	0	550,5945
g_cult_uf_df	5491	28,0937	49,7017	0,0224	894,7175	5456	32,3716	58,5396	0,0246	1050,0660
rouanet_pc~f	5491	1,6007	31,3134	0	1534,5940	5456	1,0491	15,5853	0	617,9670
bndes_df	5491	852,4885	125200,90	0	6142490,40	5456	48650,77	894990,43	0	6129887
dummy_bndes	5491	0,6017	0,4896	0	1	5456	0,7108	0,4534	0	1
eq_cult	3898	0,0174	0,0295	0	0,3262	3882	0,0174	0,0265	0	0,3087
dst_med_cid	5001	161,6680	34,1384	107,6225	512,0097	4979	161,5849	34,0942	107,6225	512,0097
capital	5491	0,0047	0,0687	0	1	5456	0,0048	0,0689	0	1
pref_gov	5491	0,1645	0,3707	0	1	5456	0,1650	0,3712	0	1
ver1_gov	5491	0,1291	0,3354	0	1	5456	0,1287	0,3349	0	1
ver2_gov	5491	0,1346	0,3413	0	1	5456	0,1349	0,3416	0	1
pref_pres	5491	0,0703	0,2557	0	1	5456	0,0702	0,2555	0	1
ver1_pres	5491	0,0503	0,2185	0	1	5456	0,0506	0,2192	0	1
ver2_pres	5491	0,0559	0,2298	0	1	5456	0,0563	0,2305	0	1
gov_pres	5491	0,1577	0,3645	0	1	5456	0,1552	0,3622	0	1
ano_el_mun	5491	0	0	0	0	5456	1	0	1	1
ano_el_uf	5491	0	0	0	0	5456	0	0	0	0

(continuação)

Variáveis	2009					2010				
	Obs	Media	Desvio	Min	Max	Obs	Media	Desvio	Min	Max
cbo_cult_pc	5489	0,0016	0,0043	0	0,0945	5466	0,0017	0,0048	0	0,1382
anaf_ate5_pc	5489	0,0001	0,0005	0	0,0167	5466	0,0001	0,0005	0	0,0128
fund_medin~c	5489	0,0006	0,0023	0	0,0782	5466	0,0006	0,0025	0	0,0987
med_comp_pc	5489	0,0007	0,0018	0	0,0457	5466	0,0008	0,0022	0	0,0586
sup_incp_pc	5489	0,0001	0,0002	0	0,0036	5466	0,0001	0,0002	0	0,0060
sup_comp_pc	5489	0,0002	0,0005	0	0,0150	5466	0,0002	0,0005	0	0,0148
pib_pc_df	5489	13,7085	82,0670	0,0134	5372,8220	5466	15,9295	98,4354	0,0147	6372,5330
ind_juvent	5158	0,0445	0,1055	-6,3049	0,0791	5155	0,0442	0,1284	-8,2355	0,0794
g_cult_mun~f	5489	17,7890	24,5023	0	351,0948	5466	20,9784	29,0186	0	627,3210
g_cult_uf_df	5489	40,7088	80,0789	0,0533	1456,1840	5466	45,6923	98,7661	0,0275	1859,6080
rouanet_pc~f	5489	0,7496	9,7628	0	297,5149	5466	1,1301	15,9126	0	631,1123
bndes_df	5489	6248,6480	649090,74	0	3255551	5466	369290,04	494860	0	300500000
dummy_bndes	5489	0,6956	0,4602	0	1	5466	0,7296	0,4442	0	1
eq_cult	3771	0,0165	0,0255	0	0,2614	4095	0,0185	0,0261	0	0,3108
dst_med_cid	5000	161,6506	34,0530	107,6225	512,0097	4981	161,5277	33,8442	107,6225	512,0097
capital	5489	0,0047	0,0687	0	1	5466	0,0048	0,0688	0	1
pref_gov	5489	0,2093	0,4069	0	1	5466	0,2102	0,4075	0	1
ver1_gov	5489	0,1335	0,3402	0	1	5466	0,1339	0,3406	0	1
ver2_gov	5489	0,1334	0,3400	0	1	5466	0,1334	0,3400	0	1
pref_pres	5489	0,1006	0,3008	0	1	5466	0,1008	0,3011	0	1
ver1_pres	5489	0,0605	0,2384	0	1	5466	0,0604	0,2382	0	1
ver2_pres	5489	0,0661	0,2485	0	1	5466	0,0659	0,2481	0	1
gov_pres	5489	0,1570	0,3639	0	1	5466	0,1559	0,3628	0	1
ano_el_mun	5489	0	0	0	0	5466	0	0	0	0
ano_el_uf	5489	0	0	0	0	5466	1	0	1	1

(continuação)

Variáveis	2011					2012				
	Obs	Media	Desvio	Min	Max	Obs	Media	Desvio	Min	Max
cbo_cult_pc	5360	0,0013	0,0033	0	0,0884	5170	0,0019	0,0055	0	0,1764
anaf_ate5_pc	5360	0,0001	0,0004	0	0,0139	5170	0,0001	0,0005	0	0,0225
fund_medin~c	5360	0,0004	0,0016	0	0,0478	5170	0,0006	0,0023	0	0,0646
med_comp_pc	5360	0,0006	0,0015	0	0,0396	5170	0,0009	0,0026	0	0,0783
sup_incp_pc	5360	0,0001	0,0002	0	0,0036	5170	0,0001	0,0004	0	0,0268
sup_comp_pc	5360	0,0002	0,0004	0	0,0113	5170	0,0003	0,0015	0	0,0989
pib_pc_df	5360	17,2223	100,3015	0,0143	6591,2740	5170	18,4737	107151	0,0162	6925,5210
ind_juvent	5140	0,0442	0,1290	-8,2486	0,0795	5170	0,0504	0,0159	0,0051	0,0753
g_cult_mun~f	5360	26,7614	37,6993	0	707,8259	5169	26,4748	38,3260	0	765,2726
g_cult_uf_df	5360	38,6390	186,1567	0,0020	4626,6250	5170	39,1532	191,2568	0,0017	4873,0,31
rouanet_pc~f	5360	1,3704	19,8526	0	8625108	5170	1,4190	21,9187	0	952,2154
bndes_df	5360	338830,24	8348650,30	0	509100000	5169	6174,0620	1669770,30	0	101600000
dummy_bndes	5360	0,6140	0,4869	0	1	5169	0,5307	0,4991	0	1
eq_cult	3857	0,0178	0,0264	0	0,3222	3712	0,0225	0,0337	0	0,3241
dst_med_cid	4891	161,4140	33,8631	107,6225	512,0097	4754	161,3109	33,8487	108,2798	512,0097
capital	5360	0,0049	0,0695	0	1	5170	0,0050	0,0707	0	1
pref_gov	5360	0,1685	0,3743	0	1	5170	0,1706	0,3762	0	1
ver1_gov	5360	0,1142	0,3181	0	1	5170	0,1166	0,3210	0	1
ver2_gov	5360	0,1237	0,3293	0	1	5170	0,1259	0,3318	0	1
pref_pres	5360	0,1013	0,3018	0	1	5170	0,1012	0,3016	0	1
ver1_pres	5360	0,0604	0,2383	0	1	5170	0,0605	0,2385	0	1
ver2_pres	5360	0,0662	0,2487	0	1	5170	0,0671	0,2503	0	1
gov_pres	5360	0,1836	0,3872	0	1	5170	0,1847	0,3881	0	1
ano_el_mun	5360	0	0	0	0	5170	1	0	1	1
ano_el_uf	5360	0	0	0	0	5170	0	0	0	0

Fonte: resultados da pesquisa.

Além da já comentada redução de profissionais de cultura, observamos pouca diferença entre os níveis de educação para esses trabalhadores, porém com destaque para o nível médio que percebeu um aumento médio, durante o período de 2006 a 2012, como é mostrado na Figura 14. Em contraste, o nível fundamental incompleto, apesar de certa oscilação teve uma redução.

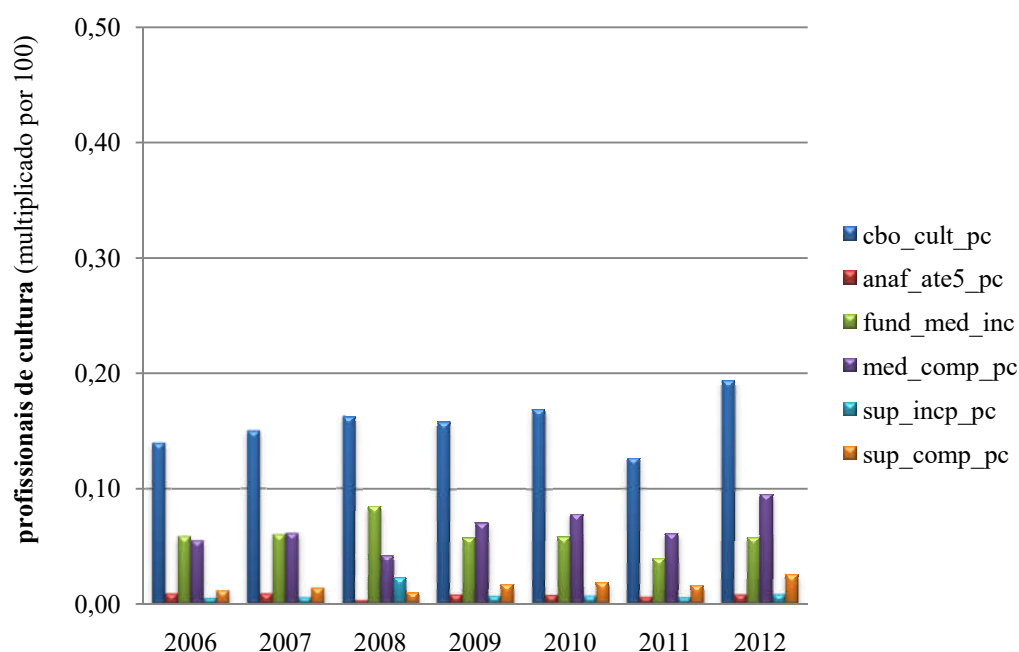


Figura 14 – Evolução dos níveis de educação dos profissionais de cultura *per capita*

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

e) Correlação entre variáveis

As matrizes de correlação entre variáveis é apresentada a seguir. Note que as variáveis não foram apresentadas em valor absoluto porque apresentaram altos coeficientes de correlação. Assim optou-se por utilizar as variáveis *per capita*, com valores deflacionados e em termos reais. Em realce estão os coeficientes que apresentaram valor mais próximo de um, indicando uma possível relação que dificultaria as estimações.

A Tabela 10 mostra a correlação das principais variáveis extraídas e construídas, enquanto a Tabela 11 apresenta a correlação das variáveis utilizadas nas estimativas dos modelos de dados em painel.

Tabela 10 – Matriz de correlação das principais variáveis

	cbo_cult_ pc	anaf_ate5_ pc	fund_med_inc	med_comp_pc	sup_incp_pc	sup_comp_pc	pib_pc_df	ind_juvent	g_cult_mun_df	g_cult_uf_df	rouanet_pc_df	bndes_df	dummy_bndes
cbo_cult_pc	1,00												
anaf_ate5_pc	0,44	1,00											
fund_med_inc	0,93	0,36	1,00										
med_comp_pc	0,91	0,31	0,73	1,00									
sup_incp_pc	0,58	0,08	0,49	0,48	1,00								
sup_comp_pc	0,42	0,05	0,22	0,42	0,43	1,00							
pib_pc_df	0,02	0,00	0,01	0,03	0,02	0,04	1,00						
ind_juvent	-0,02	0,00	-0,02	-0,02	-0,01	0,00	-0,19	1,00					
g_cult_mun_df	0,03	0,00	0,01	0,05	0,02	0,08	0,04	0,01	1,00				
g_cult_uf_df	-0,02	0,02	0,00	-0,03	-0,03	-0,02	0,02	-0,04	0,08	1,00			
rouanet_pc_df	0,02	0,00	0,01	0,02	0,02	0,04	0,56	-0,11	0,01	0,01	1,00		
bndes_df	0,02	0,00	0,00	0,02	0,03	0,06	0,01	0,00	0,02	-0,01	0,00	1,00	
dummy_bndes	0,10	0,00	0,07	0,10	0,09	0,09	0,02	0,04	0,15	-0,07	0,00	0,03	1,00
eq_cult	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	-0,03	0,00	-0,01	0,00
dst_med_cid	-0,05	0,00	-0,05	-0,05	-0,01	-0,05	-0,02	-0,05	-0,01	-0,02	0,00	0,04	-0,15
capital	0,05	0,00	0,01	0,05	0,08	0,20	0,06	0,00	0,00	-0,02	0,01	0,21	-0,02
pref_gov	0,03	0,00	0,03	0,02	0,00	0,01	-0,01	0,00	-0,01	0,03	-0,01	0,01	0,04
ver1_gov	0,02	0,00	0,02	0,02	0,02	0,01	-0,01	0,00	-0,02	0,02	0,00	0,00	0,02
ver2_gov	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,01	0,02	0,00	-0,01	0,02
pref_pres	0,01	0,00	0,00	0,02	0,02	0,03	0,00	0,02	0,00	-0,01	0,00	0,01	0,04
ver1_pres	0,00	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02
ver2_pres	0,02	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	-0,01	0,00	0,02
gov_pres	-0,06	0,00	-0,05	-0,06	-0,04	-0,06	-0,02	0,05	0,01	0,06	-0,01	-0,01	0,01
ano_el_mun	0,02	-0,03	0,03	0,00	0,14	0,01	0,01	0,04	0,06	-0,01	0,00	-0,01	-0,04
ano_el_uf	0,00	0,02	0,00	0,01	-0,06	-0,01	-0,01	0,03	-0,07	0,01	-0,01	0,02	0,04

(continua)

(continuação)

	eq_cult	dst_med_cid	capital	pref_gov	ver1_gov	ver2_gov	pref_pres	ver1_pres	ver2_pres	gov_pres	ano_el_mun	ano_el_uf
eq_cult	1,00											
dst_med_cid	-0,03	1,00										
capital	0,00	0,05	1,00									
pref_gov	0,00	-0,03	0,01	1,00								
ver1_gov	0,00	-0,02	0,01	0,22	1,00							
ver2_gov	-0,01	0,00	0,00	0,22	0,11	1,00						
pref_pres	0,00	0,00	0,05	-0,01	0,01	0,02	1,00					
ver1_pres	-0,01	0,02	0,00	-0,01	0,03	0,01	0,20	1,00				
ver2_pres	0,00	0,02	0,02	0,02	0,00	0,04	0,20	0,07	1,00			
gov_pres	-0,02	0,05	0,01	-0,08	-0,07	-0,06	0,03	0,03	0,05	1,00		
ano_el_mun	0,03	0,00	0,00	-0,04	-0,02	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,04	1,00	
ano_el_uf	0,02	0,00	0,01	0,07	0,05	0,04	-0,01	-0,01	0,00	-0,08	-0,40	1,00

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 11 – Matriz de correlação das variáveis propostas nos modelos estimados

	ln_cbo_cult	ln_educ	ln_pib	ln_juvent	ln_pop	ln_gst_mun	ln_gst_uf	ln_rouanet	dummy_bndes	ln_eq_cult	ln_dist_med	capital	rm1	pref_gov	ver1_gov
ln_cbo_cult	1														
ln_educ	-0,47	1													
ln_pib	0,27	0,05	1												
ln_juvent	-0,02	0,04	0,13	1											
ln_pop	0,25	0,05	-0,05	0,02	1										
ln_gst_mun	0,13	0,04	0,20	0,06	-0,11	1									
ln_gst_uf	-0,16	-0,08	-0,01	0,00	-0,55	0,03	1								
ln_rouanet	0,26	0,13	0,33	-0,05	0,13	0,11	-0,17	1							
dummy_bndes	0,13	-0,06	0,15	0,02	-0,05	0,08	0,04	0,09	1						

(continuação)

	ln_cbo_cult	ln_educ	ln_pib	ln_juvent	ln_pop	ln_gst_mun	ln_gst_uf	ln_rouanet	dummy_bndes	ln_eq_cult	ln_dist_med	capital	rm1	pref_gov	ver1_gov
ln_eq_cult	0,00	0,02	0,02	0,03	-0,02	0,03	-0,04	0,00	0,03	1					
ln_dist_med	-0,04	-0,01	-0,11	-0,36	0,00	-0,07	-0,09	0,02	-0,12	-0,02	1				
capital	0,10	0,11	0,03	-0,05	0,39	0,01	-0,24	0,12	-0,15	-0,01	0,12	1			
rm1	0,23	-0,02	0,12	-0,23	0,37	-0,05	-0,26	0,22	0,08	0,03	0,07	0,18	1		
pref_gov	0,03	0,02	0,02	0,02	-0,01	0,01	0,07	-0,01	0,04	0,01	-0,01	0,01	-0,04	1	
ver1_gov	0,02	-0,01	0,00	-0,03	0,04	0,01	-0,01	0,02	0,00	-0,01	-0,01	0,03	0,05	0,16	1
ver2_gov	0,01	0,01	0,01	-0,04	-0,03	-0,02	0,03	0,00	0,02	-0,01	0,02	0,00	-0,01	0,18	0,11
pref_pres	0,03	0,02	0,02	0,02	0,18	-0,03	-0,12	0,09	0,01	0,01	0,00	0,10	0,09	-0,07	0,05
ver1_pres	0,02	0,02	0,04	0,01	0,06	0,00	-0,03	0,07	0,05	-0,02	0,04	-0,01	0,01	0,02	0,02
ver2_pres	0,03	-0,01	0,02	0,01	0,04	0,00	-0,05	0,04	0,03	0,01	0,00	0,04	0,05	0,04	0,02
gov_pres	-0,06	0,02	0,01	0,04	0,00	-0,01	-0,16	0,01	0,03	-0,04	0,19	0,06	-0,02	-0,01	-0,02
ano_el_mun	0,08	-0,11	0,03	0,02	0,00	0,06	-0,15	0,02	-0,08	0,01	0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01
ano_el_uf	0,03	0,00	0,00	-0,03	-0,02	-0,06	0,22	0,01	0,09	0,04	0,01	0,03	0,01	0,03	0,01

(continuação)

	ver2_gov	pref_pres	ver1_pres	ver2_pres	gov_pres	ano_el_mun	ano_el_uf
ver2_gov	1						
pref_pres	0,00	1					
ver1_pres	0,02	0,19	1				
ver2_pres	0,05	0,16	0,08	1			
gov_pres	0,01	0,05	0,07	0,10	1		
ano_el_mun	0,00	0,01	-0,01	0,02	0,07	1	
ano_el_uf	0,03	0,01	0,00	-0,01	-0,10	-0,38	1

Fonte: resultados da pesquisa.

f) Estimções por efeitos fixos, aleatórios e conjunta do painel híbrido (efeitos mistos)

Tabela 12 – Estimção por estrato de população para efeitos diversos na análise de determinantes dos gastos culturais

Efeitos nos municípios		G1			G2			G3			G4		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Sociais	ln_educ	0,116 (0,0980)	0,0410 (0,0728)	0,0423 (0,0721)	0,0200 (0,0556)	0,0635 (0,0418)	0,0642 (0,0415)	0,0940* (0,0412)	0,0530 (0,0272)	0,0529 (0,0271)	0,0303 (0,0345)	-0,0396 (0,0221)	-0,0397 (0,0220)
	ln_pib	-0,0630 (0,131)	0,124* (0,0547)	0,121* (0,0546)	-0,0531 (0,115)	0,156*** (0,0436)	0,157*** (0,0431)	0,0264 (0,0324)	0,0669* (0,0270)	0,0667* (0,0269)	-0,0472* (0,0213)	0,000999 (0,0191)	0,000779 (0,0190)
	ln_juvent	-0,625** (0,241)	-0,432*** (0,0998)	-0,434*** (0,0997)	-0,851*** (0,197)	-0,294*** (0,0689)	-0,293*** (0,0679)	0,432*** (0,0790)	0,174*** (0,0372)	0,174*** (0,0371)	0,685*** (0,0546)	0,353*** (0,0320)	0,354*** (0,0319)
	ln_pop	0,0658 (0,678)	-0,580*** (0,147)	-0,580*** (0,147)	0,730 (0,605)	-0,348* (0,175)	-0,349* (0,173)	-0,512*** (0,134)	-0,171*** (0,0464)	-0,171*** (0,0464)	-0,661*** (0,198)	-0,0981* (0,0463)	-0,0985* (0,0463)
	ln_cbo_cult	-0,0356 (0,0938)	0,0507 (0,0633)	0,0503 (0,0627)	0,0293 (0,0593)	0,0644 (0,0390)	0,0650 (0,0387)	0,475 (0,410)	-0,221 (0,125)	-0,220 (0,125)	0,602* (0,255)	-0,222* (0,0966)	-0,222* (0,0965)
Culturais	ln_eq_cult	0,0282 (0,0296)	0,0195 (0,0245)	0,0196 (0,0241)	-0,0397 (0,0205)	-0,0393* (0,0180)	-0,0393* (0,0179)	-0,000718 (0,0139)	0,00341 (0,0129)	0,00340 (0,0128)	-0,0236* (0,00974)	-0,0247** (0,00955)	-0,0247** (0,00951)
	ln_dist_med	Omitido (Nulo)	-0,659* (0,257)	-0,660* (0,257)	Omitido (Nulo)	-0,630** (0,204)	-0,630** (0,201)	Omitido (Nulo)	-0,390* (0,162)	-0,389* (0,162)	Omitido (Nulo)	0,0950 (0,161)	0,0959 (0,161)
Regionais	capital	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)
	rm1	Omitido (Nulo)	-0,270 (0,144)	-0,271 (0,145)	Omitido (Nulo)	-0,267* (0,118)	-0,265* (0,116)	Omitido (Nulo)	-0,338*** (0,0832)	-0,338*** (0,0831)	Omitido (Nulo)	-0,308*** (0,0750)	-0,309*** (0,0750)
Políticas	pref_gov	0,0887 (0,125)	0,0702 (0,0884)	0,0695 (0,0876)	0,0442 (0,0863)	0,111 (0,0661)	0,112 (0,0657)	-0,0142 (0,0534)	0,0323 (0,0459)	0,0320 (0,0457)	-0,0113 (0,0392)	0,0377 (0,0367)	0,0373 (0,0366)
	ver1_gov	0,0426 (0,128)	0,0855 (0,0987)	0,0846 (0,0976)	0,0185 (0,0945)	0,00127 (0,0748)	0,00101 (0,0744)	-0,0819 (0,0593)	-0,0281 (0,0509)	-0,0283 (0,0507)	0,0785 (0,0423)	0,0576 (0,0401)	0,0577 (0,0400)
	ver2_gov	0,0886 (0,137)	-0,0327 (0,0992)	-0,0307 (0,0982)	0,0799 (0,0914)	0,0905 (0,0720)	0,0906 (0,0716)	0,00200 (0,0556)	0,00523 (0,0496)	0,00516 (0,0494)	0,0450 (0,0433)	0,0353 (0,0403)	0,0354 (0,0402)
	pref_pres	0,0546 (0,230)	-0,0276 (0,142)	-0,0291 (0,141)	-0,182 (0,177)	-0,0830 (0,117)	-0,0828 (0,116)	0,0160 (0,0890)	0,0233 (0,0681)	0,0233 (0,0679)	0,000668 (0,0702)	0,0261 (0,0613)	0,0260 (0,0611)
	ver1_pres	-0,264 (0,286)	0,273 (0,171)	0,264 (0,170)	0,137 (0,171)	0,155 (0,120)	0,155 (0,119)	-0,104 (0,101)	0,00623 (0,0831)	0,00585 (0,0828)	0,0450 (0,0859)	0,0368 (0,0758)	0,0367 (0,0755)
	ver2_pres	-0,174 (0,199)	-0,258 (0,135)	-0,256 (0,134)	-0,124 (0,149)	-0,166 (0,110)	-0,166 (0,110)	0,0317 (0,101)	0,0472 (0,0796)	0,0473 (0,0793)	-0,0185 (0,0823)	-0,0606 (0,0738)	-0,0607 (0,0736)
	gov_pres	-0,212 (0,187)	-0,401** (0,132)	-0,396** (0,131)	-0,329* (0,134)	-0,262** (0,0970)	-0,261** (0,0963)	0,0325 (0,0932)	0,338*** (0,0680)	0,337*** (0,0678)	0,000396 (0,0600)	0,190*** (0,0505)	0,190*** (0,0504)

(continuação)

Efeitos nos municípios		G1			G2			G3			G4		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Políticas	ano_el_mun	-0,0407 (0,0883)	-0,0951 (0,0727)	-0,0946 (0,0717)	-0,0887 (0,0591)	-0,150** (0,0517)	-0,151** (0,0515)	-0,116** (0,0386)	-0,0656 (0,0354)	-0,0658 (0,0352)	-0,0728** (0,0281)	-0,00869 (0,0269)	-0,00884 (0,0268)
	ano_el_uf	0,267*** (0,0781)	0,262*** (0,0696)	0,262*** (0,0685)	0,161** (0,0550)	0,135** (0,0508)	0,135** (0,0507)	0,120** (0,0367)	0,100** (0,0354)	0,100** (0,0352)	0,0600* (0,0277)	0,0506 (0,0273)	0,0507 (0,0272)
	intercepto	1,778 (5,583)	10,97*** (1,761)	10,98*** (1,762) -0,482*** (0,0674)	-5,353 (5,495)	8,946*** (1,833)	8,966*** (1,809) -0,448*** (0,0499)	-3,1 (3,939)	6,985*** (1,435)	6,977*** (1,433) -0,424*** (0,0359)	-6,786* (2,792)	3,411** (1,277)	3,393** (1,276) -0,342*** (0,0308)
desvio padrão estimado do erro global				-0,234*** (0,0304)			-0,337*** (0,0247)			-0,425*** (0,0179)			-0,569*** (0,0154)
observações		945			1399			2385			2968		

(continuação)

Efeitos nos municípios		G5			G6			G7		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Sociais	ln_educ	0,0295 (0,0629)	0,0272 (0,0361)	0,0264 (0,0360)	0,0607 (0,0919)	0,194*** (0,0488)	0,192*** (0,0486)	0,150 (0,341)	0,749*** (0,200)	0,769*** (0,176)
	ln_pib	0,000606 (0,0336)	0,0641* (0,0300)	0,0636* (0,0297)	-0,0679 (0,0439)	0,0489 (0,0382)	0,0470 (0,0378)	-0,0278 (0,132)	0,214 (0,119)	0,226* (0,112)
	ln_juvent	0,900*** (0,0898)	0,380*** (0,0475)	0,384*** (0,0474)	0,745*** (0,0956)	0,406*** (0,0557)	0,409*** (0,0555)	1,015*** (0,268)	0,239** (0,0864)	0,218** (0,0739)
	ln_pop	-0,480* (0,205)	-0,135* (0,0618)	-0,136* (0,0619)	-0,924 (0,586)	-0,0217 (0,112)	-0,0234 (0,113)	6,379 (3,318)	0,148 (0,341)	0,138 (0,288)
Econômicas	ln_cbo_cult	0,783 (0,443)	-0,105 (0,192)	-0,0986 (0,192)	-0,381 (0,440)	-0,108 (0,118)	-0,107 (0,118)	-0,381 (1,738)	0,354 (0,235)	0,329 (0,200)
Culturais	ln_eq_cult	-0,00399 (0,0140)	-0,00153 (0,0140)	-0,00153 (0,0139)	0,0103 (0,0135)	0,00579 (0,0135)	0,00597 (0,0133)	0,00838 (0,0309)	0,0118 (0,0315)	0,0123 (0,0300)
	ln_dist_med	Omitido (Nulo)	0,0165 (0,207)	0,0167 (0,208)	Omitido (Nulo)	0,450 (0,288)	0,450 (0,288)	Omitido (Nulo)	2,025* (0,935)	1,945* (0,791)
Regionais	capital	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	-0,0295 (0,375)	-0,0304 (0,375)	Omitido (Nulo)	-0,486 (0,385)	-0,468 (0,327)
	rm1	Omitido (Nulo)	-0,237* (0,0971)	-0,239* (0,0972)	Omitido (Nulo)	-0,0985 (0,112)	-0,0994 (0,112)	Omitido (Nulo)	-0,466 (0,392)	-0,450 (0,334)

(continuação)

Efeitos nos municípios		G5			G6			G7		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Políticas	pref_gov	-0,0878 (0,0623)	-0,0575 (0,0583)	-0,0579 (0,0579)	-0,0526 (0,0582)	-0,0340 (0,0555)	-0,0348 (0,0549)	-0,0792 (0,161)	-0,138 (0,153)	-0,134 (0,145)
	ver1_gov	0,0637 (0,0639)	0,0434 (0,0619)	0,0436 (0,0614)	0,0884 (0,0563)	0,0982 (0,0555)	0,0981 (0,0547)	0,150 (0,152)	0,196 (0,137)	0,200 (0,129)
	ver2_gov	0,188** (0,0683)	0,0814 (0,0651)	0,0829 (0,0646)	-0,0850 (0,0576)	-0,0939 (0,0567)	-0,0936 (0,0560)	0,280 (0,208)	0,405* (0,199)	0,411* (0,188)
	pref_pres	0,135 (0,102)	0,188* (0,0870)	0,188* (0,0864)	0,0915 (0,0714)	0,0595 (0,0661)	0,0605 (0,0653)	0,0251 (0,316)	0,505* (0,211)	0,519** (0,193)
	ver1_pres	0,102 (0,0783)	0,0458 (0,0746)	0,0466 (0,0740)	-0,0532 (0,0727)	-0,0221 (0,0708)	-0,0228 (0,0699)	0,101 (0,257)	0,190 (0,248)	0,200 (0,234)
	ver2_pres	-0,107 (0,0855)	-0,0841 (0,0809)	-0,0848 (0,0803)	-0,0449 (0,0832)	-0,0720 (0,0815)	-0,0714 (0,0804)	-0,0520 (0,267)	0,105 (0,249)	0,111 (0,232)
	gov_pres	-0,0101 (0,0858)	0,113 (0,0737)	0,112 (0,0732)	0,147 (0,102)	0,129 (0,0944)	0,131 (0,0934)	0,158 (0,196)	0,210 (0,192)	0,203 (0,181)
	ano_el_mun	-0,0212 (0,0410)	0,0524 (0,0396)	0,0520 (0,0392)	-0,0368 (0,0476)	0,0107 (0,0408)	0,0101 (0,0403)	0,0929 (0,136)	0,139 (0,119)	0,149 (0,112)
	ano_el_uf	0,00693 (0,0403)	-0,0295 (0,0399)	-0,0291 (0,0396)	-0,0481 (0,0406)	-0,0802* (0,0400)	-0,0799* (0,0394)	0,0711 (0,0972)	-0,0331 (0,0916)	-0,0348 (0,0871)
intercepto				-0,604*** (0,0231)			-0,767*** (0,0264)			-0,929*** (0,0719)
intercepto aleatório		-9,448 (5,000)	2,852 (2,333)	2,763 (2,332)	2,740 (5,794)	1,813 (2,079)	1,777 (2,080)	25,24 (29,20)	-7,827 (5,785)	-6,940 (4,916)
desvio padrão estimado do erro global				-0,385*** (0,0505)			-0,289*** (0,0549)			-0,502** (0,155)
observações		1290			955			141		

Nota: erros padrão entre parênteses e * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Tabela 13 – Estimação por estrato de população para efeitos diversos na análise de profissionais de cultura

Efeitos nos municípios		G1			G2			G3			G4		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Sociais	ln_educ	-0,586* (0,205)	-0,809*** (0,0906)	-0,828*** (0,0682)	-0,152 (0,0831)	-0,427*** (0,0672)	-0,403*** (0,0622)	-0,212*** (0,0340)	-0,384*** (0,0311)	-0,361*** (0,0299)	-0,0475** (0,0174)	-0,126*** (0,0175)	-0,108*** (0,0166)
	ln_pib	-0,239 (0,657)	0,293** (0,0976)	0,312*** (0,0645)	0,0417 (0,303)	0,00945 (0,120)	0,0137 (0,115)	0,602*** (0,112)	0,493*** (0,0737)	0,503*** (0,0732)	0,314*** (0,0512)	0,369*** (0,0395)	0,356*** (0,0393)
	ln_juvent	-5,819 (3,064)	0,422 (0,287)	0,479* (0,219)	0,786 (1,248)	-0,344 (0,276)	-0,348 (0,267)	0,00247 (0,370)	0,0274 (0,178)	0,0257 (0,180)	-0,270 (0,158)	-0,0669 (0,0874)	-0,0850 (0,0909)
	ln_pop	0,151 (1,190)	-0,202 (0,509)	0,0238 (0,396)	-1,420 (1,972)	-0,283 (0,591)	-0,289 (0,571)	-1,479* (0,685)	0,104 (0,261)	0,0785 (0,266)	-0,625* (0,275)	0,0133 (0,139)	-0,0428 (0,146)
Econômicas	ln_gst_mun	0,0242 (0,110)	0,0383 (0,0702)	0,0371 (0,0525)	0,0559 (0,0594)	0,133** (0,0462)	0,128** (0,0431)	0,0513 (0,0317)	0,0531 (0,0281)	0,0531 (0,0272)	-0,00163 (0,0140)	0,00118 (0,0141)	0,00002 (0,0134)
	ln_gst_uf	-0,0490 (0,137)	0,0694 (0,0929)	0,128 (0,0816)	0,00756 (0,0473)	0,00862 (0,0404)	0,00837 (0,0370)	0,0638** (0,0193)	0,0408* (0,0187)	0,0438* (0,0179)	0,0347*** (0,00894)	0,0296** (0,00918)	0,0315*** (0,00867)
	ln_rouanet	0,0367 (0,199)	-0,0287 (0,0338)	-0,0307 (0,0230)	0,00749 (0,0216)	0,0149 (0,0197)	0,0142 (0,0181)	-0,00565 (0,0130)	-0,00744 (0,0119)	-0,00748 (0,0115)	-0,00987 (0,00639)	0,00129 (0,00646)	-0,00150 (0,00613)
	dummy_bndes	0,186 (0,340)	-0,252 (0,275)	-0,409 (0,225)	0,0889 (0,220)	-0,0571 (0,197)	-0,0433 (0,182)	0,0734 (0,0972)	0,0987 (0,0904)	0,0945 (0,0869)	0,0146 (0,0430)	0,0611 (0,0434)	0,0491 (0,0412)
Culturais	ln_eq_cult	0,241* (0,0854)	0,105 (0,0606)	0,0843 (0,0523)	-0,0324 (0,0334)	-0,0530 (0,0334)	-0,0509 (0,0304)	-0,000307 (0,0155)	-0,000897 (0,0165)	-0,000733 (0,0155)	-0,00353 (0,00732)	-0,00332 (0,00778)	-0,00351 (0,00729)
	ln_dist_med	Omitido (Nulo)	-1,827* (0,932)	-1,452* (0,708)	Omitido (Nulo)	0,105 (0,662)	0,123 (0,642)	Omitido (Nulo)	0,638 (0,350)	0,642 (0,360)	Omitido (Nulo)	-0,277 (0,257)	-0,320 (0,279)
Regionais	capital	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)
	rm1	Omitido (Nulo)	0,251 (0,419)	0,238 (0,335)	Omitido (Nulo)	0,269 (0,398)	0,271 (0,387)	Omitido (Nulo)	0,540** (0,169)	0,536** (0,174)	Omitido (Nulo)	0,302** (0,112)	0,308* (0,122)
Políticas	ano_el_mun	0,460* (0,198)	0,179 (0,186)	0,147 (0,170)	0,106 (0,0879)	0,130 (0,0883)	0,126 (0,0800)	0,182*** (0,0424)	0,163*** (0,0443)	0,164*** (0,0418)	0,198*** (0,0207)	0,169*** (0,0217)	0,174*** (0,0204)
	ano_el_uf	0,217 (0,221)	-0,0156 (0,177)	-0,0990 (0,164)	0,125 (0,103)	0,0815 (0,102)	0,0858 (0,0926)	0,0960* (0,0458)	0,0638 (0,0480)	0,0677 (0,0454)	0,0879*** (0,0225)	0,0858*** (0,0238)	0,0850*** (0,0223)
intercepto		-24,88 (16,68)	4,263 (7,050)	0,500 (5,579)	7,767 (19,05)	-6,979 (6,557)	-6,990 (6,334)	5,383 (6,737)	-13,22*** (3,096)	-12,98*** (3,161)	-1,631 (2,892)	-6,710*** (1,954)	-5,900** (2,075)
intercepto aleatório				-26,07*** (3,810)			-0,189 (0,103)			-0,192*** (0,0556)			-0,0516 (0,0368)
desvio padrão estimado do erro global				-0,811*** (0,0962)			-1,258*** (0,115)			-1,192*** (0,0496)			-1,370*** (0,0263)
observações		54			128			479			1183		

(continuação)

Efeitos nos municípios		G5			G6			G7		
		Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Mistos
Sociais	ln_educ	-0,0571** (0,0188)	-0,0867*** (0,0188)	-0,0814*** (0,0181)	-0,00890 (0,0183)	-0,0471* (0,0190)	-0,0332 (0,0177)	0,0787* (0,0362)	0,106** (0,0366)	0,101** (0,0334)
	ln_pib	0,282*** (0,0559)	0,387*** (0,0414)	0,375*** (0,0416)	0,290 (0,0391)	0,336*** (0,0357)	0,316*** (0,0349)	0,360*** (0,0687)	0,169*** (0,0485)	0,195*** (0,0485)
	ln_juvenet	0,144 (0,0896)	0,0805 (0,0658)	0,0891 (0,0663)	-0,600** (0,230)	-0,238* (0,107)	-0,287* (0,120)	-0,697 (0,955)	-0,140 (0,231)	-0,163 (0,251)
	ln_pop	0,386 (0,287)	0,168 (0,196)	0,182 (0,199)	-0,967*** (0,177)	-0,212* (0,105)	-0,351** (0,114)	-1,190** (0,435)	0,0941 (0,150)	0,0539 (0,159)
Econômicas	ln_gst_mun	-0,00686 (0,0170)	-0,00688 (0,0165)	-0,00772 (0,0159)	0,00259 (0,0105)	0,0129 (0,0113)	0,00888 (0,0104)	0,0129 (0,0175)	0,0449* (0,0184)	0,0396* (0,0167)
	ln_gst_uf	0,0451*** (0,00890)	0,0429*** (0,00897)	0,0437*** (0,00860)	0,0435*** (0,00628)	0,0408*** (0,00675)	0,0417*** (0,00622)	0,0482*** (0,00948)	0,0367*** (0,0102)	0,0377*** (0,00916)
	ln_rouanet	-0,000491 (0,00561)	0,00607 (0,00564)	0,00481 (0,00542)	-0,00245 (0,00477)	0,00717 (0,00511)	0,00369 (0,00473)	-0,0468** (0,0146)	-0,0160 (0,0150)	-0,0228 (0,0138)
	dummy_bndes	-0,0374 (0,0411)	-0,00715 (0,0414)	-0,0124 (0,0398)	0,000153 (0,0285)	0,00765 (0,0308)	0,00388 (0,0284)	0,00595 (0,0370)	-0,0150 (0,0415)	-0,0124 (0,0372)
Culturais	ln_eq_cult	0,0208** (0,00768)	0,0174* (0,00795)	0,0180* (0,00760)	0,000486 (0,00532)	0,00101 (0,00583)	0,000813 (0,00534)	0,00979 (0,00792)	0,0107 (0,00888)	0,0106 (0,00794)
	ln_dist_med	Omitido (Nulo)	-0,504* (0,250)	-0,505 (0,267)	Omitido (Nulo)	-0,760** (0,288)	-0,851* (0,342)	Omitido (Nulo)	-0,974 (0,624)	-0,937 (0,677)
Regionais	capital	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	Omitido (Nulo)	0,548 (0,376)	0,657 (0,449)	Omitido (Nulo)	0,247 (0,253)	0,251 (0,273)
	rml	Omitido (Nulo)	0,302* (0,122)	0,312* (0,131)	Omitido (Nulo)	-0,0591 (0,113)	-0,0344 (0,135)	Omitido (Nulo)	-0,181 (0,257)	-0,187 (0,281)
Políticas	ano_el_mun	0,140*** (0,0213)	0,133*** (0,0218)	0,134*** (0,0209)	0,195*** (0,0179)	0,167*** (0,0185)	0,177*** (0,0171)	0,199*** (0,0318)	0,210*** (0,0337)	0,208*** (0,0304)
	ano_el_uf	0,111*** (0,0222)	0,110*** (0,0229)	0,111*** (0,0219)	0,0960*** (0,0163)	0,0959*** (0,0180)	0,0951*** (0,0165)	0,0757** (0,0246)	0,0857** (0,0265)	0,0866*** (0,0238)
intercepto		-10,63*** (3,184)	-6,414** (2,417)	-6,493** (2,486)	3,356 (2,358)	-1,181 (1,925)	0,876 (2,190)	8,196 (7,110)	-2,484 (3,763)	-2,242 (4,029)
intercepto aleatório				-0,0990* (0,0456)			-0,0597 (0,0523)			-0,551*** (0,138)
desvio padrão estimado do erro global				-1,486*** (0,0293)			-1,764*** (0,0288)			-2,241*** (0,0725)
observações		858			841			140		

Nota: erros padrão entre parênteses e * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.